



**DAVI ALYSSON DA CRUZ ANDRADE**

**A (IN)SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO SERTÃO DA PARAÍBA:  
o município de Coremas, “a terra das águas”, em análise**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Programa Regional de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
PRODEMA**

**João Pessoa - Paraíba  
Fevereiro - 2007**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA / UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**DAVI ALYSSON DA CRUZ ANDRADE**

**A (IN)SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO SERTÃO DA PARAÍBA:  
o município de Coremas, “a terra das águas”, em análise**



**João Pessoa- Paraíba  
Fevereiro-2007**

**DAVI ALYSSON DA CRUZ ANDRADE**

**A (IN)SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO SERTÃO DA PARAÍBA:  
o município de Coremas, “a terra das águas”, em análise**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadores:

Prof. Dr. Alberto Kioharu Nishida

Profa. Dra. Maristela Oliveira de Andrade

**João Pessoa- Paraíba  
Fevereiro-2007**

Foto da Capa: Açude Estevam Marinho, Coremas – PB  
(Davi Andrade, Ago., 2006)

A553i Andrade, Davi Alysson da Cruz.

A (in)sustentabilidade do turismo no sertão da Paraíba:  
o município de Coremas, “a terra das águas”, em análise /  
Davi Alysson da Cruz Andrade. – João Pessoa, 2007.

152p.: il.

Orientadores: Alberto Kioharu Nishida e Maristela  
Oliveira de Andrade

Dissertação (mestrado) – UFPB/PRODEMA

1. Meio ambiente – aspectos econômicos. 2. Turismo –  
Desenvolvimento – Coremas (PB).

UFPB/BC

CDU: 504(043)

## **DAVI ALYSSON DA CRUZ ANDRADE**

### **A (IN)SUSTENTABILIDADE DO TURISMO NO SERTÃO DA PARAÍBA: o município de Coremas, “a terra das águas”, em análise**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de Fevereiro de 2007

#### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Alberto Kioharu Nishida**  
DSE/CCEN/PRODEMA/UFPB – Orientador

---

**Profª Drª. Maristela Oliveira de Andrade**  
DCS/CCHLA/PRODEMA/UFPB – Orientadora

---

**Prof. Dr. Gustavo Ferreira Lima**  
DCS/CCHLA/PRODEMA/UFPB - Examinador Interno

---

**Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo**  
DGEM/CCEN/PRODEMA/UFAL - Examinador Externo

---

**Profª Drª Maria Cristina Basílio Crispim da Silva**  
DSE/CCEN/PRODEMA/UFPB - Examinadora Suplente

**À minha família, aos amigos e  
amigas que são meu maior título;  
aos coremenses, essenciais nesta  
pesquisa, dedico.**

## AGRADECIMENTOS

com alegria e gratidão maior, a Deus por tudo, por todos;

com gratidão e amor, a minha mãe, Aparecida, ao meu Pai Chico, e minhas irmãs Diva e Dávila, pelo apoio e amor que têm me dado, sempre;

com saudades, à toda minha família, que mesmo de longe, com pensamentos e orações, me acompanha;

com abraço, ao Giovanni, meu irmão, companheiro, por me ensinar até com seus erros;

com reconhecimento, admiração e respeito a minha orientadora, Profa. Maristela Andrade, e ao meu orientador, Prof. Guy Nishida, pela co-autoria, pela paciência;

com agradecimentos, aos meus conterrâneos, todos os coremenses que permitiram a execução desta pesquisa. Estou à disposição;

com satisfação ao Prof. Gustavo Lima e a Profa. Cristina Crispim, pela colaboração na pré-banca e pelo aceite de estar na avaliação final;

com a mesma satisfação, ao Prof. Lindemberg Araújo por deixar as Alagoas e vir contribuir com a sua participação na banca;

com demasiados agradecimentos à Secretária Hélia Ramalho, merecidamente por nós chamada de Super Hélia, pelo empenho e atenção na secretaria do PRODEMA;

com reconhecimento, aos professores e professoras do PRODEMA-UFPB pelos ensinamentos e engajamento na defesa do planeta;

com admiração às coordenadoras do PRODEMA, as professoras: Maristela, Regina, Loreley e Cristina, obrigado pelo apoio, pela amizade;

com respeito, ao Governo Federal, representado na CAPES, pelo incentivo fundamental;

com risos, saudades e desejos de sucesso à Aline, Ana Nery, César, Lidy, Marisa, Keliana e Rodrigo, pela amizade e coleguismo durante o curso;

com carinho, à Anna Karla Moura, minha amiga e tradutora;

com “cuidado”, à Ilza Galvão, pela revisão gramatical;

com apoio, aos mestrandos do PRODEMA (Turma 2006) pela consideração;

com boas lembranças, “às meninas” do Projeto de Educação Ambiental para a Cidadania...por ter plantado em mim esta semente;

com saudades aos turismólogos da turma 2000.1, vocês são inesquecíveis;

com afeto, à Rita e Mari, pelas horas de conversas científicas e cotidianas, ainda que pelo telefone;

com desejo de êxitos, aos demais colegas de trabalho, professores, alun@s, pela colaboração;

e, por fim, com a mesma consideração aos meus amigos e minhas amigas que me ajudaram/ajudam a escrever minha história.

Ô que saudade do luar da minha terra  
Lá na serra branquejando  
Folhas secas pelo chão  
Este luar cá da cidade tão escuro  
Não tem aquela saudade  
Do luar lá do sertão  
Não há, oh gente, oh não  
Luar como este do sertão  
Não há, oh gente, oh não  
Luar como este do sertão  
Se a lua nasce por detrás da verde mata  
Mais parece um sol de prata  
Prateando a solidão  
E a gente pega na viola que ponteia  
E a canção e a lua cheia  
A nos nascer do coração  
Coisa mais bela neste mundo não existe  
Do que ouvir-se um galo triste  
No sertão, se faz luar  
Parece até que a alma da lua é que descanta  
Escondida na garganta  
Desse galo a soluçar  
Ai, quem me dera que eu morresse lá na serra  
Abraçado à minha terra  
E dormindo de uma vez  
Ser enterrado numa grota pequenina  
Onde à tarde a surunina  
Chora a sua viuvez

**Canção “Luar do Sertão”**  
**João Pernambuco e Catulo da Paixão**  
**Cearense (1910)**



## RESUMO

Análise do desenvolvimento turístico no município de Coremas - sob a ótica da sustentabilidade em seus aspectos - econômico, ambiental, social e cultural. O município está localizado na Mesorregião do sertão do estado da Paraíba, nordeste do Brasil, na bacia do rio Piranhas, distante 390 km da capital João Pessoa, e tem uma população de 15.461 habitantes (IBGE, 2000). A base da economia de Coremas é o comércio, a agropecuária e a piscicultura. O potencial turístico do local tem como elementos principais os açudes “Coremas e Mãe D’água” – que, interligados, formam o maior reservatório de superfície do estado da Paraíba. Este recurso, aliado à paisagem, à cultura sertaneja, às festas populares e ao interesse de interiorização do turismo, fez com que este município fosse incluído na política federal e estadual de desenvolvimento turístico, no atual “Programa Roteiros do Brasil”, no roteiro do “Ecoturismo e Turismo de Aventura”, na Paraíba, justificando, em parte, o interesse pelo estudo do desenvolvimento do turismo no local. A metodologia compreendeu uma análise documental, observações de campo e entrevistas com representantes de diversos segmentos no município - governo (6 entrevistas), comunidade local (24), iniciativa privada (21), pescadores (4) e sociedade civil organizada (5) - com base nos Indicadores Centrais do Turismo Sustentável (OMT, 2003) e os Princípios do Turismo Sustentável (CBTS, 2002). Os dados coletados foram analisados/comparados sob a luz das questões relativas à sustentabilidade. Os resultados obtidos evidenciam que o principal incentivo do governo local para o desenvolvimento do turismo é dirigido para eventos, com a realização de festas (Carnaval e Festa do Peixe) e que algumas ações pontuais estão de encontro com a sustentabilidade do turismo. Foi verificado que o turismo vem sendo alternativa de emprego e renda para a população local, através da oferta de pelo menos 206 postos de trabalho (inclusive os sazonais) em 2006 - contudo, os benefícios sociais não são garantidos. Aumentaram as vendas no comércio local, motivando a instalação de novos equipamentos turísticos (bares, restaurantes e pousadas) e aproximado a comunidade local e os turistas do meio natural. A instalação dos equipamentos turísticos, às margens dos açudes e dos rios, sem estudos de impacto ambiental, pode conduzir à impactos negativos ao ambiente natural e à comunidade local, comprometendo a sustentabilidade do turismo. Foram detectadas deficiências estruturais como: a falta de tratamento da água do abastecimento público; o despejo dos esgotos no rio Piancó; o acesso “precário” à cidade; como também: a falta de planejamento e controle da atividade turística; a pouca participação da comunidade local nas decisões em prol do turismo; e o descaso, pela comunidade e pelos governantes, com o patrimônio histórico-cultural e o ambiente natural. Deficiências que revelam que as condições para o desenvolvimento da atividade turística em Coremas não estão de acordo com os requisitos da busca do desenvolvimento turístico sustentável.

**Palavras-chaves:** Sustentabilidade; Impactos do Turismo; Coremas; Sertão da Paraíba

## ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the tourism development of Coremas town – based on sustainability and its economical, environmental, social and cultural aspects. The town is located at the sertão region in the state of Paraíba, northeast of Brazil, in the basin of Piranhas river, 390 km from the capital João Pessoa, and has a population of 15.461 inhabitants (IBGE, 2000). Commerce, agriculture and fishing are the basis of the economy in Coremas. The tourism potential of the city has “Coremas” and “Mãe D’Água” dams as its main elements – these water tanks together form the largest dam of Paraíba state. This resource, allied with the landscape, the culture from sertão region, the popular parties and the interest of tourism interiorization, have included the town of Coremas in the federal and state policies of tourism development, with the present “Programa Roteiros do Brasil” (Itineraries From Brazil Program), and the itinerary “Ecoturismo e Turismo de Aventura” (Ecotourism and Adventure Tourism), in Paraíba, justifying the interest in the study of the development of tourism in this town. The methodology involved a documental analyzes, local observations and interviews with representatives of different segments in the city – government (6 interviews), local community (24), private investors (21), fishermen (4) and organized civil society (5) – based in the Central Indicators on Sustainable Development (OMT, 2003) and in the Principles of Sustainable Tourism (CBTS, 2002). The collected data was analyzed/compared based on the questions related to sustainability. The obtained results emphasize that the main incentive of the local government for tourism development is directed to the events segment, with the organization of parties (Carnaval – carnival – and Festa do Peixe – Party of the Fish) and that some punctual actions are in agreement with tourism sustainability. It was noticed that tourism has been considered a job and income alternative for the local population, through the offer of at least 206 job vacancies (including the seasonal ones) in 2006 – however, the social benefits are not guaranteed. There has been an increase in the trades in local commerce, motivating the installation of new tourism facilities (bars, restaurants and inns) and bringing together local community/tourists and natural environment. The installation of tourism facilities on the margins of the dams and rivers, without any environmental impact studies, may lead to negative impacts to the natural environment and to the local community, jeopardizing the sustainability of tourism. Structural deficiencies were detected, such as: lack of treatment of the public supply water; sewage dumping in Piancó river; bad approaches to the town; lack of planning and control of the tourism activity; lack of participation of the local community in the decisions related to tourism; community and governors show contempt for the historical-cultural heritage. Deficiencies that reveal that the conditions for the development of the tourism activity in Coremas are not following the requirements in the search for a sustainable tourism development.

**Keywords:** Impacts of Tourism; Sustainability; Coremas; Sertão of Paraíba

## LISTA DE FIGURAS

	p.
<b>Figura 1</b> - Regiões turísticas da Paraíba e seus municípios	<b>58</b>
<b>Figura 2</b> - Vista aérea parcial do Açude Estevam Marinho (“Coremas”) e da sede do município.	<b>63</b>
<b>Figura 3</b> - Vista aérea parcial do Açude Egberto C. da Cunha (“Mãe D’água”)	<b>64</b>
<b>Figura 4</b> - Mesorregiões da Paraíba, em destaque o município de Coremas	<b>65</b>
<b>Figura 5</b> - Bacia hidrográfica Piranhas-Açu	<b>67</b>
<b>Figura 6</b> - Serra de Santa Catarina, em Coremas	<b>69</b>
<b>Figura 7</b> - Mapa ilustrativo do acesso à Coremas	<b>73</b>
<b>Figura 8</b> - Casa de máquinas e o “rio Turbina”	<b>75</b>
<b>Figura 9</b> - Hotel da Vila do DNOCS	<b>77</b>
<b>Figura 10</b> - Vista parcial do açude Coremas	<b>80</b>
<b>Figura 11</b> - Vista parcial do rio Turbina	<b>80</b>
<b>Figura 12</b> - Vista parcial do Canal da Redenção e a barragem da Mãe D’água	<b>80</b>
<b>Figura 13</b> - Carnaval no rio Turbina	<b>80</b>
<b>Figura 14</b> - “Portal” de entrada na Festa do Peixe	<b>81</b>
<b>Figura 15</b> - “Sangria” do açude “Mãe D’água”	<b>81</b>
<b>Figura 16</b> - Pescador com um Tucunaré, nas margens do açude “Coremas”	<b>81</b>
<b>Figura 17</b> - Canoas utilizadas para a pesca e o transporte	<b>81</b>
<b>Figura 18</b> - Imagem de Santa Rita de Cássia, padroeira de Coremas, durante a “festa”	<b>81</b>
<b>Figura 19</b> - Missa em frente à Igreja Matriz, durante a festa da padroeira	<b>81</b>
<b>Figura 20</b> - Sangradouro, onde os açudes são interligados	<b>82</b>
<b>Figura 21</b> – Artesanato de “louças de barro”, de Dona Francisca	<b>82</b>
<b>Figura 22</b> - Capelinha de Santa Terezinha, em Coremas	<b>82</b>
<b>Figura 23</b> - Jovens “subindo” a Serra de Santa Catarina, em Coremas	<b>82</b>
<b>Figura 24</b> – Parte da estrutura da Festa do Peixe nas margens do “Açude Coremas”	<b>93</b>
<b>Figura 25</b> - Lixo nas margens do açude Coremas depois da realização da Festa do Peixe	<b>94</b>

<b>Figura 26</b> - Lixo nas margens do rio Turbina (margem esquerda) durante o carnaval	<b>95</b>
<b>Figura 27</b> - A única lixeira colocada próximo ao rio (margem direita), onde acontece o carnaval	<b>96</b>
<b>Figura 28</b> - Ocupação desordenada nas margens do “Açude Coremas”	<b>99</b>
<b>Figura 29</b> - Lixo na estrada que dá acesso ao “Açude Mãe D’água”	<b>102</b>
<b>Figura 30</b> - Bar/restaurante “dentro” do açude Coremas	<b>104</b>
<b>Figura 31</b> - Bares/restaurantes nas margens do “rio Turbina”	<b>104</b>
<b>Figura 32</b> - Folheteria turística do município onde é destacada a água, o peixe e a tranquilidade que o visitante encontra em Coremas	<b>121</b>
<b>Figura 33</b> - Folheteria de divulgação da II Festa do Peixe (Set. 2006) onde se observa o destaque para a figura feminina	<b>123</b>
<b>Figura 34</b> - Folheteria de divulgação da I Festa do Peixe (Out. 2005) onde se observa o destaque para elementos exógenos	<b>126</b>
<b>Figura 35</b> - Escadarias da Mãe D’água	<b>133</b>
<b>Figura 36</b> - Ruínas da “casa do engenheiro”, na Mãe D’água	<b>133</b>
<b>Figura 37</b> - As ruínas da ponte do “Açude Mãe D’água”	<b>134</b>

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACRC</b>	Associação Cultural e Recreativa de Coremas
<b>Asmad</b>	Associação dos Moradores da Mãe D'Água
<b>CBTS</b>	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
<b>CHESF</b>	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
<b>CNTUR</b>	Conselho Nacional de Turismo
<b>COMBRATUR</b>	Comissão Brasileira de Turismo
<b>Condetur</b>	Conselho Estadual de Turismo
<b>Consortur</b>	Consortio Intermunicipal de Turismo do Sertão da Paraíba
<b>Couaipic</b>	Cooperativa da União Agropecuária dos Irrigantes e Psicultores de Coremas
<b>DNOCS</b>	Departamento Nacional de Obra Contra às Secas
<b>Embratur</b>	Empresa Brasileira de Turismo
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>PAEG</b>	Plano de Ação Econômica do Governo
<b>Pbtur</b>	Empresa Paraibana de Turismo S/A
<b>PDTIS</b>	Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado do Turismo Sustentável
<b>Plantur</b>	Plano Nacional de Turismo
<b>Plantur – PB</b>	Plano de Turismo do Estado da Paraíba
<b>PNMT</b>	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>Prodema</b>	Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
<b>Prodetur-NE</b>	Programa de Ação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
<b>PRT</b>	Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil
<b>RINTUR</b>	Roteiro de Informações Turísticas
<b>SAELPA</b>	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
<b>UFPB</b>	Universidade Federal da Paraíba

## LISTA DE QUADROS

	<b>p.</b>
<b>Quadro 1-</b> Princípios do Turismo Sustentável	<b>44</b>
<b>Quadro 2-</b> Indicadores Centrais do Turismo Sustentável	<b>45</b>
<b>Quadro 3-</b> Avaliação de alguns municípios da Região Turística Cariri, no estado da Paraíba (Set., 2005).	<b>60</b>
<b>Quadro 4-</b> Avaliação de alguns municípios da Região Turística Sertão, no estado da Paraíba (Set., 2005).	<b>61</b>
<b>Quadro 5-</b> Características dos meios de hospedagem em Coremas – 2006	<b>77</b>
<b>Quadro 6-</b> Postos de trabalho nos equipamentos turísticos em Coremas-PB (ano 2006)	<b>111</b>
<b>Quadro 7-</b> Postos de trabalho nos equipamentos turísticos em Coremas-PB durante os eventos (Carnaval e/ou Festa do Peixe) (ano 2006)	<b>111</b>
<b>Quadro 8-</b> Postos de trabalho criados durante o Carnaval em Coremas-PB (anos 2005 e 2006)	<b>112</b>

## LISTA DE TABELAS

	<b>p.</b>
<b>TABELA 01</b>	Resposta dos entrevistados em relação a possibilidade de danos provocados pela atividade turística ao ambiente natural em Coremas
<b>TABELA 02</b>	Opinião dos entrevistados sobre as ações dos governos municipais, em gestões anteriores (antes de 2005), para a conservação/manutenção dos açudes
<b>TABELA 03</b>	Respostas dos entrevistados sobre as ações do governo municipal atual em prol da conservação/manutenção dos açudes
<b>TABELA 04</b>	Resposta dos entrevistados sobre a preocupação da comunidade em conservar os açudes e suas águas
<b>TABELA 05</b>	Tipo de esgotamento sanitário nos equipamentos turísticos em Coremas (agosto/2006)
<b>TABELA 06</b>	Frequência da coleta de lixo nos equipamento turísticos em Coremas (agosto/2006)
<b>TABELA 07</b>	Respostas dos entrevistados sobre o conhecimento da inclusão do município nas políticas para o turismo do governo estadual/federal
<b>TABELA 08</b>	Opinião dos entrevistados sobre a atuação do governo local, em relação à investimentos, no setor turismo
<b>TABELA 09</b>	As ações do governo local que demonstram o investimento no turismo, na opinião dos entrevistados
<b>TABELA 10</b>	Respostas dos entrevistados sobre a sua participação em reuniões com o governo local para tratar de assuntos relacionados com o turismo em Coremas.
<b>TABELA 11</b>	Resposta dos entrevistados em relação a possibilidade de prejuízos para a comunidade local, provocados pela atividade turística em Coremas-PB
<b>TABELA 12</b>	Resposta dos entrevistados sobre a valorização e preservação das tradições locais, pela comunidade, em Coremas
<b>TABELA 13</b>	Resposta dos entrevistados sobre o apoio às tradições locais, pelo governo municipal (2006), em Coremas

## SUMÁRIO

### LISTA DE FIGURAS

### LISTA DE SIGLAS

### LISTA DE QUADROS

### LISTA DE TABELAS

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
1.1 Objetivos	18
<b>2. TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE</b>	<b>19</b>
2.1 Turismo	19
2.1.1 Impactos do Turismo	22
2.1.2 Impactos no Ambiente Aquático	27
2.2 Desenvolvimento Local	28
2.2.1 Desenvolvimento Local e Turismo	30
2.3 Sustentabilidade	35
2.3.1 A Sustentabilidade no Turismo	38
2.4 Os Indicadores de Sustentabilidade e a Atividade Turística	40
<b>3. POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA</b>	<b>47</b>
3.1 As Políticas de Turismo no Brasil	48
3.1.1 O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil	53
3.2 As políticas para o turismo na Paraíba	55
3.2.1 Os “roteiros turísticos” da Paraíba	57
<b>4. O MUNICÍPIO DE COREMAS – cenário da pesquisa</b>	<b>63</b>
4.1.1 Localização geográfica	64
4.1.2 População	65
4.1.3 Aspectos biofísicos	66
4.1.4 Aspectos históricos	70
4.1.5 Infra-estrutura básica e turística	72
4.1.5.1. Sistema Viário	72
4.1.5.2 Sistema de Saneamento	73
4.1.5.3 Sistema Energético	74
4.1.5.4 Sistema de Telecomunicações	75



4.1.5.5 Serviços de Apoio	76
4.1.5.6 Infra-estrutura turística	76
4.1.6 Os atrativos turísticos	79
<b>5. METODOLOGIA</b>	<b>83</b>
5.1 Técnicas de pesquisa e instrumentos para coleta de dados	84
5.2 População e amostragem	86
5.3 Processamento e análise dos dados	88
<b>6. RESULTADOS</b>	<b>89</b>
6.1 A (In)Sustentabilidade do turismo em Coremas-PB	89
6.1.1 A dimensão ecológica/ambiental	89
6.1.2 A dimensão econômica	110
6.1.3 A dimensão social	116
6.1.3.1 O “Perfil do Turista”	127
6.1.4 A dimensão cultural	131
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>140</b>
7.1 Recomendações	143
<b>8. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>147</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>ANEXOS</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

A procura por novos destinos turísticos, que permitam o (re)conhecimento de paisagens e culturas diversas, é uma realidade em todo o mundo, particularmente no nordeste brasileiro, e mais especificamente no estado da Paraíba, onde é crescente o interesse dos governos local e estadual em incentivar o turismo, seja no litoral ou no sertão. Isto pode ser verificado nas políticas para o turismo, que cada vez mais consideram em suas ações o potencial de desenvolvimento da atividade turística na região, justificado pelos benefícios advindos do turismo, sendo destacada a geração de emprego e renda.

O tema turismo passa a ser abordado de forma mais específica no Brasil a partir dos anos 60, quando se dá a criação da Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR. Atualmente no Brasil existe um Ministério do Turismo e um Plano Nacional de Turismo. Cada estado e alguns municípios têm uma secretaria ou órgão responsável pelo setor turístico. Desta forma, pelo menos estruturalmente, o Brasil possui alguma ordenação no tratamento do turismo, e considera-se que “é hora de direcionar esforços para o interior do Brasil, para suas riquezas ambientais, culturais, materiais e patrimoniais e, principalmente, para suas populações” (BRASIL, 2004, p.07).

No contexto recente da administração pública, onde se tenta implantar a descentralização das tomadas de decisões, os estados e municípios passam a dispor de certa autonomia na elaboração e execução de suas políticas públicas, inclusive no turismo, como será apontado neste trabalho.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT vislumbrava justamente esta autonomia dos municípios no planejamento do turismo. Consideradas as deficiências na concepção deste programa, implantado na primeira gestão Fernando Henrique Cardoso (1995), nas condições técnicas de cada município e na cultura predominante no país para elaborar políticas públicas para o turismo, este programa foi revisto e deu lugar ao Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT), na gestão Lula. No entanto não extinguiu as responsabilidades dos municípios na elaboração das ações em prol do turismo, que agora devem ser planejadas e executadas no espaço regional, de acordo com o

roteiro estabelecido. No PNMT são destacados como objetivos: a melhoria das condições de vida das comunidades receptoras, a geração de novos postos de trabalho e o impulso a melhor distribuição de renda. Para isso, “é imprescindível valorizar as potencialidades locais e desenvolvê-las respeitando os princípios da sustentabilidade, os valores e peculiaridades de cada localidade e/ou comunidade” (BRASIL, 2004, p.07). Assim fica evidenciada a preocupação, ao menos no nível teórico, com o desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil.

No discurso governamental, desde a esfera federal à municipal, é enfatizado este desenvolvimento sustentável do turismo. Na prática são poucos os exemplos de ações pautadas na sustentabilidade, pelo menos na Paraíba, seja no litoral ou no “sertão”.

A busca da sustentabilidade não é privilégio da atividade turística. A partir do surgimento deste conceito - motivado pela crise ecológica, que induziu a busca de novas e menos predadoras alternativas de utilização do meio natural, como também pela crise nos modelos vigentes de desenvolvimento e de concepção da realidade - ele vem sendo atrelado a diversos setores, como “construções sustentáveis”, “agricultura sustentável”, “cidades sustentáveis”, entre vários outros. Logo, tem sido pertinente ao turismo, tendo em vista o interesse dos envolvidos com a atividade turística em negar ou deixar de praticar a exploração/degradação do meio ambiente, principalmente dos recursos naturais, que mantém esta atividade. Assim, “turismo” quase passa a ser substantivo composto (“turismo-sustentável”) e é instituído o mito de uma atividade puramente salutar, “sustentável”, principalmente nas justificativas políticas para o investimento no setor, seja no seu aspecto ecológico, social, cultural, seja no seu aspecto econômico. Numa tentativa de atender ao modelo de produção capitalista, onde se busca a maximização dos lucros financeiros, esta dialética entre “utilização racional e lucro”, constitui um desafio para a sustentabilidade. Contudo, neste trabalho acredita-se que é possível conduzir o desenvolvimento do turismo, assim como de diversas outras atividades, de acordo com os princípios de sustentabilidade, deixando de considerá-lo um mito, concebendo-o como um meio de desenvolvimento, e não uma meta a ser atingida. O que se quer dizer é que não se espera um turismo sem impactos ou perdas, para o ambiente e as comunidades, mas sim que o planejamento da atividade de acordo com as diretrizes da sustentabilidade pode reduzir significativamente estes danos.

Com isso, este trabalho aborda a sustentabilidade do turismo no sertão da Paraíba, com foco no município de Coremas. Como questão norteadora deste estudo, acredita-se que esta sustentabilidade do turismo no sertão paraibano, e no município de Coremas, existe apenas no discurso político, pois não é refletida nas ações em prol do turismo ou outras ações que lhe servem de base, como as formas de utilização dos solos, a devastação da caatinga, a extinção da fauna e a luta contra a seca.

O estado da Paraíba, como os demais estados do Nordeste, destaca-se no cenário nacional por “ostentar” uma imagem de lugar atrasado, em relação aos demais estados do país. A atividade turística permite, entre outras coisas, por meio do simples (re)conhecimento do lugar, que certas imagens sejam reconstruídas<sup>1</sup>, ou que, quando utilizadas pelo marketing turístico, adquiram conotação de valores da cultura local, ao invés de atraso. No semi-árido, por exemplo, imagens da terra rachada e de crianças carregando água no lombo do burro podem assumir diferentes significados dependendo da informação que é agregada à esta imagem. Contudo, verifica-se que o marketing também pode transformar o cotidiano das pessoas do local visitado em espetáculo para o turista, ou que adquira conotação de espetáculo também para a comunidade, como vem acontecendo em festas tradicionais, tal como o São João ou festas de padroeiros que, em alguns casos, adquirem certa característica de teatralização. Estas tradições e costumes locais são variáveis consideradas nesta pesquisa, no que tange à sustentabilidade sociocultural.

Estudos como este se justificam pela carência de observações críticas sobre o desenvolvimento do turismo em Coremas, assim como na região do sertão da Paraíba, contribuindo tanto para a construção do saber turístico como para o planejamento governamental voltado para a sustentabilidade. Justifica-se ainda pela relação pessoal do pesquisador, que nasceu e cresceu em Coremas, é “conhecedor” da realidade do local e que hoje assiste às mudanças que o turismo vem provocando no “seu lugar”.

---

<sup>1</sup> Por vezes, durante o exercício profissional do pesquisador, ouviu-se de turistas vindos do sul/sudeste do país que esperavam encontrar mais jumentos que automóveis nas ruas da capital do estado, ou que não visitavam o sertão porque acreditam que lá não há água para beber.

## 1.1 Objetivos

Esta pesquisa tem como objetivo **analisar a sustentabilidade do turismo no município de Coremas**, localizado no sertão do estado da Paraíba.

Como objetivos específicos delimitam-se:

- Identificar as principais ações do governo local (políticas/planos/projetos) direcionadas para o desenvolvimento turístico;
- Verificar a percepção da comunidade local sobre os possíveis impactos decorrentes da atividade turística no município;
- Analisar a participação dos atores relacionados com o turismo na elaboração de políticas/ações para o turismo no sertão e em Coremas;
- Apontar os impactos positivos e negativos já existentes e potenciais em decorrência da atividade turística no município;

Dentre os conceitos que se entrelaçam ao de sustentabilidade, e que são discutidos no referencial teórico para este trabalho (Capítulo 2), destacam-se: turismo e impactos do turismo, desenvolvimento local, indicadores de sustentabilidade, meio ambiente e participação comunitária.

No Capítulo 3 aborda-se as políticas de turismo no Brasil como um instrumento de planejamento governamental pautado no discurso da sustentabilidade. Destacando-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o Programa Roteiros do Brasil, que abarcam a região do sertão em suas ações. Chega-se ao estado da Paraíba, mais especificamente à realidade do planejamento da atividade turística, com algumas observações sobre os mais recentes planos de desenvolvimento turístico deste estado, atendendo aos interesses estabelecidos nos objetivos específicos, e aproximando-se da realidade do turismo no sertão do estado.

Em seguida, no Capítulo 4, o leitor é convidado à uma “breve visita” à área de estudo, o município de Coremas, destacando suas características gerais e o cenário de desenvolvimento da atividade turística.

No Capítulo 5 é apresentado o percurso metodológico “construído” para alcançar os resultados, que são apresentados no Capítulo 6.

“Boa Viagem!”

## **2. TURISMO, DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTABILIDADE**

Atualmente verifica-se um considerável aumento no número de estudos relacionados com o turismo e com o possível desenvolvimento que a atividade pode promover, tendo em vista principalmente os impactos potenciais, positivos e negativos, sobre os diversos ambientes envolvidos. Paralelamente também se percebe que esta atividade vem sendo adotada pelos governos de diversos países e regiões como “carro-chefe” de programas de governo em prol do desenvolvimento, destacadamente, sustentável.

Este primeiro capítulo trata da base teórica que alicerça este trabalho. Para isso, foi desenvolvida uma análise sobre conceitos de turismo, desenvolvimento local e sustentabilidade, junto às idéias que estão em suas órbitas.

### **2.1 Turismo**

Na academia é destacado o caráter multi, trans e interdisciplinar da atividade turística, na prática ela é vista na diversidade dos setores envolvidos, seja no âmbito governamental, seja no privado. No âmbito dos conceitos e definições de turismo salienta-se esta complexidade, sendo inclusive utilizada para justificar a dificuldade de se ter um conceito que atenda aos seus diversos aspectos.

Beni (2001) agrupa as definições de turismo nas esferas econômica, técnica e holística. Da mesma forma, no cotidiano o turismo vem ocupando diversas categorias, seja de atividade econômica, social, “indústria”, meio de proteção e/ou degradação ambiental, etc.

Em 1911 a primeira definição de turismo, apresentada por Hermann Von Schullern (apud BARRETO, 1999, p.9) dizia: “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”.

Ao longo do século XX, com o aumento da prática do turismo pela sociedade e conseqüentemente o despertar para o estudo da atividade, surgiram várias definições para turismo<sup>2</sup> inclusive com uma ampliação em sua complexidade, como se vê na definição proposta pelo antropólogo Jafar Jafari (apud BENI, 2001, p.36): “é o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e cultural da área receptora”.

Afirmando que o turismo é mais que uma atividade econômica ou um fluxo de pessoas, Rodrigues (1996, p. 17-8) conclui que o turismo é

certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizatório, um sistema de valores, um estilo de vida – um produtor, consumidor e organizador de espaços – uma ‘indústria’, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

Atualmente se aceita como “padrão”, inclusive pelo Ministério do Turismo do Brasil, a definição apresentada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) que compreende o turismo como “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, e que neles permaneçam por não mais de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos”. (OMT, 2003, p. 20). Sob o ponto de vista do autor essa definição aproxima-se mais do “fazer-turismo”, do que propriamente da atividade turística. Como turistas, a OMT (2003, p.20) define

qualquer pessoa que viaje para um país no qual não possua residência usual e que esteja fora de seu ambiente normal, por um período que não ultrapasse 12 meses, e cujo objetivo principal da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada dentro do país visitado.

Esta definição acima caracteriza o turista internacional, sendo que na definição de turista doméstico, destaca-se: “qualquer pessoa que resida em um país e viaje para um lugar dentro dos limites do território e fora de seu ambiente usual”

---

<sup>2</sup> Barreto (1999) faz uma compilação dessas definições.

(OMT, 2003, p.21), e os demais aspectos sobre o tempo de permanência e as atividades não remuneradas.

Até pouco tempo havia uma diferenciação entre o “turista” e o “excursionista”, como se pode ver em Beni (2001, p. 35). Atualmente a OMT destaca que ambos são considerados visitantes, mudando a definição de acordo com a duração da visita. Desta forma, ao invés de “excursionista” denomina-se “visitante de um dia” a pessoa “que não pernoite em acomodações coletivas ou privadas no local visitado” (OMT, 2003, p.21), inclusive os passageiros de cruzeiros, trens, etc., pois visitam o local, mas estão hospedados nestes equipamentos. Assim, percebe-se que todo visitante é considerado como turista, pois utiliza praticamente os mesmos serviços direcionados para a atividade turística, causando impactos na economia, no ambiente natural, etc.

Além da preocupação com a organização do destino turístico e da sensibilização da comunidade local para acolher o turista, vem sendo enfatizada a responsabilidade moral do turista, como possível causador de impactos, buscando a mitigação dos impactos negativos. Como exemplo vale lembrar a existência de campanhas publicitárias que esclarecem sobre os direitos e deveres dos turistas, a importância de conhecer e respeitar a cultura local ou ainda no combate ao “turismo sexual”. Contudo, para Swarbrooke (2002, p.16),

tem havido pouca evidência até agora de que os turistas estejam interessados no conceito de turismo sustentável, além da preocupação natural com a qualidade do meio ambiente das localidades de férias por eles freqüentadas. Não tem havido boicotes a empresas aéreas hostis ao meio ambiente ou exigências para que os hotéis paguem salários mais altos.

Em relação a este comportamento do turista, e sua contribuição para a sustentabilidade, em uma das visitas ao município de Coremas, durante o carnaval, levantou-se o questionamento: será que os jovens, que seguem o ‘arrastão’ do trio elétrico, sujam as ruas e as águas do rio com garrafas e latas de cervejas, urinam nas calçadas, elevam o volume dos sons de seus carros a ponto de não ser possível conversar com a pessoa ao lado, têm preocupação com a idéia de turismo sustentável? O que fica evidenciado é que estas ações comprometem os princípios



da sustentabilidade. Assim, cabe à comunidade local e ao governo (sem hierarquizar) a competência para decidir que “tipo” de turismo e de turista se deseja em seu local de moradia, para a partir daí pensar na sustentabilidade do turismo.

### **2.1.1. Impactos do Turismo**

Vários estudiosos se concentram sobre os possíveis impactos do turismo. Neste trabalho busca-se a análise dos impactos do turismo no sertão da Paraíba, em especial no município de Coremas, como um dos caminhos para se avaliar a (in)sustentabilidade da atividade.

Estes impactos geralmente são agrupados em quatro categorias: impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais (ou socioculturais). Com a problemática da crise ecológica em evidência, a dimensão do meio ambiente, natural e construído, se sobressai quando se pensa sobre os possíveis impactos do turismo. Todavia, ao se buscar o turismo sustentável, todas as dimensões devem ser igualmente relevantes.

Em relação ao conceito de meio ambiente, deve-se considerar que este é composto por “vários ambientes”, como: meio ambiente natural, meio ambiente rural, meio ambiente construído, vida selvagem e recursos naturais (SWARBROOKE, 2002).

Ruschmann (1999, p. 21) escreve sobre os desdobramentos da relação do homem com o meio ambiente por meio da atividade turística, destacando que esta relação tem início com a descoberta da natureza, no século XVIII, conclui dizendo que

depois da metade dos anos 80, distingue-se um outro período (...). O turismo de natureza ou o turismo ecológico ocorre na maioria das localidades turísticas estabelecidas e, nas novas, evita-se a ocupação de todos os espaços [...]. Trata-se, portanto, da renovação do turismo, cuja

clientela busca a calma, as aventuras e o conhecimento mais profundo das regiões visitadas.

Ressalta-se que parece existir uma dose de otimismo ou inadequação à realidade brasileira quando a autora afirma que o “turismo ecológico ocorre na maioria das localidades estabelecidas” e que “nas novas, evita-se a ocupação de todos os espaços”. O que se tem visto na maioria dos casos que apresentam o turismo ecológico como “cartão de visita” é uma incompatibilidade com os princípios de respeito ao ambiente, tomando como *slogan* “ecológico” apenas por interesse de mercado; e uma ocupação desordenada de áreas legalmente protegidas.

Guedes (2005, p. 155-6) em pesquisa sobre os impactos ambientais provocados pelos empreendimentos turísticos no distrito de Jacumã, litoral paraibano, aponta que

a identificação das pousadas e restaurantes localizados em áreas com restrições legais e em áreas com alta restrição” [...] [demonstra que] “os interesses econômicos têm prevalecido sobre os ecológicos, gerando impactos ambientais negativos no meio ambiente”.

Para a autora, a responsabilidade desta situação também cai sobre o Poder Público, pois este “fiscaliza com ineficiência, omite-se ou movido por interesses econômicos, permite a ocupação das áreas protegidas por Lei e quando autoriza o seu loteamento” (GUEDES, 2005, p. 155).

À medida que se busca a turistificação dos lugares, pode ser que se percam importantes atributos, como vem acontecendo no litoral nordestino, onde paisagens exóticas são alteradas pela construção de *resorts* padronizados e instalação de mega-projetos hoteleiros.

Almeida (1998, p. 20), aponta que os espaços tendem a se tornar artificializados ou turistificados quando existe mais preocupação mercadológica que ambiental para a satisfação dos turistas. Para a autora, “a turistificação é o processo de apropriação do lugar para e pelo turismo”.

Knafou (2001) aponta que são três as fontes de turistificação dos lugares: os turistas, o mercado e os planejadores, e promotores territoriais. Sendo os turistas e suas práticas os que estão na origem desse processo, os que induzem à formação de territórios turísticos. Contudo, se tem assistido a exemplos onde os espaços são “inventados” primeiro e depois são utilizados pelos turistas, um exemplo é a cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos, ou então se deve considerar as alternativas mais sustentáveis nesta turistificação.

A dimensão econômica vem adquirindo destaque na busca pela sustentabilidade do turismo. Considerando-se a idéia de que é preciso proteger a natureza para utilizá-la como recurso e vendê-la para o/pelo turismo. Mesmo com uma conotação assustadora para os ambientalistas, esta lógica se aproxima da linguagem mercadológica onde o turismo está inserido e pode colaborar com o interesse maior de conservação da natureza.

Swarbrooke (2002, p.95) propõe a análise custo-benefício como auxílio na tomada de decisões em projetos de desenvolvimento turístico, mesmo sabendo que algumas limitações estão implícitas, por exemplo, a dificuldade em “quantificar os custos e benefícios sociais que resultam do desenvolvimento do turismo, tais como crime, alienação social e a erosão de culturas tradicionais”; ou ainda o fato de que “um projeto pode beneficiar uma região como um todo, mas pode trazer altos custos a uma pequena parte da comunidade”.

Observa-se que os mais propagados benefícios do turismo estão atrelados ao setor econômico<sup>3</sup>, intrínseco à idéia de desenvolvimento, como se pode ver nas palavras de Beni (2001, p.65):

o turismo provoca o desenvolvimento intersetorial, em função do efeito multiplicador do investimento e dos fortes crescimentos da demanda interna receptiva. É atividade excelente para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e planejamento regional ou territorial.

---

<sup>3</sup> Nas políticas para o turismo no Brasil também tem destaque a visão economicista da atividade, como será abordado no próximo capítulo.

Beni (2001) também destaca que o aumento da oferta turística, com a implantação de novos equipamentos, reflete na demanda de emprego, diminuindo a mão-de-obra subutilizada ou desempregada. E para o setor público representa geração de renda por meio de “impostos diretos e indiretos incidentes sobre a renda total gerada no âmbito do sistema econômico, bem como seu caráter de estimulador do processo de abertura da economia”. (BENI 2001, p.65)

Mbaiwa (2003, p.452) analisando os impactos econômicos do turismo no Delta do Okavango, (Botsuana-África) aponta:

os benefícios (ex.: renda) que as comunidades locais obtêm a partir do turismo de base comunitária são insignificantes se comparados com aqueles obtidos pelas operadoras de turismo ou pelo governo. [...] isto significa que o turismo no Delta do Okavango não traz benefícios substanciais e significantes para as pessoas do local, por isso sua sustentabilidade, em termo dos benefícios socioeconômicos, torna-se questionável. (tradução nossa)<sup>4</sup>

A fim de otimizar os benefícios econômicos do turismo, Swarbrooke (2002) enfatiza que se deve garantir a distribuição destes benefícios por toda a comunidade local, especialmente as camadas mais carentes; cobrar do turista um preço justo; proteger as empresas locais da concorrência das empresas estrangeiras; e reduzir a fuga de capital. Contudo, não se pode defender uma situação de protecionismo e de monopólio, e se reconhece que as “mãos do mercado” podem não permitir certas intervenções.

Segundo Coriolano (1997, p.127) “quando o turista agride as comunidades geram-se problemas de antipatia ao visitante. Por outro lado, quando o residente subestima sua cultura, seus valores, ou explora financeiramente o turista essas relações passam a ser prejudicadas”. Sobre este aspecto, Swarbrooke (2002, p.109) afirma:

---

<sup>4</sup> No original, em inglês: “*benefits (e.g. revenue) that local communities obtain from community-based tourism are insignificant when compared to those obtained by the private tour operators or by government. [...] this means tourism in the Okavango Delta does not have substantial and meaningful economic benefits to the local people, hence its sustainability in terms of socio-economic benefits become questionable.*”

os impactos socioculturais do turismo geralmente ocorrem de maneira vagarosa e discreta com o passar do tempo. Eles são também em grande parte invisíveis e intangíveis. Contudo, o impacto social do turismo geralmente é permanente, com pouca ou nenhuma oportunidade de reverter as mudanças uma vez ocorridas.

Estas características do impacto sociocultural do turismo implicam em certa dificuldade de percepção, comprometendo, a efetividade do planejamento sustentável para o turismo. Para Coriolano (1997, p. 127-8) “o contato entre esses grupos modifica a forma de pensar e de agir, quando o local e os costumes vão mudando de forma brusca, pois as mudanças incidem nos objetos e sobretudo nas pessoas, não havendo como escapar”

Ruschmann (1999, p. 65) afirma que “os impactos negativos do turismo ecológico sobre o meio ambiente natural e sociocultural superam os positivos”. Por isso a importância do planejamento como ferramenta de mitigação destes impactos e de controle, de uma forma geral, da atividade. Para a autora,

o plano de desenvolvimento constitui o instrumento fundamental na determinação e seleção das prioridades para a evolução harmoniosa da atividade, determinado suas dimensões ideais, para que, a partir daí, possa-se estimular, regular ou restringir sua evolução. (RUSCHMANN, 1999, p. 84)

Hall (2003, p. 25) aponta que o planejamento turístico sustentável é “uma forma integrada de planejamento turístico que procura garantir, a longo prazo e com o mínimo de deterioração de recursos, de degradação ambiental, de rompimento cultural e de instabilidade social, **a segurança dos moradores**” (grifo nosso). Destacando a preocupação com as características econômicas, físico-espaciais e comunitárias.

Contudo, concorda-se com Molina (2001, p. 63) ao afirmar a necessidade de que o planejamento “encontre um apoio verdadeiro tanto em questões do tipo social e físico como econômico. Planejar para cumprir um requisito político não conduz a nenhuma solução”.

Mariani (2003, p. 46-7) em estudo sobre os impactos do turismo em Bonito-MS, cujo ambiente natural, em especial as águas vem sendo utilizado como atrativo e transformado em produto turístico, concluiu que

o desenvolvimento do turismo, além de impactos nos meios físico e biótico, também causou impactos nas atividades produtivas e na cultura da população fixa, de modo que foi observada uma transformação nos hábitos de consumo, despertada por novas aspirações até então desconhecidas, consequência da presença do turista e da instalação de lojas com produtos de circulação nacional e internacional, [...] gerou modificações nos valores culturais em relação ao trabalho, ao consumo, educação, religião, costumes, explicitando que não houve uma exaltação dos verdadeiros valores culturais, que constituiria em uma forma de resistência à depredação e determinaria a preservação da identidade local, impedindo, desta maneira, o processo de aculturação, que costuma ocorrer em larga escala, em área de desenvolvimento do turismo.

Ainda assim, o autor aponta que a atividade vem trazendo benefícios ao município de Bonito (MS), como o aumento do número de empregos, a arrecadação municipal, o controle do número de visitantes nos atrativos e a utilização de guias locais. Com mais este exemplo de benefícios e malefícios resultantes da atividade turística relembra-se a importância da análise de custo-benefício, citada acima, e do planejamento turístico como estratégia para minimizar estes impactos negativos.

### **2.1.2 Impactos no Ambiente Aquático**

Como o *lócus* desta pesquisa tem como base de sustentação o ambiente aquático dulcícola (os açudes) buscou-se apontar quais os possíveis impactos negativos decorrentes de ações antrópicas neste ambiente, inclusive como documento de apoio nas tomadas de decisões sobre o turismo no local. De acordo com Vernier (1994), destacam-se:

- a poluição orgânica: causada pelo despejo de esgotos, indústrias ou qualquer matéria orgânica que seja depositada no ambiente. No senso comum

costuma-se pensar que esta matéria orgânica (como restos de comida) é utilizada pelos peixes como alimento. Contudo, parte desta matéria será decomposta por bactérias, que precisam consumir oxigênio, o elevado consumo de oxigênio no ambiente aquático pode levar à morte dos peixes por asfixia, ou falta de oxigênio, como é acontece nos casos de poluição dos lagos e rios das grandes cidades.

- a poluição tóxica: causada pela presença de metais pesados (chumbo e mercúrio, entre outros) dejetos industriais, (principalmente pelas indústrias químicas), de inseticidas ou herbicidas utilizados na agricultura. Pode levar a morte dos peixes por intoxicação, e se estes peixes contaminados forem ingeridos por pessoas e outros animais, como as aves, também pode lhes levar à morte;

- as matérias em suspensão: a erosão natural da superfície ou os dejetos das indústrias e das cidades podem deixar o ambiente aquático carregado de partículas, deixando a água turva (barrenta), causando uma poluição estética, além de perturbar os peixes, com a penetração destas partículas em suas guelras, ou ainda contribuir para a poluição orgânica ou tóxica. As chuvas, quando “lavam” as ruas das cidades também despejam grandes quantidades de partículas neste ambiente. A preservação das matas ciliares é um meio de prevenir a erosão nas margens dos rios, represas, etc.

- o excesso de matéria nutritiva: a presença de matéria orgânica proveniente do meio externo ao ambiente aquático, como folhas, troncos, etc., pode tornar este ambiente eutrofizado, com excesso de nutrientes (nitratos e fosfatos). Isto pode favorecer uma proliferação de algas, que ao se decompor vão consumir grandes quantidades de oxigênio. Além disso, estas algas também podem impedir a entrada de luz no ambiente aquático.

## **2.2 Desenvolvimento Local**

O desejo pelo desenvolvimento está entrelaçado com o desejo pelo progresso, sendo muitas vezes entendidos como sinônimos pela população. Buarque (1990, p. 45-59) aponta alguns aspectos desta analogia entre desenvolvimento e progresso, citados a seguir:

- a idéia de progresso que se conhece só foi possível depois da revolução industrial e capitalista, há duzentos anos;

- sua divulgação se expandiu por todo mundo atrelada à idéia de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX;

- surpreende a rapidez como esta idéia de progresso se arraigou como valor intrínseco, sendo difícil entender que em algum momento a sociedade humana não caminhou em direção “a um progresso contínuo, onde o futuro é sinônimo de mais produção”;

- “a idéia que tinha surgido dos gregos como sinônimo de aperfeiçoamento cultural foi aprisionada e reformulada como um conceito específico da economia”; o progresso passa a ser medido pela taxa de crescimento do produto *per capita*, sendo respeitados se fossem cada vez mais elevados.

- todas as regiões “passaram a procurar este tipo de progresso, concentrando todos os recursos no esforço mimético de repetir o êxito das regiões bem sucedidas”;

- “o próprio conceito de cultura passa a ser hierarquizado, havendo culturas inferiores ou superiores, conforme seus vínculos respectivos com economias mais ou menos ricas”;

- com o fim da Segunda Guerra, as críticas atiradas ao consumismo, ao desperdício e ao belicismo, a indução ao desenvolvimento, para atender a demanda de novos mercados, “o progresso desvendou sua impotência para construir a utopia a que se propunha”;

- “ao importarem o conceito de progresso, as populações do Terceiro Mundo descobriram e importaram o conceito de subdesenvolvimento, e o aplicaram a si mesmas por comparação com os padrões desenvolvidos”;

- em busca desse desenvolvimento importado, “os subdesenvolvidos endividaram-se, violentaram suas culturas, depredaram seus recursos, concentraram a renda, utilizaram regimes autoritários, segregaram suas sociedades, na ânsia de atingirem o nirvana do progresso”. E isto deveria continuar para a evolução deste processo.



- as conseqüências desse processo, deflagradas em várias crises (ecológica, econômica, cultural, social) “mostram que o atual padrão civilizatório utilizado no Brasil, com base no progresso dos últimos dois séculos, está ameaçado.”

Com isso, Buarque (1990, p.59) conclui que “a realidade de hoje parece ser de ruptura do modelo de progresso seguido até o momento, e de surgimento da pergunta de qual será a nova alternativa”. No entanto, ainda hoje, passada quase uma década do século XXI, esta ruptura não atinge todas as camadas sociais, nem todas as nações, e ainda coexiste junto aos seduzidos por aquela idéia de progresso, que tentam colocá-la em prática.

De fato, surgiram propostas de “desenvolvimento” que defendem explicitamente um “novo” progresso. Estas propostas recebem diversas denominações: ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, etc., e em sua essência propõem o que pode ser definido como um “desenvolvimento responsável”. Diferentemente da idéia anterior de progresso, este passa a ser visto, pelo menos pelos teóricos, como um meio, e não como um fim a ser atingido.

Contudo, apesar das tentativas de mobilização planetária das nações (nem todas as nações) em direção aos novos meios de desenvolvimento, é gritante a exploração social, a degradação ecológica, a descaracterização cultural e as amarras econômicas no cotidiano da sociedade pós-moderna. Ainda assim, esta mesma sociedade, alguns grupos mais, outros menos, comunga da esperança em uma mudança de postura que levará a redução (ou fim?) do que Morin (1995, p.103) chama de “agonia planetária”, destacando que “a agonia de morte/nascimento é talvez o caminho com riscos infinitos para a metamorfose geral. Com a condição de que venha a tomada de consciência, justamente, dessa agonia”.

### **2.2.1 Desenvolvimento Local e Turismo**

Coriolano (2003, p. 25) aponta como a atividade turística participa da busca por um “novo” desenvolvimento:

o turismo se põe como um dos mecanismos ou incentivo e viabilização desse processo. Sendo o turismo uma atividade de efeito multiplicador, oferece condições para o desenvolvimento de pequenas empresas (além das grandes), podendo beneficiar os mais pobres, como mostram algumas experiências. Não se pode esquecer que ele, **na maioria das vezes se vincula aos ricos, aos poderosos e aos megaprojetos concentradores de renda, e nesse caso gera pobreza nos pólos receptores.** (Grifo nosso)

Assim, vem sendo atribuída para o turismo, na teoria e na prática, a posição de “agente promotor do desenvolvimento” (CORIOLANO, 2003) ou ainda “a melhor alternativa para alcançar o desenvolvimento”, (como se escuta nas falas de alguns governantes) e recentemente sendo enfatizado, principalmente em programas de governo, como agente para o desenvolvimento local sustentável. Este desenvolvimento é atrelado à geração de emprego e renda, uma das “vantagens” mais exaltadas da atividade turística, seja a nível nacional ou local, desviando as atenções daquela concentração de renda apontada por Coriolano (2003). Por exemplo, para o secretário de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo do Brasil, os principais desafios para o Brasil, no setor turístico, até o ano 2007, são a criação de 1,2 milhão de empregos e a entrada no país de cerca de US\$ 8 bilhões<sup>5</sup> (FOLHA ON LINE, 2005).

Em 1997 a Universidade de São Paulo realizou o 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local<sup>6</sup>, demonstrando, como aponta a Profa. Adyr Balastery Rodrigues, a urgência de estudos sobre os efeitos do turismo, em especial nos países periféricos. Neste sentido, Souza (1997) analisa “como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?”. Para isso o autor vê a necessidade de refletir sobre aspectos essenciais na elucidação desta questão.

O primeiro aspecto refere-se ao próprio conceito de desenvolvimento, que é geralmente confundido com o de desenvolvimento econômico - quando não com o de crescimento econômico - que não considera a (des)concentração da renda e outros indicadores sociais.

---

<sup>6</sup> Que este ano, como prova de sua importância e continuidade, acontece em sua décima versão em João Pessoa – Paraíba, e onde os resultados desta pesquisa também serão apresentados.

Molina (2001, p. 26-8), sobre as características e diferenças entre o crescimento e o desenvolvimento econômico, aponta que o conceito de crescimento econômico “não contempla aspectos do tipo social” e que “inclusive o segundo não pode ser consequência de primeiro”. O autor enfatiza que o desenvolvimento “abrange tanto os aspectos produtivos como os sociais; por exemplo, a mobilidade social e a qualidade de vida. Mesmo em seu aspecto econômico, o desenvolvimento é diferente do crescimento”.

Logo,

o termo ‘desenvolvimento’, no essencial, e devidamente despido de sua carga ideológica conservadora (etnocêntrica e capitalista), deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna para seus membros, mais justa e legítima. (Souza, 1997, p.18).

Para Coriolano,

o desenvolvimento local se define como um processo de mudança de mentalidade, de cambio social, institucional e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso orienta-se para o desenvolvimento de médias, pequenas e micro-empresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento em escala humana. (2003, p.25)

Ao conceito de desenvolvimento apontado por Souza (1997), deve ser acrescentada a necessidade de ‘superação de problemas ambientais’, e que a sociedade não se torne mais justa apenas para seus membros, mas que atente para a conservação de outras espécies, independente das diretrizes do ecodesenvolvimento.

Considerando os envolvidos nesse processo de desenvolvimento, Souza (1997) aponta outro aspecto: “quem ganha (ou tende a ganhar) e quem perde (ou pode perder) com o turismo?” Destacam-se três grupos:

1. A população da área de origem do turista. Se por um lado não terão os possíveis benefícios deixados pelo gasto de dinheiro no local, podem ganhar ao serem poupados dos impactos negativos, por exemplo,

exploração sexual e degradação do ambiente, gerados em outras localidades.

Sobre esta “transferência espacial de impactos”, deve-se considerar que quando o turista viaja em busca de qualidade ambiental, ela já pode estar bem reduzida no seu local de residência; e que devem existir mecanismos de controle daqueles impactos para que não se torne lícita a atitude de poupar o seu ambiente de moradia e destruir o do outro, como se fosse um direito do consumidor-turista. E ainda, que o local de origem de turista também receba visitantes.

2. Os turistas. Se não ganhassem com o turismo, independentemente da natureza desses ganhos, não se motivariam a viajar.
3. A população da área de destino dos turistas. Apesar do caráter multiplicador da atividade turística, da geração de emprego e renda, é evidente que alguns grupos ganham diretamente enquanto outros perdem. Como por exemplo o setor imobiliário, que costuma comprar e lotear terrenos no litoral, enquanto a população que vivia na área é marginalizada, social e espacialmente.

Souza (1997, p.20) aponta que mesmo diante das pressões exercidas nas comunidades receptoras, ainda há os que minimizam os aspectos negativos do turismo por conta de uma visão etnocêntrica dos benefícios da atividade sob o ângulo da “modernização” da sociedade, muitas vezes sem consultar se a população está disposta a arcar com as conseqüências desta modernização.

Na realidade do turismo paraibano, que não se distancia do padrão brasileiro, percebe-se a visão do turismo como agente modernizador, que traz implicações negativas quando conduz ao abandono de tradições e aquisição de modelos exógenos, como por exemplo, planos turísticos para o litoral paraibano que tentam imitar a realidade de Cancún (México) (CRUZ, 2000), ou quando cidades do Sertão da Paraíba apresentam escolas de samba no carnaval, situação relacionada à cultura em primeira mão, e à atividade turística. Atualmente, o *boom* no turismo da costa nordestina é o “turismo imobiliário”, em que o território é loteado e vendido, principalmente para estrangeiros, para a implantação de “segundas residências”, ignorando os prejuízos sócio-ambientais que esta “exportação” do território causou em outros locais, atendendo primeiramente aos interesses dos grupos imobiliários,

como é apontado por Luchiari (1997) no litoral norte paulista, onde a cultura caiçara é dissolvida diante da nova realidade que a atividade turística imprime neste grupo e no ambiente natural. Para Coriolano (2003) este modelo de desenvolvimento turístico está em sintonia com o eixo de desenvolvimento turístico global, sem maiores preocupações com a sustentabilidade em seus diversos aspectos.

Por fim, Souza (1997) destaca um terceiro fator: a questão da autonomia da comunidade receptora na condução do turismo. Atualmente verifica-se que o discurso da participação da comunidade<sup>7</sup>, adquire várias denominações, como turismo comunitário ou turismo de base local, aparecendo com frequência nas políticas públicas dos municípios e dos países, como no do atual Plano Nacional de Turismo do Brasil.

Oliveira e Endres (2003, p. 281) sobre a participação da comunidade no desenvolvimento turístico do município de Sousa (também localizado no sertão da Paraíba), apontam que esta participação, apesar dos avanços na condução do turismo, “é uma realidade ainda distante das acepções de quem busca um desenvolvimento sustentável para Sousa”. E que se por um lado, foi observado o interesse e ações concretas da comunidade em participar desse processo, por outro, em toda a história do Vale dos Dinossauros, não houve interesse dos governos, local ou estadual, neste sentido. No entanto, pode-se verificar uma tomada de consciência de alguns segmentos da sociedade quanto aos possíveis benefícios que o turismo pode permitir ao município.

Concorda-se com as autoras quando apontam o distanciamento entre a busca do desenvolvimento sustentável e a pontualidade das ações em prol do turismo em Sousa, que se limitavam à ações no Vale dos Dinossauros, pois na medida em que se primou pela conservação das pegadas dos dinossauros e do ambiente do Vale, foram ignorados aspectos sociais e culturais da comunidade, e o ambiente natural do entorno do Vale, que podem compor o leque de atrativos turísticos do município. Além de que os benefícios buscados sempre estiveram atrelados aos ganhos econômicos. (OLIVEIRA & ENDRES, 2003)

---

<sup>7</sup> No Capítulo 6, ao apresentar os resultados desta pesquisa aborda-se a questão da participação comunitária no desenvolvimento turístico em Coremas, como um indicador de sustentabilidade do turismo e em atenção a um dos objetivos específicos deste estudo.

Desta forma, a participação da sociedade nas tomadas de decisões “emerge, nesse cenário, como um elemento de contra cultura; mas provavelmente constitui a única garantia ética de sustentabilidade de um processo efetivo de desenvolvimento” (IRVING, 2002, p.39).

Araújo (2004a, p.117-8) baseando-se em vários autores aponta os benefícios da participação comunitária ou do envolvimento de *stakeholders*<sup>8</sup> neste processo de desenvolvimento sustentável, destacando:

- a atenção aos interesses de diversos grupos, assim como aos da sociedade em geral;
- a minimização de conflitos, uma vez que permite a discussão dos interesses entre estes grupos;
- o “aumento da eficiência, equidade e harmonia entre os participantes”;
- “o potencial de aumentar a autoconfiança e a conscientização dos envolvidos sobre questões relacionadas ao desenvolvimento turístico”, como o entendimento dos possíveis prejuízos e benefícios provocados pelo turismo na sua localidade, desempenhando também um papel educacional;
- a promoção de “decisões que aparentam um maior nível de ‘consenso’ e propriedade coletiva”;
- o envolvimento de *stakeholders*, como a iniciativa privada, que serão responsáveis pela implementação de parte das decisões, e que pode aumentar as chances de se obter êxito na implementação de um plano turístico;

No entanto, Araújo (2004a) destaca que na maioria das vezes esta participação se limita a consultas, não representando, de fato, a distribuição de poder entre os participantes, sendo utilizada apenas para justificar os projetos.

## 2.3 Sustentabilidade

---

<sup>8</sup> Gray (1989 apud ARAÚJO, 2004a, p.111) considera como *stakeholders* “todos os indivíduos, grupos ou organizações que são afetados por ações que outros *stakeholders* adotam para resolver um determinado problema”.

A busca pelo desenvolvimento junto às pressões deflagradas com o anúncio da crise ecológica conduziu a uma tomada de consciência, a partir da década de 1970, sobre as responsabilidades da sociedade e seu “estilo” de vida diante daquela crise, para em seguida tornar-se público o conceito de desenvolvimento sustentável.

Leff (2001, p. 15-8) aponta que o princípio da sustentabilidade surge como marca do limite do crescimento econômico e da negação da natureza, que vai reorientar o processo civilizatório da humanidade. No entanto, o “conceito de sustentabilidade surge do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção”. Procurava-se então “um conceito capaz de ecologizar a economia, eliminando as contradições entre crescimento econômico e preservação da natureza”, além da necessidade de um “novo” desenvolvimento, diante do “fracasso” do modelo em voga.

Desta forma, o autor afirma que

o discurso da sustentabilidade monta um simulacro que, ao negar os limites do crescimento, acelera a corrida desenfreada do processo econômico para a morte entrópica. A racionalidade econômica desconhece toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a uma degradação do sistema que transcende toda norma, referência e sentido para controlá-la (LEFF, 2001, p.23).

Esta contestação posta pelo autor sobre a possibilidade de um desenvolvimento sustentável vai além das definições conceituais, aparecendo na dificuldade de operacionalização em meio a um sistema econômico pautado no crescimento sustentado pela/na natureza. A questão maior é conseguir um desenvolvimento sustentável, ao invés de sustentado na natureza, dentro do sistema capitalista (LEFF, 2001).

Neste sentido, Lima (2003) também entende a sustentabilidade como um discurso. Apoiando-se em Foucault (2001), o autor explica que a sociedade utiliza-se de “discursos” de acordo com as circunstâncias em que estão envolvidos. Assim, Lima (2003, p.100) vê a sustentabilidade “como uma proposta em torno da qual gravitam múltiplas e diversas forças sociais, interesses e leituras que disputam entre si o reconhecimento e a legitimação social como ‘a interpretação verdadeira’ sobre o tema”.

O documento *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*<sup>9</sup>, 1987apud LEFF, 2001, p.19) aponta para a necessidade da sustentabilidade ecológica da globalização como condição para a sobrevivência do homem. Assim definiu-se desenvolvimento sustentável como “um processo que permite satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de atender às gerações futuras”.

Muitos autores se opõem a este conceito de sustentabilidade do *Nosso Futuro Comum*, entre eles, Dahl (1997 apud BELLEN, 2005, p. 27) que diz se tratar de uma “definição muito geral e não implica responsabilidade específica a respeito das dimensões do desenvolvimento sustentável e nem em relação às gerações futuras”. Para Lima (2003) este conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório Brundtland possibilita diversas leituras, pois se de um lado associa desenvolvimento à justiça sócio ambiental e renovação ética, do outro apenas acrescenta a variável ecológica à perspectiva de crescimento econômico, contradizendo-se.

Busca-se um conceito mais prático e os meios de operacionalizar a proposta de desenvolvimento sustentável. Uma alternativa nesta busca vem sendo encontrada na Agenda 21, que propõe diretrizes rumo à sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade, em particular tem se desdobrado de modo a atender a interesses específicos, estando em contínua disputa para demonstrar o que é considerado “sustentável” em cada setor.

O termo desenvolvimento sustentável é claramente um conceito carregado de valores, e existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade (DAHL, 1997, apud BELLEN, 2005, p.27)

Assim, uma das prerrogativas para alcançar o desenvolvimento sustentável, é que se chegue a uma concepção que permita a adequação aos valores locais e que esta concepção seja entendida pela sociedade local (DAHL, 1997, apud BELLEN, 2005).

---

<sup>9</sup> O documento “*Our Common Future*” também é conhecido como “Relatório Brundtland”.



A dificuldade no entendimento da idéia de desenvolvimento sustentável também é exposta por Luke (apud FISHER, 1995, p. 21-22):

como meta social [...] a sustentabilidade está carregada de questões não-resolvidas. Sustentável por quanto tempo: uma geração, um século, um milênio, dez milênios? Sustentável em que nível de apropriação humana: residências individuais, vilas locais, cidades principais, nações inteiras, economias globais? Sustentável para quem: todos os humanos agora vivos, todos os humanos que virão a viver, todos os seres vivos no momento, todos os seres vivos que virão a viver? Sustentável para que condições: para o capitalismo transnacional contemporâneo, para caçadores e coletores Neolíticos, para algum império global espacial? Desenvolvimento sustentável para quê: renda pessoal, complexidade social, produto interno bruto, frugalidade material, consumo individual, biodiversidade ecológica? (tradução nossa)

Maturana e Dávila (2004, p.106-8) refletem sobre como produzir um viver congruente com a idéia de desenvolvimento sustentável e ética. Para os autores, a noção de desenvolvimento implica o desejo de garantir uma idéia de completude. “É preciso definir se queremos crescer ou desenvolver-nos”. Este querer é determinante na teoria sistêmica, na qual, quando se distingue o que se quer conservar, tudo muda. “O central é fazer explícito o que se quer conservar com a noção de sustentabilidade, porque há de se fazer explícito que estamos conservando aquilo que temos declarado que queremos conservar”.

Os autores concluem enfatizando a importância do olhar sistêmico para se chegar ao desenvolvimento sustentável. Assim, é traçada uma direção em busca da sustentabilidade. Este olhar sistêmico também é o alicerce para o turismo sustentável.

### **2.3.1 A Sustentabilidade no Turismo**

Na atividade turística o conceito de sustentabilidade é inspirado no “*Our Common Future*, 1987”, citado acima. Assim, tem-se como desenvolvimento sustentável do turismo “o que atende às necessidades dos turistas atuais sem comprometer a possibilidade do uso fruto dos recursos pelas gerações futuras” (*World Commission of Environment and Development* 1987, apud RUSCHMANN,

1999, p.10). Neste conceito é evidente a visão da natureza enquanto recurso à disposição do homem, para se atingir um objetivo, como é enfatizado por Leff (2001). No entanto, acredita-se que se a atividade turística for planejada de forma sistêmica, é possível que interesses não-humanos sejam respeitados.

Para Irving

a concepção de desenvolvimento sustentável implica um novo paradigma do pensar as sociedades humanas segundo uma nova ética de democratização de oportunidades e justiça social, percepção das diferenças como elemento norteador de planejamento, compreensão da dinâmica de códigos e valores culturais e compromisso global com a conservação de recursos naturais. (2002, p.35)

Numa tentativa de aceitação da idéia de desenvolvimento sustentável, Rodrigues (1997, p. 45) afirma:

compreender o turismo pelo viés do desenvolvimento sustentável é dar-lhe uma dimensão correta de análise. Viés significa, não o sentido principal, mas diagonal e só diagonalmente é que se pode argumentar que esta atividade econômica seja sustentável em relação ao ambiente.

Concorda-se com a autora quando afirma que “a sustentabilidade não pode ser pensada numa única atividade dada a inter-relação que existe entre todas as atividades econômicas” (RODRIGUES, 1997, p.53). Desta forma, contesta-se veementemente os discursos dos governos que abraçam o conceito de desenvolvimento sustentável do turismo, enquanto permitem a ocupação desordenada do território ou não se preocupam com o tratamento dos esgotos jogados em rios e mares, por exemplo.

Para a Organização Mundial do Turismo, turismo sustentável é o que

atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor para o gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p.24).

O planejamento e o gerenciamento são cruciais na proteção da integridade dos recursos e na conservação ambiental e social da localidade turística em sua forma original (COOPER et al, 2001). Sobre o planejamento como meio para chegar à sustentabilidade, Molina (2001, p. 73) aponta que na América Latina, o planejamento “foi promovido como instrumento para acelerar o desenvolvimento”. E considerando as formas de negociação norte-sul, “o planejamento tem de ser econômico e, preferencialmente, economicista”. O autor destaca também que este planejamento foi apresentado à sociedade como instrumento de controle para qualquer erro. Assim, se este erro estivesse obedecendo a algum plano de crescimento, seria aceito pela sociedade.

Atualmente, percebe-se algumas mudanças nessa postura, que são verificadas em movimentos sociais e ambientais, que já não aceitam passivamente esses erros. No turismo, comunidades como a da Prainha do Canto Verde (no estado do Ceará), conhecendo os erros que já estavam impregnados na “vizinhança” desenvolvem um projeto de turismo comunitário, em que os interesses do governo têm que atender aos interesses da comunidade, e não primeiramente aos do mercado (SHÄRER, 2003). Situações como esta, mostram que a sociedade está deixando a postura passiva e que, para alcançar êxito, a necessidade de mudança por meio do planejamento deve ser do interesse de todo um grupo, e não de um sujeito. Apesar do avanço no planejamento de políticas públicas, inclusive no turismo, esta necessidade e os meios de mudança ainda não são do conhecimento da maioria da população, como foi verificado no município de Coremas - PB, e será apresentado adiante.

## **2.4 Indicadores de Sustentabilidade e a Atividade Turística**

Mesmo diante da complexidade do conceito de sustentabilidade, nos seus aspectos teórico e prático, considera-se neste trabalho que por meio da busca de um desenvolvimento mais sustentável ou responsável é possível compatibilizar os diversos interesses humanos com as características do ambiente.

Neste sentido, os indicadores de sustentabilidade ou qualquer outra ferramenta que se empenhe em “medir” a sustentabilidade de alguma atividade, são

meios disponíveis para tentar elucidar a questão apresentada por Bellen (2005, p. 13): “como o desenvolvimento sustentável pode ser definido e operacionalizado para que seja utilizado como ferramenta para ajustar os rumos que a sociedade vem tomando em relação à sua interação com o meio ambiente natural?”.

Ainda que definidas de forma clara quais as funções dos indicadores, não há consenso na comunidade técnico-científica sobre sua relevância para o conhecimento e transformação da realidade. Ressalta-se, por outro lado, a necessidade de discorrer sobre alguns aspectos dos indicadores relacionados à sustentabilidade.

Hammond et al. (1995 apud BELLEN, 2005, p.41) destacam que o termo *indicare* (do latim, indicador) significa descobrir, apontar, anunciar, estimar; neste sentido, pode “comunicar ou informar sobre o progresso em direção a uma determinada meta, como por exemplo, o desenvolvimento sustentável [...]”, assim como pode evidenciar um fenômeno que não seja rapidamente visível.

Bellen (2005, p.42) afirma que “a mais importante característica do indicador, quando comparado com os outros tipos ou formas de informação, é sua relevância para a política e para o processo de tomada de decisão”, considerando-se também que “para ser representativo, o indicador tem de ser considerado importante tanto pelos tomadores de decisão quanto pelo público” (GALLOPIN, 1996 apud BELLEN, 2005, p.42).

As principais funções dos indicadores, segundo Tunstall (1994 apud BELLEN, 2005, p.42) são:

- avaliação de condições e tendências;
- comparação entre lugares e situações;
- avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos;
- proveção de informações de advertência;
- antecipação de futuras condições e tendências.

Para este estudo, acredita-se que a comparação dos indicadores de sustentabilidade da atividade turística com a realidade observada atenda principalmente às duas últimas funções citadas acima.

Outra característica que se quer assinalar diz respeito a sua natureza qualitativa ou quantitativa, destacando que neste trabalho priorizam-se os aspectos qualitativos, inclusive na comparação com os indicadores de sustentabilidade, ainda que também se faça uso da estatística para melhor demonstrar algum aspecto verificado na pesquisa. Bellen (2005, p.42) ressalta que, em relação à natureza de quantitativo ou qualitativo, alguns autores apontam estes últimos como mais adequados para avaliações relacionadas com o desenvolvimento sustentável, “em função das limitações explícitas ou implícitas que existem em relação a indicadores simplesmente numéricos”.

Gallopín (1996, apud BELLEN, 2005, p. 43) ressalta que os indicadores qualitativos são preferíveis aos quantitativos quando se tem a seguinte situação: “quando não forem disponíveis informações quantitativas; quando o atributo de interesse é inerentemente não quantificável; quando determinações de custo o obrigarem”. Neste sentido, justifica-se o direcionamento neste trabalho, para a análise qualitativa dos indicadores e de demais aspectos pelos argumentos apontados acima, sem excluir as análises quantitativas.

Outro aspecto que é pertinente esclarecer em relação aos indicadores, é que

embora muitas vezes os indicadores sejam apresentados na forma gráfica ou estatística, são basicamente distintos dos dados primários. Dadas são medidas, ou observações no caso de dados qualitativos, dos valores da variável em diferentes tempos, locais, população ou a sua combinação. (GALLOPIN, 1996 apud BELLEN, 2005, p. 43),

Na prática é comum ver dados primários sendo apresentados como indicadores, por exemplo, quando o governo anuncia o aumento do número de empregos relacionados com o turismo, como indicador de desenvolvimento sustentável da atividade em determinada região, sem esclarecer quantos nativos e quantos “estrangeiros” serão empregados, ou sobre a garantia aos benefícios sociais destes empregados. Desta forma é preciso que estes dados sejam analisados junto à outras variáveis.

Bellen (2005, p. 46) destaca que em se tratando de indicadores de sustentabilidade é comum se lidar com julgamentos de valor nas avaliações. Podendo aparecer de forma explícita (preferencialmente), como quando “são

tomados conscientemente e compreende uma parte fundamental do processo de criação de indicadores”, se revelando, por exemplo, “em preferências estéticas; adicionados à medida observada, por meio da limitação imposta pelos padrões legais ou metas desejáveis”; ou de forma implícita, quando não são de fácil percepção e estão “relacionados com características pessoais e de uma determinada sociedade (cultura)”. Assim, um mesmo sistema de indicadores deve ser adaptado a cada realidade onde se avalia a sustentabilidade, no caso de avaliações localizadas, como o deste trabalho.

Deve se ressaltar que a utilização dos indicadores de sustentabilidade, neste estudo é tomada como ferramenta de apoio, e não ferramenta-chave para seu objetivo maior, que é analisar a sustentabilidade do desenvolvimento turístico no município de Coremas-PB.

Tomando-se esta assertiva durante a construção do percurso metodológico adotaram-se os Princípios do Turismo Sustentável (CBTS, 2002) (Quadro 1) e os Indicadores Centrais do Turismo Sustentável (OMT, 2003) (Quadro 2) como recursos utilizados a fim de analisar a sustentabilidade do turismo no município de Coremas, permitindo que se façam inferências à região do sertão e ao estado da Paraíba, contribuindo, para o conhecimento desta realidade no Brasil.

A elaboração, pelo Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS) de princípios, como uma referência nacional para a atividade, é uma iniciativa em prol do desenvolvimento do turismo sustentável. Pois estes princípios

orientam, por meio de um conjunto de critérios, para o desenvolvimento de normas e padrões correspondentes a seus respectivos indicadores de desempenho e seus parâmetros de verificação. Ao desenvolver padrões de sustentabilidade do turismo adequados à realidade do mercado brasileiro, está sendo construída uma base de indicadores ecológicos e socioculturais amplamente aceitos pelo mercado (SALVATI, 2005, p.78)

A OMT, ao apresentar os Indicadores Centrais do Turismo Sustentável (quadro 02) destaca: “é importante que cada município desenvolva um conjunto de indicadores que considere mais relevante à sua própria situação. Os indicadores podem variar em relação a diferentes locais turísticos dentro de um município” (2003, p.115).

### Quadro 01- Princípios do Turismo Sustentável

<b>1 Respeitar a legislação vigente</b>
O turismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país e as convenções internacionais de que o país é signatário.
<b>2 Garantir os direitos das populações locais</b>
O turismo deve buscar e promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, médio e longo prazos, a dignidade dos trabalhadores e comunidades envolvidas.
<b>3 Conservar o ambiente natural e sua biodiversidade</b>
Em todas as fases de implantação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente.
<b>4 Considerar o patrimônio cultural e valores locais</b>
O turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões/localidades receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às tradições e valores culturais, colaborando para seu desenvolvimento.
<b>5 Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos</b>
O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.
<b>6 Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes</b>
O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos.
<b>7 Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis</b>
O turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócio, visando a engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas, em assuntos de sustentabilidade desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão de forma documentada.

**Fonte:** Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), 2002

**Quadro 02 - Indicadores Centrais do Turismo Sustentável**

<b>INDICADOR</b>	<b>MEDIÇÕES ESPECÍFICAS</b>
<b>1. Proteção do local</b>	Categoria de Proteção do Local de acordo com o índice da IUCN*
<b>2. Estresse</b>	Número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico)
<b>3. Intensidade da Utilização</b>	Intensidade de utilização – período de pico (pessoas/hectare)
<b>4. Impacto Social</b>	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo)
<b>5. Controle do Desenvolvimento</b>	Existência de procedimento de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização
<b>INDICADOR</b>	<b>MEDIÇÕES ESPECÍFICAS</b>
<b>6. Gerenciamento dos Resíduos</b>	Porcentual do esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infra-estrutural no local, como o fornecimento de água)
<b>7. Processo de Planejamento</b>	Existência de um plano regional organizado para a região do destino turístico (incluindo o componente turístico)
<b>8. Ecossistemas Críticos</b>	Número de espécies raras ameaçadas
<b>9. Satisfação do Consumidor</b>	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionário)
<b>10. Satisfação do Local</b>	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em questionário)
<b>11. Contribuição turística para a economia local</b>	Proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo



Continua...

<b>ÍNDICES COMPOSTOS</b>	<b>MEDIÇÕES ESPECÍFICAS</b>
<b>A. Capacidade de Carga</b>	Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chaves que influenciam na habilidade de o local suportar diferentes níveis de turismo
<b>B. Estresse do Local</b>	Medida de composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor)
<b>C. Atratividade</b>	Medida qualitativa daqueles atributos do local que o tornam atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo.

\*União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

**Fonte:** Organização Mundial do Turismo (OMT), 2003, p.115.

No capítulo seguinte aborda-se a evolução do planejamento do turismo no Brasil e na Paraíba, por entender que esta prática está diretamente associada com a sustentabilidade da atividade turística.

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO DO TURISMO NO BRASIL E NA PARAÍBA

Neste capítulo, aborda-se, de forma objetiva, os desdobramentos das políticas públicas de turismo no Brasil e na Paraíba, que condizem com o planejamento da atividade. Chega-se aos dias atuais, com o Plano Nacional de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, apresentando os resultados deste programa no estado da Paraíba.

Tanto nos países em desenvolvimento como nos já desenvolvidos o Estado assume posição fundamental na elaboração e condução de políticas direcionadas para o atendimento das necessidades da população, ainda que em diferentes proporções. O Estado “detêm não só a diretriz maior das várias políticas de ação em todos os setores, como também o direito e poder de interferência e fiscalização, podendo fazer-lhe voltar funções delegadas a grupos particulares” (BENI, 1997, p.79). Merece destaque este papel do Estado na condução das políticas de turismo, nos países “em desenvolvimento”.

Em relação a este papel de planejador assumido pelo Estado, Demo (1996, p.42) destaca: “o planejamento, sobretudo quando entendido como função do Estado, possui tendência clássica de impor-se à população, principalmente em sua fase tecnocrática, *sistêmica e impositiva*.”

Atualmente, num contexto de descentralização administrativa a sociedade tenta participar das tomadas de decisões, difundindo o planejamento participativo, que permite que as pessoas deixem a postura de meros clientes do Estado e se desprendam da situação de comandados. Em prol dessa mudança a descentralização atua como “instrumento de participação dos cidadãos nas decisões de políticas públicas e de fortalecimento da cidadania” (AMORIM, 2000, p. 98). Isto permitiu um processo de mudança na história do desenvolvimento político no Brasil, onde “a relação Estado/sociedade consolidou-se sobre o padrão Tutor/tutelado, e em que as burocracias públicas operam sobre baixíssima pressão das clientelas” (AMORIM, 2000, p. 103).

### 3.1 As Políticas de Turismo no Brasil

Uma política pública é parte do processo de planejamento governamental. Entende-se como política pública do turismo

um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território” (CRUZ, 2000, p. 40).

Nas últimas décadas, as mudanças na forma de administração pelo Estado repercutiram nas políticas públicas de turismo, como apresentado a seguir.

No Brasil, o primeiro organismo oficial de turismo na administração pública federal é criado em 1939, pelo Decreto-lei 1.915 de 27 de dezembro de 1939, chamando-se “Divisão de Turismo”, tinha como principal atribuição superintender, organizar e fiscalizar os serviços do turismo interno e externo. (CRUZ, 2000)

No governo de Juscelino Kubitschek foram traçadas as diretrizes para uma Política Nacional de Turismo, sendo finalidade da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur, criada em 1958) “coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional” (FERRAZ, 1992, p. 15).

A Política Nacional de Turismo nasce no governo Castelo Branco, num momento de reformulação da máquina administrativa federal e em consonância com o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG (1964-1966) que propunha “atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida” (IANNI, 1986 apud CRUZ, 2000, p.49). Percebe-se que desde então, o turismo é nitidamente utilizado pelo discurso político como atenuador das desigualdades regionais do Norte e Nordeste em relação ao Sul e Sudeste brasileiro.

No Decreto-lei 55 de 18 de Novembro de 1966 é criado o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e definida a Política Nacional de Turismo, que em seu artigo primeiro estabelece:

compreende-se como Política Nacional de Turismo a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originadas do setor privado ou público, isoladas, ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse para o desenvolvimento econômico do país (CRUZ, 2000, p. 20)

No ano seguinte este conceito de Política Nacional é redefinido: de “atividade” passa a ser entendido como “o conjunto das diretrizes e normas integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”. (CRUZ, 2000, p.49)

Cruz (2000, p.50) aponta vários equívocos nesta definição, como a confusão nos conceitos de política de turismo e de planejamento turístico, enfatizando que este entendimento “vai permear todo o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, resultando na ineficiência tanto de políticas quanto de planos”. É possível apontar também a visão reducionista do turismo, visto apenas como “fonte de renda”. Contudo não se concorda com a autora quanto ao fato de que a confusão dos conceitos implicaria na ineficiência das ações direcionadas para o turismo, pois são diversos os fatores que conduzem a este “fracasso”, dentre eles destaca-se, a descontinuidade das políticas públicas.

Sobre os conceitos de planejamento, plano e política, Sansolo e Cruz (2005, p. 3) esclarecem:

**planejamento** é um processo contínuo de tomadas de decisão, voltado para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins [...] tem um forte sentido de intangibilidade e não pode, portanto, ser confundido com um **plano**, que é um documento que reúne um conjunto de decisões sobre determinado tema/área/setor. [...] a **política**, por sua vez, é parte do processo de planejamento governamental e envolve tudo aquilo que um governo decide fazer ou não relativamente a um dado setor da vida social. [...] a política pública funde-se ao próprio processo de planejamento [...]. (grifo nosso)

Em 1992 a Embratur apresenta o Plano Nacional de Turismo – Plantur – que seria executado de 1992 a 1994, sendo visto como o primeiro passo para a implantação da Política Nacional de Turismo e referencial para o setor público e privado, por conter as propostas da política de turismo.

Até então, as políticas de turismo apresentavam uma forte característica de centralização, assim resumidas:

- as decisões sobre estas ações no setor do turismo eram tomadas numa esfera central, a Embratur, desconsiderando os outros interessados no desenvolvimento turístico;
- era difícil intervir “isoladamente” num país de grande extensão territorial, além de que os estados e municípios não dispunham de estrutura, administrativa e pessoal, para implantar as decisões vindas da Embratur;
- estas ações consideravam apenas alguns núcleos turísticos, como as capitais do Nordeste, não agindo em toda a região;

Com a imposição das políticas para o turismo pela esfera federal

esperava-se que essa centralização no planejamento e coordenação, acompanhada da verticalização na execução da política, trouxesse uma maior eficiência na utilização dos recursos, delimitação das áreas de subordinação ao órgão central e redução dos conflitos nos processos decisórios, que não concediam espaços suficientes para a iniciativa privada, que era minoria e nem para os representantes dos governos estaduais e municipais, bem como para os usuários e beneficiários dessa política (NOGUEIRA apud LOBATO, 2001, p. 67)

A partir da Política Nacional de Turismo lançada em 1996 que, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), são criadas as bases para a descentralização das políticas de turismo, reforçada na macro-estratégia de “Descentralização” adotada pela Política Nacional de Turismo.

A Política Nacional de Turismo, lançada em 1996 e, inicialmente, válida até 1999<sup>10</sup> determina as estratégias, os objetivos e as metas do crescimento da atividade neste período, utilizando-se de vários programas que buscavam, “em conjunto, promover e incrementar o turismo como fonte de renda, geração de empregos e de desenvolvimento sócio-econômico do país”. (LOBATO, 2001, p.69)

Destaca-se a macro-estratégia de Descentralização como elemento que demonstra, com o PNMT, uma mudança de direção na condução do turismo no país, já que, pelo menos na teoria, permitiu-se que fossem consideradas as características de cada esfera no planejamento turístico, envolvendo o nível municipal, estadual e federal.

O PNMT vislumbrava a autonomia dos municípios no planejamento do turismo, ainda que de acordo com as diretrizes federais. Contudo, parece ainda persistir uma lacuna entre o dito e o não-dito, o que implica em desvios de rota do saber-fazer necessário à consecução do que é pensado nas diversas políticas públicas no Brasil. Pretende-se com isso dizer que o que se anuncia em nível do discurso nem sempre é implantado satisfatoriamente na prática. Pode-se, quanto a isso, utilizar o exemplo do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que propôs uma política voltada para a descentralização, desconcentração e participação da comunidade e do setor privado, justificada, em última análise pela sustentabilidade do turismo. As experiências de implementação do PNMT, especialmente no Norte e Nordeste brasileiros, lograram pouco êxito<sup>11</sup>, como o demonstram Endres (2002) e Lobato (2002).

As autoras citadas destacam, entre tantos erros, a quase nenhuma participação efetiva da comunidade ou do setor privado, fato que já pôde ser sentido previamente no processo de construção do Conselho Municipal de Turismo.

Exemplos de projetos, inclusive para o turismo, inspirados neste discurso de participação e de sustentabilidade fazem parte das políticas municipais, pelo menos em municípios de maior porte, como na elaboração do “orçamento participativo” em

---

<sup>10</sup> Com a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, apenas as metas de crescimento foram alteradas.

<sup>11</sup> Salvo raras exceções que funcionam até hoje como “modelo” de sucesso do programa, como o caso do município de Bezerros, no estado de Pernambuco.

João Pessoa<sup>12</sup> e Campina Grande, por exemplo. No sertão da Paraíba, municípios de médio e pequeno porte, como Patos e Coremas, também se apropriaram daquele discurso e tentam elaborar seu orçamento de forma participativa.

Com o início do Governo Lula, o turismo tem estado cada vez mais presente nas pautas governamentais. Isto é evidenciado pela criação do Ministério do Turismo, em 01 de Janeiro de 2003, e pela apresentação do Plano Nacional de Turismo, em Abril do mesmo ano, como é apontado por Sansolo e Cruz (2005, p.01):

considerando o curto interregno de tempo entre a criação do Ministério do Turismo, a organização da administração pública federal de um modo geral e o lançamento oficial do referido Plano, pode-se inferir a clara prioridade que tem o turismo nesta administração.

A criação de um Ministério para o Turismo teve repercussões positivas no *trade* assim como na academia, pois este teria

condições necessárias para articular com os demais Ministérios, com os governos estaduais e municipais, com o poder legislativo, com o setor empresarial e a sociedade organizada, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma, o Ministério cumprirá com o papel aglutinador, maximizando resultados e racionando gastos (BRASIL, 2003, p. 06)

No entanto, Sansolo e Cruz (2005, p. 5-6) apontam algumas deficiências teóricas e práticas deste Plano Nacional de Turismo:

- apresentação de um Plano Nacional de Turismo sem definir claramente qual é a política de turismo;
- “o território é abordado - como tem sido sistematicamente no planejamento governamental do turismo no Brasil - como uma questão secundária, ofuscada por uma abordagem predominantemente econômica e economicista do fenômeno”.

---

<sup>12</sup> Marisa Santos Rodrigues (em Dissertação pelo PRODEMA UFPB/UEPB) analisa este processo sob o enfoque da participação popular.

- o turismo é colocado como “a ‘salvação da pátria’ e este é um risco que um plano governamental não pode incorrer”.

- os objetivos gerais deste plano “denotam claramente seu enfoque econômico”.

Por fim, os autores concluem que o Estado deve entender que não compete ao turismo, isoladamente, mudar uma realidade historicamente construída, no caso do Brasil, e que deve sim, ser considerado nas ações de diversos setores, de forma transversal.

### 3.1.1. O Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil

Consideradas as deficiências na concepção do PNMT, implantado na primeira gestão Fernando Henrique Cardoso, em 1994, nas condições técnicas de cada município e na cultura predominante no país para elaborar políticas públicas para o turismo, ele foi revisto e deu lugar ao Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT), na gestão Lula. No entanto, não extinguiu as responsabilidades dos municípios na elaboração das ações em prol do turismo.

No PRT são destacados como objetivos: a melhoria das condições de vida das comunidades receptoras; a geração de novos postos de trabalho e o impulso à melhor distribuição de renda. Para isso, “é imprescindível valorizar as potencialidades locais e desenvolvê-las **respeitando os princípios da sustentabilidade, os valores e peculiaridades de cada localidade e/ou comunidade**” (BRASIL, 2003, p.7). (Grifo nosso)

Neste programa (PRT) é evidenciada a intenção de dar continuidade a programas de turismo anteriores (o PNMT), numa tentativa de superar o problema da descontinuidade política na gestão das políticas públicas no Brasil.

Entre os conceitos e princípios fundamentais do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT) são apontados: participação, sustentabilidade,



integração e descentralização, justificando a hipótese deste estudo, que destaca a “idéia” de sustentabilidade atrelada às ações governamentais em prol do turismo.

A colaboração de diversos segmentos na “elaboração” deste programa, inclusive da universidade, pelo menos em sua instância federal, contribui para que sejam destacados estes conceitos. Na instância estadual, no caso da Paraíba, escuta-se algumas críticas sobre a falta de participação efetiva destes segmentos, principalmente da academia, no Conselho Estadual de Turismo (Condetur).

Um aspecto inovador neste programa, que pode refletir na efetividade de suas ações é o de avaliação (ou controle). Sua operacionalização acontece em nove módulos:

1. Sensibilização;
2. Mobilização;
3. Institucionalização da Instância de Governança Regional;
4. Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento;
5. Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento;
6. Sistema de Informações Turísticas do Programa;
7. Roteirização Turística;
8. Promoção e Apoio à Comercialização;
9. Sistema de Monitoria e Avaliação do Programa;

Pode-se dizer que os principais “produtos” do Programa de Regionalização do Turismo são os “roteiros turísticos”. Desta forma, como uma seqüência das ações que foram (seriam) realizadas durante o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, no município, agora estas ações devem ser pensadas em escala regional, começando pela definição e passando pela promoção do “roteiro turístico”, sob a coordenação da esfera estadual.

Assim durante as oficinas de Planejamento e Definição de Estratégias para Implementação do Programa de Regionalização do Turismo, realizadas em todos os estados do país e no Distrito Federal, em Março e Abril de 2004, elaborou-se o primeiro Mapa da Regionalização, que definia 219 regiões turísticas, compreendendo 3.203 municípios/distritos brasileiros. (BRASIL, 2006)

A fim de apresentar estes roteiros ao *trade* e aos turistas, vem acontecendo, na cidade de São Paulo, o Salão de Turismo (que em 2006 aconteceu em sua segunda versão). Neste evento foram apresentados os roteiros que se encontram melhor estruturados. Em 2005, na sua primeira versão, foram apresentados 451 roteiros, de 134 regiões turísticas do Brasil. Buscando a avaliação destes roteiros foram selecionados 116 para visita e análise de aspectos como sinalização, acesso, qualidade nos serviços, infra-estrutura, entre outros. A partir desta avaliação foram traçadas diretrizes para melhorias dos roteiros.

Atualmente os Roteiros Turísticos do Brasil foram reeditados, com a inclusão de novos municípios, que resultaram em 200 regiões turísticas, com a participação de 3.819 municípios (BRASIL, 2006).

### **3.2 As políticas para o turismo na Paraíba**

As ações governamentais direcionadas para o turismo no estado da Paraíba surgem com alguma consistência a partir de 1970 aliadas à política de preservação do patrimônio.

Em 1975, no governo de Ivan Bichara, foi criada a Empresa Paraibana de Turismo S/A (PBTUR), com os objetivos de adquirir, explorar, diretamente ou por concessão, hotéis, motéis, restaurantes, *campings*, balneários e outros empreendimentos turísticos; incrementar e fomentar o turismo no Estado, promovendo pesquisas, planejamento e estudos; criar mecanismos que pudessem contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento do setor. (LEAL, 2001). Esta “empresa” existe até hoje e é vinculada à Secretaria Estadual de Turismo e Desenvolvimento Econômico, tendo como principal atribuição a divulgação turística do estado.

Até os anos 90 as ações governamentais para desenvolvimento do turismo na Paraíba foram nitidamente concentradas no litoral, um exemplo é o projeto Cabo Branco.

Com o acompanhamento destas ações verifica-se que a partir de 1992, com o Plano Turístico do Estado da Paraíba inicia-se uma descentralização espacial das ações estatais para o turismo. Assim, o estado foi dividido em dois “eixos turísticos”: o litorâneo e o interior. No segundo eixo estavam os municípios: Campina Grande, Areia, Sapé, Ingá, Santa Luzia, Patos, Sousa, **Coremas** e Cajazeiras. (MACHADO, 1997)

Tendo em vista as deficiências na infra-estrutura urbana nas cidades brasileiras, estas políticas tendem pautar suas ações na instalação desta infraestrutura básica e de apoio ao turismo. Cruz (2000, p. 157) aponta como outras características dessas políticas, “a estandardização da paisagem [especialmente da arquitetura] e exclusão social”. Essa exclusão social pode acontecer em vários aspectos, desde a não possibilidade de utilização da mão de obra local (entenda-se moradores das áreas de implantação dos projetos) pela falta de qualificação para atender uma demanda internacional, até a expulsão de moradores de “seus lugares”.

Neste sentido, o Programa de Ação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur-NE) tem a “missão” de promover investimentos nesta infraestrutura, primeiramente nos municípios próximos ao litoral (ARAÚJO, 1997, p. 60) e em seguida chegando aos municípios do interior. “Trata-se de uma política de turismo que ‘faz as vezes’ de uma política urbana” (CRUZ, 2000, p.35). O Prodetur segue até hoje como programa de apoio às políticas para desenvolvimento turístico do estado, tendo sido dividido em duas fases. Na Paraíba, a primeira fase deveria ser concluída em cinco anos, a partir de seu início, mas foi concluída após onze anos, no ano de 2005. Suas ações compreenderam, até 2002:

- elaboração de planos diretores em alguns municípios;
- esgotamento sanitário em bairros de João Pessoa; e
- restauração de parte do Centro Histórico de João Pessoa;
- construção da rodovia PB 008, que liga João Pessoa ao litoral sul do estado; (Prodetur/NE, 2005)

No ano 2000 foi apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo ou Plano Amanhecer, que dividia o estado da Paraíba em seis pólos

turísticos, desde o litoral até o sertão. Pela sua abrangência espacial e pelo detalhamento das ações, este foi o plano de desenvolvimento turístico mais completo até então na história do turismo da Paraíba, dando forte destaque, em seu texto, para os conceitos de “meio ambiente e desenvolvimento sustentável”. Este plano tinha como objetivos principais:

- alcançar um fluxo de turistas importantes, mas não massificados;
- conscientizar a sociedade dos benefícios sociais do turismo de qualidade;
- criar uma imagem turística da Paraíba e de cada um dos seus pólos; e
- aumentar as estadias atuais no estado. (PARAÍBA, 1999)

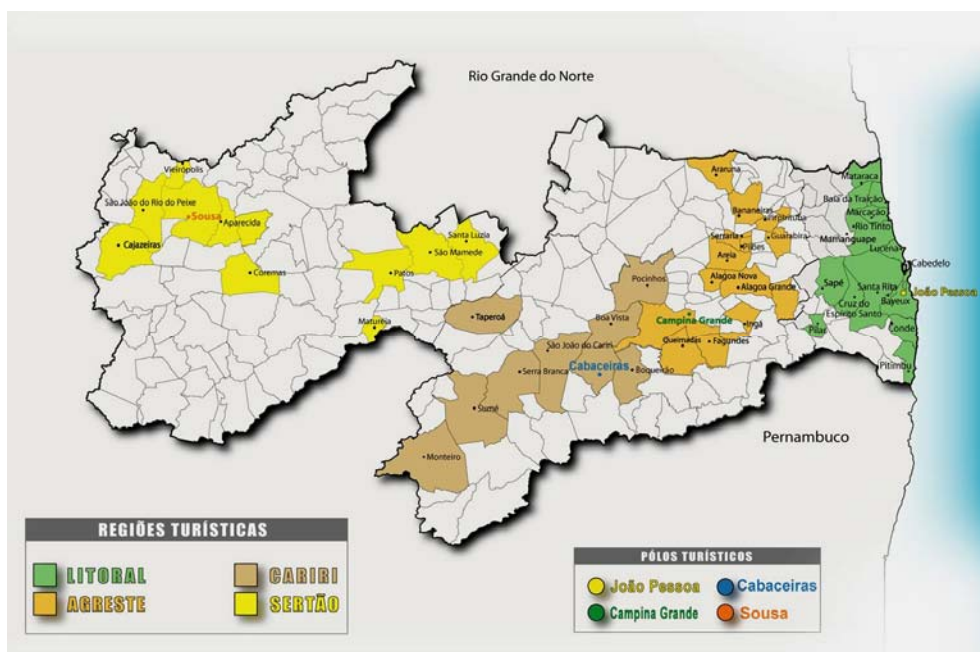
Contudo, com a mudança de governo no ano de 2003 o Plano Amanhecer foi “abandonado”, sendo apresentado em 2004, (em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Turismo) o Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado do Turismo Sustentável (PDTIS) da Paraíba. Neste plano, seguindo as orientações do Plano Nacional de Turismo, deu-se início a elaboração dos “roteiros integrados da Paraíba”, pertinentes ao Programa de Regionalização do Turismo, que hoje são chamados “roteiros turísticos da Paraíba”. Pode-se dizer que o PDTIS consiste na versão estadual do Programa Roteiros do Brasil (PRT).

### **3.2.1 Os “roteiros turísticos” da Paraíba**

Em um primeiro momento foram definidas quatro regiões turísticas<sup>13</sup>: litoral, agreste, cariri e sertão (Figura 1), tendo como municípios pólo, respectivamente, João Pessoa, Campina Grande, Cabaceiras e Sousa. E mesmo que seja previsto no PRT o inventário turístico de todas as regiões turísticas, os roteiros foram definidos sem a realização deste inventário, baseando-se em inventários anteriores.

---

<sup>13</sup> Estas regiões turísticas não correspondem obrigatoriamente às mesorregiões geográficas do estado (Figura 4).



**Figura 1:** Regiões turísticas da Paraíba e seus municípios.  
**Fonte:** PARAÍBA, 2004.

Assim, na Paraíba foram selecionados primeiramente 50 municípios para compor nove roteiros turísticos<sup>14</sup> (PARAÍBA, 2004):

- Entre o Rio e o Mar, séculos de história;
- Litoral Sul: a natureza e diversidades;
- Litoral Norte: cultura indígena e natureza protegida;
- Os Engenhos e seus sabores;
- Campina Grande: síntese de cultura e tecnologia;
- As pedras paraibanas e seus mistérios;
- Ecoturismo e esporte de aventura;
- Paraíba: história e personalidades; e
- Sertão: encontro com a Pré-história.

Em atendimento aos objetivos deste trabalho, dar-se-á ênfase a região turística do sertão, por onde “passam” dois roteiros: (1) “Ecoturismo e esportes de

<sup>14</sup> Ver mapa com a “Espacialização dos roteiros turísticos da Paraíba” anexo; estes roteiros ainda estão em formatação, sendo acrescentados novos municípios.

aventura” e (2) “Sertão: encontro com a Pré-história”, que abrangem 12 municípios da região.

Alguns roteiros, como o do “Ecoturismo e esportes de aventura” transpõem as barreiras da “região turística”, estendendo-se do litoral ao sertão. É neste roteiro que está inserido o município de Coremas, foco deste trabalho, e mais 12 municípios, como Guarabira e Pirpirituba no “Litoral”, Araruna e Bananeiras, no “Agreste”, e Boqueirão e Monteiro no “Cariri”.

Começam a surgir algumas iniciativas que buscam a cooperação entre os “municípios turísticos”, como o Consorcio Intermunicipal de Turismo do Sertão da Paraíba (Consortur), fundado no início de 2005 para “melhorar a política de desenvolvimento turístico do Sertão”<sup>15</sup>.

Verifica-se atualmente o interesse dos governos na interiorização do turismo, como oportunidade de diversificar a oferta turística e permitir que os benefícios do turismo sejam sentidos em outras regiões. Na Paraíba este interesse é evidenciado na divulgação dos “atrativos turísticos” do interior do estado, em eventos como o “Vem viver a Paraíba” (Janeiro/Fevereiro 2006) e o “Salão de Turismo Paraíba pra Viagem” (Abril 2006)<sup>16</sup>, organizados pelo Governo do Estado, e a “Feira Multitur Paraíba”, organizada pelo curso de turismo da UFPB (Janeiro, 2005). Assim, busca-se “trazer” o interior (o sertão) ao portão de entrada dos turistas no estado (João Pessoa), como também despertar nos moradores locais o interesse de “(re)conhecer” o interior do estado. Esta “presença do sertão” no litoral vem acontecendo também por meio dos restaurantes e “mercearias” especializados na gastronomia e em diversos “produtos” do sertão.

Contudo, dando destaque àquelas lacunas nas políticas de turismo pode-se afirmar que esta divulgação acontece - com intenção de “venda” do interior como produto turístico – mesmo com sérias deficiências na infra-estrutura desses locais. Sobre estas deficiências, foi apresentado, no “Salão de Turismo Paraíba pra Viagem”, em uma oficina do Ministério do Turismo, a avaliação dos serviços e da infra-estrutura de alguns municípios que compõem os roteiros turísticos. A seguir

---

<sup>15</sup> Fonte: < <http://www.paraibanews.com/categorias-noticias-detalle.asp?ID=3031&Categoria=7>>  
Acesso em 10/01/2007.

<sup>16</sup> O “Vem viver a Paraíba” aconteceu em sua segunda versão, na Praia de Tambaú; e o “Salão de Turismo Paraíba pra Viagem”, em sua primeira versão, no Espaço Cultural, em João Pessoa-PB.

(Quadros 3 e 4) os resultados desta avaliação nas regiões turísticas do Cariri e do Sertão:

**QUADRO 3: Avaliação de alguns municípios da Região Turística Cariri, no estado da Paraíba (Set., 2005).**

<b>Região Turística: Cariri</b>	
<b>Municípios visitados:</b> Cabaceiras, Maturéia*, Prata, Patos* e Teixeira*	
<b>Atividades possíveis:</b> Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esporte, Turismo Rural e Turismo Cultural	
<b>Mercado Atual:</b> regional, estadual, nacional e internacional	
<b>Mercado Potencial:</b> regional, estadual, nacional e internacional	
<b>Acessibilidade:</b> razoável	<b>Sinalização:</b> precário
<b>ATIVIDADES TURÍSTICAS</b>	
<b>Visitar:</b> razoável	<b>Comprar:</b> precário
<b>ESTRUTURA TURÍSTICA</b>	
<b>Dormir:</b> razoável	<b>Comer:</b> razoável
<b>VALORAÇÃO POTENCIAL (de 1 a 5)</b>	
<b>Singularidade:</b> 3	<b>Valor Intrínseco:</b> 3
<b>Identidade Regional:</b> 4	

\* Estes municípios pertencem à região turística do Sertão, mas foram apresentados nesta categoria.

**Fonte:** Apresentado pelo Ministério do Turismo durante o I Salão de Turismo Paraíba pra Viagem. [Cópia da apresentação recebida por e-mail.] (Abril, 2006)

De acordo com os dados apresentados no quadro acima foram verificadas deficiências acentuadas, na Região Turística Cariri, tanto na infra-estrutura turística, como nos serviços de apoio, apesar da “relevante” valoração potencial.

**QUADRO 4: Avaliação de alguns municípios da Região Turística Sertão, no estado da Paraíba (Set., 2005).**

<b>Região Turística: Sertão</b>	
<b>Municípios visitados:</b> Sousa, São João do Rio do Peixe, Vieirópolis	
<b>Atividades possíveis:</b> Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Rural, Turismo Cultural, Negócios e Eventos	
<b>Mercado Atual:</b> nacional e internacional	
<b>Mercado Potencial:</b> nacional e internacional	
<b>Acessibilidade:</b> razoável	<b>Sinalização:</b> precário
<b>ATIVIDADES TURÍSTICAS</b>	
<b>Visitar:</b> bom	<b>Comprar:</b> inadequado
<b>ESTRUTURA TURÍSTICA</b>	
<b>Dormir:</b> razoável	<b>Comer:</b> razoável
<b>VALORAÇÃO POTENCIAL (de 1 a 5)</b>	
<b>Singularidade:</b> 4	<b>Valor Intrínseco:</b> 4
<b>Identidade Regional:</b> 1	

**Fonte:** Apresentado pelo Ministério do Turismo durante o I Salão de Turismo Paraíba pra Viagem. [Cópia da apresentação recebida por e-mail.] (Abril, 2006)

Da mesma forma, na Região Turística Sertão, foram verificadas deficiências tanto na infra-estrutura turística como na de apoio, exceto na categoria “visitar”, avaliada como “bom”, demonstrando que os atrativos nestes municípios atendem às expectativas dos avaliadores. Por outro lado foi destacado que não se “sente” a identidade local ao visitar estes locais.

Esta avaliação dá evidência às lacunas deixadas pelas políticas públicas de turismo anteriores, que desde os anos 90, na Paraíba, sinalizam para a melhoria



desta infra-estrutura, sem conseguir, até agora, oferecer pelo menos a acessibilidade necessária, sem, com isso, abonar as responsabilidades dos municípios e da iniciativa privada. Por outro lado, permite também apontar as direções mais urgentes das ações governamentais e da iniciativa privada contribuindo para a sustentabilidade do turismo nestas regiões, em especial no que se refere à satisfação do turista. Assim, é possível que se perceba que é mais urgente investir na infra-estrutura de acesso e hospedagem que, por exemplo, construir “portal de entrada” nas cidades.

#### 4. O MUNICÍPIO DE COREMAS – cenário da pesquisa



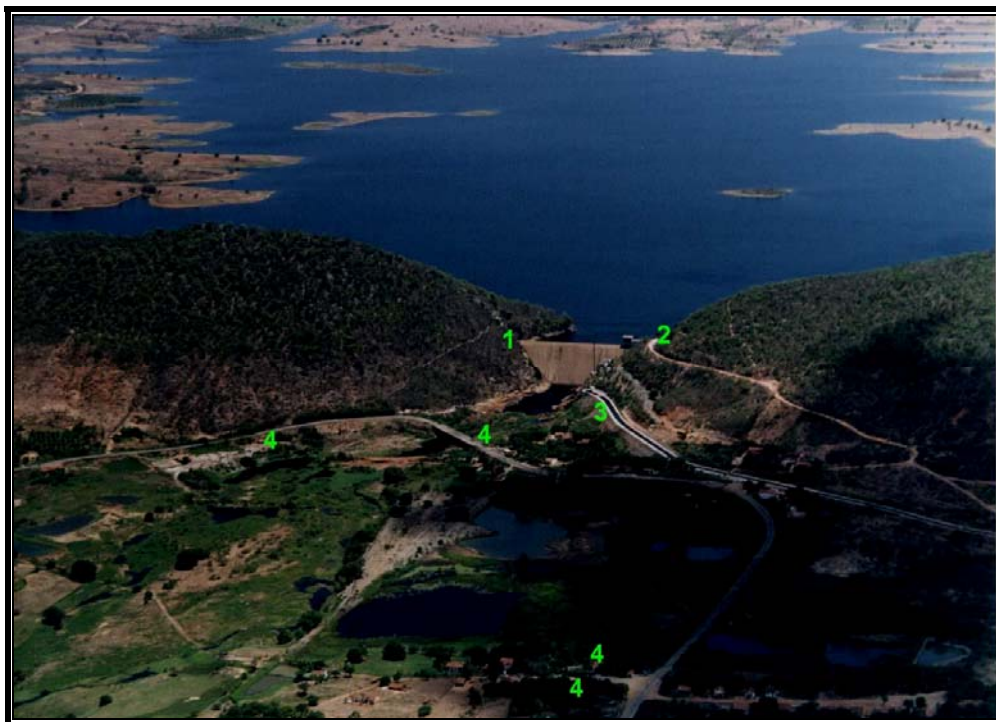
**Figura 2:** Vista aérea parcial do Açude Coremas (Estevam Marinho) e da sede do município. Em destaque (1) a principal via de acesso ao centro da cidade, (2) a igreja de santa Rita, (3) a “praça” onde acontece o carnaval, (4) a usina hidroelétrica e o Rio Turbina, (5) a antiga Vila do DNOCS, (6) a Capelinha, (7) o “sangradouro” e (8) as águas do açude Mãe D’água.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Coremas. Abril, 2005 (adaptado pelo autor)

O município de Coremas é conhecido como “a terra das águas”, graças ao Complexo Hídrico Coremas-Mãe-D’água<sup>17</sup>, formado por dois grandes açudes (Estevam Marinho e Egberto Carneiro da Cunha, respectivamente; Figuras 2 e 3) construídos pelo Departamento Nacional de Obra Contra às Secas (DNOCS) entre as décadas de 1930 e 1950, com capacidade total<sup>18</sup> (na época da construção) de 1.360.000.000 m<sup>3</sup> (um bilhão e trezentos e sessenta milhões de metros cúbicos de água), o maior reservatório da Paraíba, que atualmente (Fev. 2007) está com aproximadamente 83% de sua capacidade total.

<sup>17</sup> A construção do **açude Coremas (ou Estevam Marinho)** teve início em abril de 1937 e foi concluída em maio de 1942, enquanto o **açude Mãe D’água (ou Egberto Carneiro da Cunha)** teve sua construção iniciada em novembro de 1948, e concluída em dezembro de 1957 (FILHO, 1996).

<sup>18</sup> O assoreamento diminui a capacidade de armazenamento. O volume dos principais açudes da Paraíba é monitorado diariamente e pode ser verificado no site do governo do estado: “paraiba.pb.gov.br”.



**Figura 3:** Vista aérea parcial do Açude Mãe D'água (ou Egberto C. da Cunha). Em destaque (1) a barragem da Mãe D'água, (2) as ruínas da casa do engenheiro, (3) o Canal da Redenção, (4) bares/restaurantes.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Coremas. Abril, 2005 (adaptado pelo autor)

Dentre as possibilidades de uso que a água permite ao município, além da agricultura e da aquicultura, ressalta-se a sua utilização na atividade turística, que atualmente, concentra-se no turismo de lazer, de contemplação e de eventos (festas populares). Mas considerando o ambiente sertanejo, pode-se desenvolver: turismo rural, ecoturismo, agroturismo, turismo cultural, gastronômico, turismo náutico, esportivo, de aventura que podem receber a nomenclatura de Turismo Sertanejo (SEABRA, 2001).

#### 4.1.1 Localização Geográfica

O município localiza-se na mesorregião do sertão, no baixo sertão paraibano, na microrregião de Piancó, (Figura 4). Na latitude sul 7° 01' 02" e na longitude oeste

37° 56' 48". Os seus limites territoriais são: Pombal (ao Norte, 54 km), Piancó (ao Sul, 36 km), Emas (36 km) e Catingueira (30 km) a Leste, e São José da Lagoa Tapada (33 km) e Aguiar (30 km) a Oeste. Seu território de 425 Km<sup>2</sup> corresponde a 0,75% da área do estado da Paraíba.



**Figura 4:** Mesorregiões da Paraíba, em destaque o município de Coremas.  
**Fonte:** RODRIGUEZ, 2002. (adaptado pelo autor)

#### 4.1.2 População

A população é de 15.130 residentes, (IBGE, 2000) sendo 69,8% urbana e 30,2% rural, com densidade demográfica de 32,6 hab/km<sup>2</sup>. A população teve um crescimento de -0,03%, pois em 1991 eram 15.169 habitantes. Enquanto a urbanização no município cresceu 28%, de 54,22% em 1991 para 69,87% em 2000. (PNUD, 2000)

De acordo com dados do ano 2000, a taxa de analfabetismo da população adulta é de 46,9%. A taxa de mortalidade infantil é de 50,67 (por mil nascidos vivos) e a expectativa de vida é de 62,7 anos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) é de 0,595. Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios da Paraíba, considerando o IDH, Coremas ocupa uma situação intermediária, ocupando a 96ª posição, sendo que 95 municípios (42,6%) possuem maior IDH e 127 municípios (57,4%) têm IDH inferior ou igual. (PNUD, 2000).

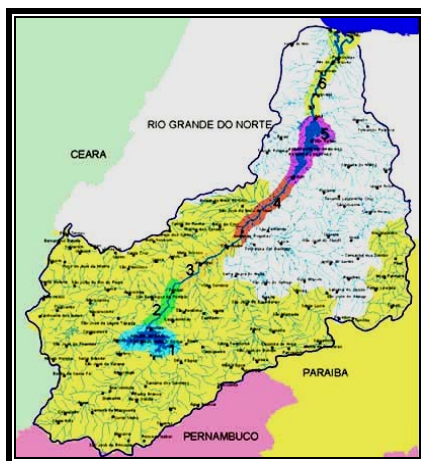
#### **4.1.3 Aspectos Biofísicos**

##### **- Hidrografia**

A água é elemento marcante na paisagem do município. O açude Coremas represa o rio Piancó, que nasce na Serra Dona Inês, em Conceição-PB, e o açude Mãe D'água, represa o rio Aguiar. Devido as turbinas de geração de energia elétrica (subestação da CHESF) o rio Piancó, ao sair do açude é chamado de "rio turbina", que no município de Pombal, ao se encontrar com outros rios temporários, recebe o nome de Rio Piranhas, que passa a ser perene e é represado no Açude Engenheiro Ávidos, em Assú-RN, de onde sai com este nome, e após passar na cidade de Mossoró-RN, deságua no Oceano Atlântico.

Coremas está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu (Figura 5). Esta Bacia é de domínio federal, pois abrange os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tendo o Rio Piranhas como rio principal. De acordo com a Política Nacional dos Recursos Hídricos são vários os atores responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, desde o governo federal à sociedade, que é representada pelo Comitê de Bacia.





**Figura 5:** bacia hidrográfica Piranhas - Açú.  
**Fonte:** Governo da Paraíba, 2006.

O Rio Piranhas nasce na divisa entre a Paraíba e Pernambuco, mesmo em sua nascente em algumas épocas do ano não há água. No estado da Paraíba sua extensão é de 213 km. Pequenos e grandes açudes são observados em quase toda a extensão do Rio, entre eles, os maiores são o Engenheiro Ávidos (que abastece Cajazeiras) e o São Gonçalo (em Sousa). A regularização da vazão do rio Piancó, pela hidroelétrica do açude Coremas permite que o rio Piranhas seja perenizado. Esta vazão, pelas turbinas, tem uma capacidade de 7,30 m<sup>3</sup>/s, sendo que normalmente é liberado 4 m<sup>3</sup>/s (CÂMARA, 2000).

Curi (1998) aponta que a sustentabilidade hídrica do açude Coremas está comprometida a médio prazo, em 18 anos, caso haja uma redução das vazões médias afluentes em pelo menos 30%.

As águas do rio Piranhas são utilizadas para abastecimento humano e animal, irrigação e como depósito de lixo e esgotos quando passa próximo à cidades (SILVA, 2001). As águas dos açudes da bacia do rio Piancó, segundo Câmara (2000, p 65) “são utilizados para fins de abastecimento público, irrigação, dessedentação de animais, preservação da fauna e flora, piscicultura, lavagem de roupa e até mesmo **diluição das águas servidas**”. (Grifo nosso)

Junto ao clima da região, com chuvas irregulares, as ações antrópicas contribuem para a falta d’água no rio e em seus afluentes, pois “não existem práticas de preservação dos escassos recursos naturais remanescentes, já que a cobertura vegetal vem sendo devastada, a fauna extinta, os solos erodidos pelo mau-uso agrícola e pisoteio do gado, e os recursos hídricos manejados de forma

inadequada”. (SILVA, 2001, p.116). Este manejo inadequado contribui para que seja reforçada a idéia de que “falta água no sertão”, enquanto o maior reservatório do estado localiza-se nesta região.

A navegação na bacia do Piranhas-Açu restringe-se ao interior dos grandes açudes ou a curtas distâncias no rio Piranhas, e é feita por meio de canoas. No açude Coremas-Mãe D’água o transporte em canoas e barcos faz parte do cotidiano dos habitantes da zona rural (ou como se diz no local: que “moram nas águas”), e levam até duas horas de barco (motorizado) para chegar à sede do município, trazendo hortifrutigranjeiros para comercialização, utilizar algum serviço no centro urbano, chegar até a escola, visitar familiares, assim como para o transporte de equipes de saúde e professores até a zona rural. Atualmente verifica-se com mais intensidade novos meios de transporte nas águas do açude, mais relacionados ao turismo e lazer, como lanchas e *jet skys*.

## **- Clima**

O município está inserido no “Polígono das Secas”, com um clima semi-árido quente e seco, segundo a classificação de Koppen (1956). A temperatura varia entre 23° C e 30° C, com elevações superiores na estação seca. O regime pluviométrico divide as estações em seca (a maior parte do ano) e chuvosa (entre janeiro e abril, chamada de “inverno”), caracterizando a região pelas chuvas irregulares. A média pluviométrica é de 882,3 mm/ano, variando entre 342,7 mm/ano e 1837,7 mm/ano. (BRASIL, 2005)

Além dos benefícios já conhecidos que a chuva traz para a região do sertão, em Coremas, nos anos “bons de chuva” a “sangria” da Mãe D’água (Figura 10) torna-se um evento comemorado pela população local e motivo de visita de pessoas da região e de outros estados.

## - Relevo

O município está na Planície Sertaneja (ou Depressão Sertaneja) área de baixa altitude (250-300m) mais exatamente na depressão do vale do rio Piancó, com alguns maciços residuais pouco extensos (serras) (figura 06).



**Figura 6:** Serra de Santa Catarina.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Coremas. Abr., 2005.

“Os solos são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo, tendo-se localmente latossolos e porções restritas de solos de aluvião”. (BRASIL, 2005, p.3)

## - Vegetação



A vegetação original do município é do tipo caatinga arbórea, que ainda existe na zona rural do município, e vem sofrendo agressões como os desmatamentos, para a retirada da madeira, e as queimadas, para o uso dos solos na agricultura. Algumas espécies encontradas são: mandacaru, xique-xique, jurema, carnaúba, oiticica, juazeiro, angico, baraúna e aroeira. (FILHO, 1996)

Em algumas áreas a jusante dos açudes, como na vila operária do DNOCS e na margem dos rios, pode-se encontrar árvores frutíferas como mangueiras, cajueiros, serigüeleiras, e goiabeiras, dentre outras.

#### 4.1.4 Aspectos Históricos

Durante a colonização, a região onde hoje está o município de Coremas era habitada pelos índios *Curema*, da nação Cariri, que foi uma das últimas tribos a ser dizimada pelos colonizadores, pelo seu conhecimento do território e pela sua organização nas batalhas. (BORGES & BORGES FILHO, 1985).

Entre as várias explicações compiladas por Filho (1996)<sup>19</sup>, para o significado do nome Corimãs, destaca-se:

- de Coreê-mbé: “lábio inferior caído”;
- de Curemas- tupi “Cure”: “bambo”, “cambaleante”;
- de Kuri’má: “espécie de peixe”;

Para o autor, o significado mais coerente é o que relaciona o nome da tribo indígena, os *Curema*, à espécie de peixe, provavelmente o peixe curimã ou curimatã, que existe nos rios e nos açudes da região.

A história de Coremas, e de todo o sertão paraibano, tem um marco no início dos anos 30 do século XX, quando começa a construção do maior açude do Brasil<sup>20</sup>,

<sup>19</sup> O livro “Coremas, seu lugar na história”, do médico coremense Edvaldo Brilhante Filho, é importante fonte de pesquisa sobre a cidade. Encontra-se esgotado, mas pode ser encontrada, na íntegra, na *internet* (<pbnet.com.br/openline/ebsfilho>) ou ainda na Biblioteca Central da UFPB.

hoje chamado de Coremas (ou Estevam Marinho, nome do engenheiro-chefe da obra). Nesta época a Vila do Curema era território do município de Piancó e teve seu cotidiano bruscamente alterado com a chegada dos operários responsáveis pela construção do açude, que traria novas paisagens ao sertão.

Atualmente, pouco se conhece dos vestígios da tribo dos *Curema*, além do que se verifica nas demais cidades da região, como as comidas, os nomes de plantas e animais, etc. Os “traços” indígenas podem ser observados em poucos habitantes do município. É provável que resquícios da “cultura” indígena tenham sido submersos pelas águas dos açudes.

Com a construção dos açudes formou-se a Vila Mecânica dos operários do DNOCS, que ainda conserva algumas casas com as mesmas características arquitetônicas da época, tornando-se uma espécie de “centro histórico” da cidade, onde moram os antigos operários e/ou seus descendentes.

A Vila do Curema ou Boqueirão do Curema foi instituída município<sup>21</sup> em 1953, sendo implantado em 1954, tendo como data comemorativa o dia 04 de Abril, e como fundadores os fazendeiros e comerciantes, Srs. João Soares Evangelista, Manoel Gonçalves Piranhas, Antônio Moreira de Oliveira e Antônio Lucas de Lacerda. Nesta época “grandes novidades” chegaram a Paraíba, e foram instaladas em Coremas, como: a primeira piscina do estado da Paraíba, localizada no clube recreativo, com quadra poli-esportiva; o Cine Alto Piranhas; a casa Ford (para atender às demandas dos caminhões utilizados na construção); a iluminação elétrica, fornecida pelas caldeiras a vapor, e posteriormente pelas turbinas hidroelétricas da barragem; um apiário (para a criação de abelhas) e um hotel-dormitório. (FILHO, 1996)

Dentre estas “novidades” para a época, que hoje também comporiam o patrimônio histórico-cultural do povo, existe apenas o hotel, em sua arquitetura original, pois as outras construções, ou estão arruinadas, ou no caso do Cinema (que funciona como sede da Loja Maçônica do município) tem outros usos.

---

<sup>20</sup> Atualmente ainda é o maior reservatório da Paraíba e o quarto maior açude do Brasil, superado pelo açude do Castanhão (CE), o de Assú (RN) e o de Orós (CE), que podem acumular aproximadamente 6,7 bilhões, 2,4 bilhões e 1,9 bilhão de m<sup>3</sup>, respectivamente ([www.dnocs.gov.br](http://www.dnocs.gov.br)).

<sup>21</sup> No Programa de Pós Graduação em Geografia da UFPB encontra-se em desenvolvimento uma pesquisa de mestrado (sob a responsabilidade da Geógrafa Rita de Cássia Gregório de Andrade) sobre a influência que a construção do açude e a simultânea construção do acampamento DNOCS tiveram para elevar a mencionada vila à condição de cidade.

Esta não-conservação do patrimônio será abordada mais adiante se referindo à sustentabilidade na dimensão cultural.

Entre os momentos históricos do município, que fazem parte do “orgulho” coletivo, destacam-se:

- a passagem da Coluna Prestes, em fevereiro de 1926; que atualmente é “tema” para a criação de um roteiro turístico;

- as visitas presidenciais. Motivados pela visita às obras de construção dos açudes, estiveram e pernoveram em Coremas: o Presidente Getúlio Vargas (16/10/1940); o Presidente Eurico Gaspar Dutra (01/10/1949); o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (15/01/1957); e em 16/07/1998, em visita ao Canal da redenção, que transpõe água do açude Mãe D’Água até a região de Sousa (PB), esteve em Coremas o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

#### **4.1.5 Infra-estrutura Básica e Turística<sup>22</sup>**

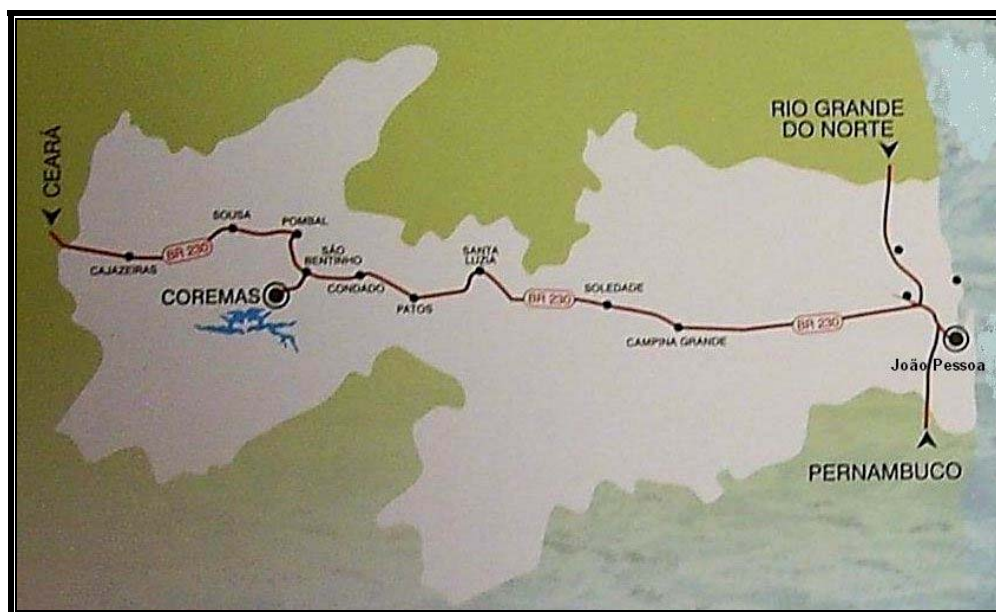
##### **4.1.5.1. Sistema Viário**

Os meios de acesso a qualquer destino turístico são fundamentais no seu desenvolvimento. O principal acesso para Coremas, a partir da capital do estado, João Pessoa, é a BR-230, até o município de São Bentinho. Neste ponto, pela PB-426, percorridos 36 km chega-se à sede do município, totalizando quase 390 km, sendo o único acesso pavimentado até Coremas (Figura 7), outros dois acessos principais são por estrada não-pavimentada.

O trecho da BR-230 encontra-se bem sinalizado e pavimentado. Entretanto, o trecho da PB-426, carece de reparos na pavimentação, no acostamento e na sinalização, principalmente pela grande quantidade de “curvas”, que provocam constantes acidentes, principalmente em época de festas quando os motoristas consomem bebidas alcoólicas.

---

<sup>22</sup> Estes fatores, relacionados a atividade turística são analisado nos resultados deste trabalho, referente à satisfação do turista.



**Figura 7:** Mapa ilustrativo do acesso à Coremas, pela BR-230.  
**Fonte:** Prefeitura Municipal de Coremas. Folder turístico, 2005.

A empresa de ônibus Expresso Guanabara liga João Pessoa a Coremas, diariamente, ida e volta (exceto domingos e feriados). Existem transportes alternativos que viajam para as cidades da região, sendo constante o fluxo de veículos para Patos e Pombal.

#### 4.1.5.2 Sistema de Saneamento

A água do abastecimento público não recebe tratamento prévio, sendo distribuído cloro para o tratamento domiciliar. Para o governo municipal atual esta é uma questão bastante delicada, pois a população se sente “dona” da água dos açudes e acredita que não deve pagar pelo tratamento. Contudo, foi informado pelo prefeito que já existe o projeto para a implantação do tratamento prévio nos

próximos anos<sup>23</sup>. Acredita-se que esta deficiência prejudica a qualidade de vida dos habitantes, assim como pode prejudicar a qualidade das visitas turísticas ao município.

Os esgotos da zona urbana têm como destino o Rio Piancó (chamado localmente de Rio Turbina), que também compõe o leque dos atrativos turísticos do município, e é utilizado para diversos usos pelas comunidades rurais.

Na zona rural, onde não há esgotamento, são construídas fossas sépticas ou derramado esgoto a céu aberto, podendo muitas vezes chegar às águas dos rios ou dos açudes.

A coleta de lixo é feita regularmente, de forma terceirizada. Nas ruas principais é feita diariamente. Não existe coleta seletiva, sendo que durante os eventos algumas pessoas “catam” as latas de alumínio e as garrafas pet. O destino dos resíduos é o “aterro sanitário”<sup>24</sup>.

#### 4.1.5.3 Sistema Energético

Uma peculiaridade no município de Coremas é a usina hidroelétrica, sob administração da CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), construída pelo DNOCS, na época da construção dos açudes. A Usina Curemas possui um vertedouro de superfície, que atua na geração de energia e na irrigação na bacia hidrográfica.

É constituída por 2 unidades geradoras de 1.760 kW, perfazendo um total de 3.520 kW. A tomada d'água é efetuada por meio de dois condutos forçados ligando o reservatório às turbinas. A casa de força, construída em edifício de concreto armado, está instalada imediatamente à jusante da barragem. “...” exercendo um importante papel de reforço aquele sistema regional do interior do estado da Paraíba (CHESF, 2006) . (Figura 8)

---

<sup>23</sup> Em entrevista ao pesquisador, em Novembro de 2006.

<sup>24</sup> Não se sabe se este aterro atende às exigências para esta categoria.



**Figura 8:** Casa de máquinas e o “rio turbina”. Agosto, 2006  
**Fonte:** Davi Andrade, 2006.

Esta usina não é utilizada sistematicamente pela atividade turística, como acontece em outras hidroelétricas.

A distribuição da energia no município é realizada pela Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (SAELPA), com uma corrente de 240 w.

#### 4.1.5.4 Sistema de Telecomunicações

A empresa responsável pela telefonia fixa é a TELEMAR S/A, que disponibiliza telefones públicos em diversos locais da cidade, inclusive na zona rural. Na telefonia móvel há cobertura da *Telecom Italian Móbile* (TIM) e da Claro Telecomunicações apenas em alguns pontos do município, de acordo com a altitude.

São distribuídos três canais de televisão aberta, como também os canais via parabólica e TV a cabo. Existe uma rádio comunitária e um sistema de comunicação comercial.

Atualmente estão disponíveis vários locais de acesso à *internet*, que geralmente é via rádio, onde se paga pelo tempo de utilização. Assim como nas residências, para acesso particular.

#### 4.1.5.5 Serviços de Apoio

São serviços fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística. Destacam-se:

- serviços bancários: com agência e caixas eletrônicos do Banco do Brasil, posto de atendimento da Caixa Econômica Federal, e do Banco Postal (Bradesco);
- serviço de saúde: um hospital, postos de saúde e farmácias; contudo, os atendimentos hospitalares mais complexos, como fraturas, são encaminhados para as cidades vizinhas; nos eventos costuma-se dispor de local para primeiros socorros e distribuição de preservativos.
- outros serviços: três postos de combustível, vários supermercados (inclusive que aceitam cartão de crédito), lojas de confecções, calçados, etc.

#### 4.1.5.6 Infra-estrutura turística

- Meios de Hospedagem

O primeiro hotel do município foi instalado a partir de 1936, na vila operária do DNOCS, e ainda hoje está em funcionamento (Figura 9). No Quadro 05 são apresentadas algumas características destes equipamentos.





**Figura 9:** Hotel do DNOCS, Outubro, 2006  
**Fonte:** Davi Andrade.

**QUADRO 05**  
**Características dos meios de hospedagem em Coremas – Agosto/2006**

Característica/ Equipamento	Hotel Turístico do DNOCS	Pousada de D. Maricô	Pousada JR	Pousada Aconchego	<i>Pousada Vitória</i>
Desde quando funciona (ano)?	1936	1969	2000	2003	<i>2005</i>
Número de Leitos	35	Não se aplica*	51	68	<i>42</i>
Quantos Funcionários	3	Não se aplica*	4	4	<i>4</i>
Localização	Vila do DNOCS	Centro	Centro	Centro	<i>Centro</i>
<i>Origem do Proprietário</i>	<i>Pombal</i>	<i>Pombal</i>	<i>Coremas</i>	<i>Coremas</i>	<i>Coremas</i>

\*Segundo a Proprietária, a pousada hospeda apenas “amigos e conhecidos”, por isso não foi considerada como um meio de hospedagem “comum”. Contudo, deve constar neste quadro devido seu papel na história do turismo em Coremas.

**Fonte:** pesquisa de campo (Ago., 2006).



Neste quadro observa-se que a partir do ano 2000 surgiram três pousadas no município. Ainda este ano (2007) será inaugurada mais uma pousada no centro da cidade. O surgimento destes equipamentos é uma evidência do desenvolvimento da atividade turística no município.

Apesar de contar com várias pousadas, que oferecem juntas (as que já estão em funcionamento) 196 leitos, algumas pessoas na comunidade afirmaram que a instalação de um hotel de grande porte seria um estímulo ao desenvolvimento do turismo no local. Segundo o prefeito, atualmente vem se buscando atrair investidores externos para a instalação de outros equipamentos turísticos, inclusive hotéis. Com isso percebe-se o interesse pela “grandiosidade” em torno da atividade turística, que no litoral brasileiro toma forma nos *resorts*

Teoricamente, valoriza-se, para a manutenção da sustentabilidade do turismo, que estes equipamentos sejam iniciativa das pessoas da comunidade e que se prefiram equipamentos de pequeno porte, como um meio de dividir a renda.

Além destes meios de hospedagem, durante os eventos/festas populares, é comum os turistas alugarem casas para se hospedar, além de ficar em casas de amigos e familiares, sendo esta uma alternativa à possível falta de leitos nos períodos de grande visitação.

Os proprietários destes meios de hospedagem ainda não fazem uso do associativismo como uma maneira de fortalecimento e promoção, que agiria na busca pelos interesses do grupo dentro das ações para o turismo no município.

#### - Bares e Restaurantes

Existem vários bares e restaurantes no município, em diversas localizações. Também se observa que ultimamente vêm surgindo novos equipamentos em virtude da atividade turística. Quase todos os proprietários são naturais de Coremas, ou vivem aí há muito tempo. Ao todo, estes equipamentos são responsáveis por 90 postos de trabalho (regulares), incluindo familiares, sendo que na época de eventos

todos os bares/restaurantes contratam mais pessoal, chegando a aproximadamente 150 postos de trabalho<sup>25</sup>. Além dos postos criados nas barracas instaladas apenas durante os eventos e dos vendedores ambulantes.

#### **4.1.6 Os atrativos turísticos**

Considerando o aumento no número destes equipamentos turísticos, o discurso governamental pró-turismo, e ainda a inclusão do município nas políticas federais de turismo, entre outros fatores, se pode afirmar que o turismo em Coremas é uma atividade em expansão.

Assim, destaca-se a necessidade de melhor utilização, quantitativa e qualitativamente, da oferta turística, entendida como a soma dos recursos naturais e culturais que constituem a matéria-prima da atividade, pois esses elementos são os responsáveis pela afluência de turistas (BENI, 2000). Desta forma, é indiscutível o valor turístico que pode ser agregado à paisagem, ao açude, ao ambiente natural, a cultura e suas manifestações no município, para que sejam efetivamente atrativos e permitam os possíveis benéficos resultantes do turismo.

Entende-se como atrativo turístico “todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los” (BENI, 2000, p. 297). Os atrativos turísticos do município compreendem, em sua maior parte, o ambiente natural, principalmente as águas (os açudes), como também as festas populares e a gastronomia, que é centrada no peixe, em especial o tucunaré.

Como não é objetivo deste trabalho a realização de um diagnóstico completo dos atrativos turísticos em Coremas<sup>26</sup> são apontados os principais atrativos, considerando o ponto de vista do autor e dos entrevistados na pesquisa de campo:

- os açudes e suas ilhas (Figura 10);

---

<sup>25</sup> Fonte: pesquisa de campo. No próximo capítulo estes postos de trabalho são detalhados na “dimensão econômica”.

<sup>26</sup> Este diagnóstico foi feito como atividade acadêmica no curso de graduação pelo autor e outros graduandos.

- o rio Turbina (Figuras 11 e 13);
- o Canal da Redenção (Figura 12);
- a sangria do açude Mãe D'água (Figura 15);
- a pesca e o peixe (Figuras 16 e 17);
- as festas populares: carnaval (Figura 13), São João, Festa do Peixe (Figura 14) e Semana Universitária;
- as comemorações religiosas: semana santa e festa de Santa Rita (a padroeira) (Figuras 18 e 19);



**Figura 10:** Vista parcial do açude Coremas. Out., 2006

**Fonte:** Davi Andrade, 2006



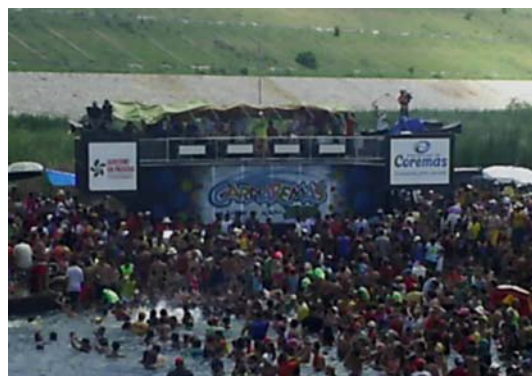
**Figura 11:** Vista parcial do rio Turbina. Out., 2006

**Fonte:** Davi Andrade, 2006



**Figura 12:** vista parcial do Canal da Redenção e a barragem da Mãe D'água. Jan., 2000

**Foto:** Davi Andrade, 2000

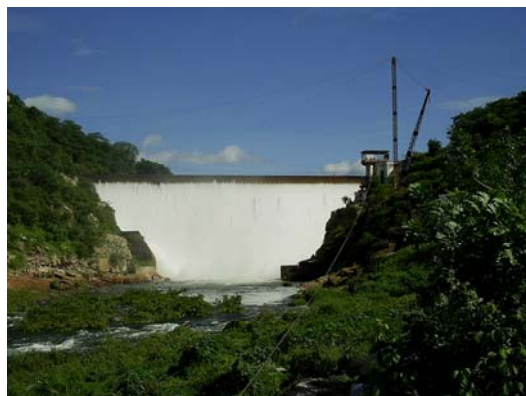


**Figura 13:** carnaval no "rio Turbina". Fev., 2006

**Foto:** Davi Andrade, 2006



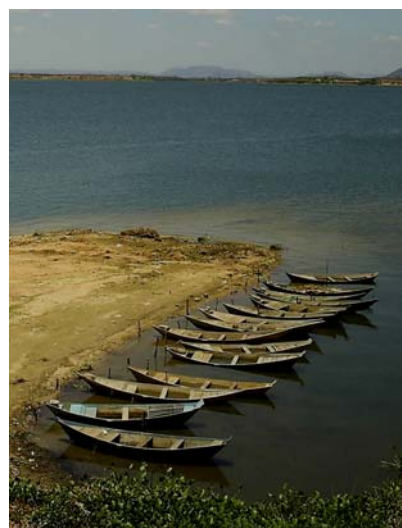
**Figura 14:** “portal” de entrada na Festa do Peixe. Out., 2005  
**Foto:** Davi Andrade, 2005



**Figura 15:** “Sangria” do açude Mãe D'água. Abril, 2005  
**Foto:** Davi Andrade, 2006



**Figura 16:** pescador com um Tucunaré. Dez., 2004  
**Foto:** Pe. José Roberto, 2004



**Figura 17:** canoas utilizadas para a pesca e transporte. Out., 2006  
**Foto:** Davi Andrade, 2006



**Figura 18:** Imagem de Santa Rita de Cássia, padroeira de Coremas, durante a “festa”. Out., 2006  
**Foto:** Davi Andrade, 2006

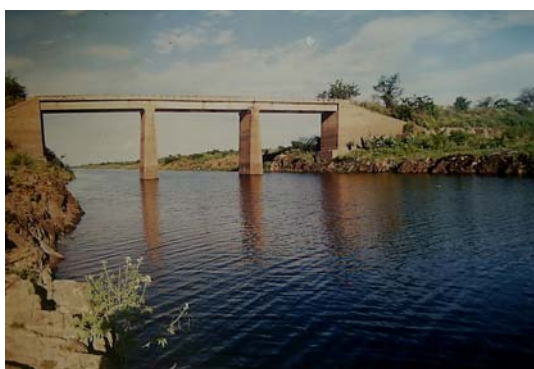


**Figura 19:** Missa em frente à Igreja Matriz, durante a festa da padroeira. Out. 2006  
**Foto:** Davi Andrade, 2006



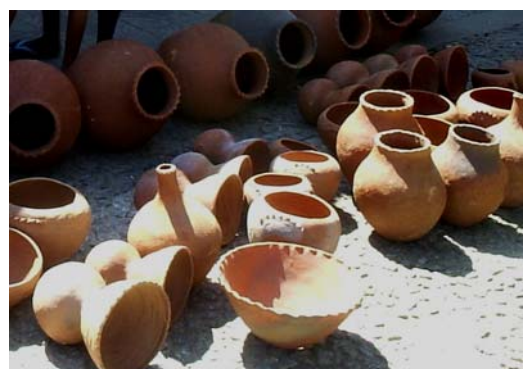
Nos atrativos citados acima se verifica atualmente a maior afluência de visitantes e turistas, com destaque para as festas e comemorações religiosas. Contudo, se executado algum planejamento com este fim, vários outros recursos no município podem incrementar o conjunto destes atrativos, como:

- a vila do DNOCS;
- a hidroelétrica;
- o sangradouro (local de “união” entre os açudes) (Figura 20);
- o artesanato (Figura 21);
- a Capelinha de Santa Terezinha (Figura 22);
- as serras, para a realização de trilhas ecológicas (Figura 23);



**Figura 20:** Sangradouro, onde os açudes são interligados. (s/d)

**Foto:** Missim Fotografia, s/d.



**Figura 21:** Artesanato, “louças de barro”, de Dona Francisca. Dez., 2005

**Foto:** Pe. Zé Roberto, 2005



**Figura 22:** Capelinha de Santa Terezinha, em Coremas. Maio, 2005

**Foto:** Davi Andrade, 2005



**Figura 23:** Jovens “subindo” a Serra de Santa Catarina, em Coremas. Fev., 2006

**Foto:** Davi Andrade, 2006

No Capítulo 6, estes aspectos relacionados com turismo em Coremas são analisados sob a perspectiva da sustentabilidade.

## 5. METODOLOGIA

Quanto à sua abordagem, esta é uma pesquisa descritiva e explicativa (GIL, 2002), procura descrever variáveis e estabelecer relações entre elas; destacando a natureza dessas relações e especificar as condições necessárias em que se desenrolam, bem como discute a articulação dos fatores políticos, econômicos, ambientais e sociais que sustentam a problemática.

Quanto aos procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos apresentados, em especial, o objetivo maior de conhecer a sustentabilidade da atividade turística no município de Coremas, não se limitam a um único delineamento, inclusive por não encontrar um “modelo metodológico” pronto e que se adequasse aos objetivos deste trabalho. Assim, destacam-se:

- identificação do problema de estudo;
- elaboração da hipótese;
- levantamento bibliográfico;
- participação em reuniões governamentais sobre o tema em estudo;
- participação em eventos acadêmicos e eventos de divulgação do turismo paraibano;
- elaboração dos formulários de entrevista semi-estruturada;
- definição da população e amostragem;
- aplicação das entrevistas;
- tratamento e análise dos dados;
- conclusão e apresentação do relatório de pesquisa;

## 5.1 Técnicas de pesquisa e instrumentos para coleta de dados

Para a análise documental, foi formado um *corpus* a partir dos planos, programas e projetos (atuais e os já extintos) do Governo Federal, do Governo do Estado e do Governo Municipal voltados para o turismo. São eles: a nível federal – PNMT (1996), Plano Nacional de Turismo (2003) e Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (2003); a nível estadual - PLANTUR (1992), PRODETUR – PB (1994); Plano Amanhecer (2000); Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da Paraíba (2004) e o Programa de Regionalização do Turismo da Paraíba (2004). Na esfera municipal os documentos encontrados foram apenas projetos para captação de recursos para a realização dos eventos turísticos, pois não há, nem nunca houve no município, um plano municipal de turismo, ou outro documento, que revele as macro políticas de planejamento e organização da atividade.

Entre os aspectos observados nestes documentos se deu ênfase às ações que demonstram a descentralização espacial destas políticas e sua abrangência no interior do estado; seus objetivos; os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade; e, quando possível, os resultados alcançados.

Para conhecer as ações do governo local no município de Coremas utilizou-se das entrevistas e da observação no campo, principalmente, destacando-se as análises das concepções de sustentabilidade, meio ambiente e desenvolvimento relacionadas ao turismo nas falas dos entrevistados. Para isso considerou-se a metodologia de análise de conteúdo, que por meio de categorias, “isola temas de um texto e extrai as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado” (RICHARDSON, 1999, p. 243).

Na pesquisa de campo, foram observados os múltiplos aspectos da atividade turística no município, que permitem, ou não, o desenvolvimento turístico sustentável.

Os Indicadores de Sustentabilidade do Turismo (OMT, 2003) e os Princípios do Turismo Sustentável (CBTS, 2002) compõem o referencial para este estudo, como também outros aspectos abordados na literatura específica sobre o

desenvolvimento sustentável do turismo, comparando a realidade local com este referencial. Optou-se por uma abordagem mais qualitativa nesta análise, inclusive pela inexistência de estudos, ou levantamentos anteriores sobre os aspectos da sustentabilidade do turismo no município, considerando-se a observação direta no campo e as entrevistas realizadas. Por exemplo, um indicador apontado pela OMT é “o número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico)”, para esta pesquisa não foi possível obter estes dados, pois não existe um levantamento para quantificar o número de turistas que visitam o município de Coremas. Contudo, pela observação no campo, pelo registro fotográfico, e pelas entrevistas durante a pesquisa, é possível estimar sobre o excesso ou não do número de visitantes/turistas na localidade.

Para as entrevistas elaborou-se formulários abordando aqueles aspectos do turismo sustentável, nas dimensões ambiental/ecológica, econômica, social e cultural, com base nos Indicadores de Sustentabilidade e nos Princípios do Turismo Sustentável (apresentados no Capítulo 1) e em Kobelinski (2005).

O formulário é composto de perguntas abertas e fechadas, buscando oferecer maior liberdade aos entrevistados em suas respostas. Algumas destas questões foram aplicadas a todos os atores, enquanto outras foram abordadas de acordo com o ator social/setor entrevistado<sup>27</sup>.

O instrumental foi submetido à realização de pré-testes buscando atender aos objetivos da pesquisa e corrigir possíveis deficiências.

Para algumas entrevistas, (com o Prefeito, o “Secretário de Turismo”, a Secretária de Educação, e representantes da comunidade local e da sociedade civil organizada) utilizou-se gravador de áudio digital como instrumento de pesquisa, com prévia autorização, a fim de registrar a maior quantidade de detalhes em suas falas. Nas demais entrevistas, onde não se utilizou este equipamento tomou-se notas de informações relevantes, além das respostas ao formulário.

Destaca-se a importância do procedimento de observação direta, pelo pesquisador, principalmente na identificação dos impactos negativos do turismo já existentes, pois a maioria da população não os percebe, como será detalhado ao apresentar os resultados. Estas observações foram registradas em diário de campo.

---

<sup>27</sup> Os formulários de entrevista estão como Apêndices neste trabalho.



Após a realização das entrevistas elaborou-se o banco de dados, para tratamento posterior.

As entrevistas foram realizadas de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. Em todos os grupos verificou-se uma postura pró-ativa para participar da pesquisa, que foi previamente apresentada, por meio dos seus objetivos, sendo inclusive entregue ao entrevistado cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Apêndice G) que foi assinado pelos informantes.

## 5.2 População e amostragem

A população considerada neste estudo é composta pelos atores que estão direta e indiretamente ligados ao turismo no município, tais como representantes do governo, da comunidade local, da iniciativa privada, dos pescadores, da sociedade civil organizada e dos turistas.

Para seleção da amostra foi utilizado tanto o critério de intencionalidade, ou não-probabilístico, como o critério de amostragem probabilística simples.

No primeiro grupo, os elementos são selecionados de “acordo com certas características estabelecidas no plano e nas hipóteses formuladas pelo pesquisador” (RICHARDSON, 1999, p. 161). Aqui estão: os representantes da iniciativa privada, do governo, da sociedade civil organizada, dos pescadores e da comunidade local. No segundo grupo, “todos os componentes do universo devem ter igual oportunidade de participar da amostra” (RICHARDSON, 1999, p. 176), aqui estão os representantes dos turistas.

Desta forma, compõem a amostra:

**Iniciativa Privada:** com o intuito de “conhecer” o *trade* turístico do município, uma vez que não existe nenhum levantamento sobre este setor, foram realizadas entrevistas com todos os proprietários de meios de hospedagem (4 entrevistas), e com os proprietários dos equipamentos de alimentação e bebida que estão mais

ligados à atividade turística (17 entrevistas), seja por sua localização ou outros fatores. Para esta escolha contamos com a ajuda do “Secretário de Turismo” do Município. As entrevistas foram realizadas nos meses de Agosto (primeira parte) e Outubro (segunda parte), período próximo à realização da Festa do Peixe e da Festa de Santa Rita de Cássia (a padroeira), em Coremas.

**Poder Público:** foram entrevistadas pessoas ligadas à Prefeitura Municipal de Coremas: prefeito, secretária de educação, secretária de ação social e “secretário de turismo”; e ainda dois vereadores, um do partido de oposição política e o outro da situação. Totalizando, neste grupo, seis (6) entrevistas, durante o mês de Outubro de 2006. Os formulários de entrevista para estes representantes não são idênticos, tendo sido utilizado um roteiro mais “complexo” para a entrevista com o prefeito e com o “secretário de turismo” do município.

**Comunidade Local:** foram escolhidos representantes da comunidade que não têm vínculo direto com o *trade* turístico, e que residem próximo aos açudes ou ao rio (locais de visita e interesse turístico) ou no centro da cidade (onde acontecem os eventos e festas populares), apesar de procurar compor uma amostragem aleatória, dentro dos requisitos acima, preocupou-se em eleger pessoas de diferentes faixas-etárias, sendo realizadas vinte e quatro (24) entrevistas, durante o mês de Outubro de 2006.

**Sociedade Civil Organizada**<sup>28</sup>: ao perceber o destaque que estes grupos estão tendo no município e sua ligação com a atividade turística, deu-se atenção a uma análise isolada das opiniões destes representantes. Assim, compõem este grupo: Associação dos Moradores de Mãe D’Água (Asmad), Cooperativa da União Agropecuária dos Irrigantes e Psicultores de Coremas (Couaipic), Colônia de Pescadores Z-7, Associação Cultural e Recreativa de Coremas (ACRC). Sendo realizadas entrevistas com seus respectivos presidentes, totalizando quatro (4) entrevistas, realizadas no mês de Outubro de 2006.

**Pescadores:** pela importância da pesca no município e pela sua relação com o turismo, também foi destacado este grupo do grupo comunidade local, pois em alguns aspectos o turismo alcança principalmente estas pessoas. Foram realizadas quatro (4) entrevistas (além da entrevista com o representante da Colônia de

---

<sup>28</sup> No “Apêndice H” encontra-se uma breve caracterização destas “organizações”.

Pescadores, que está no grupo da sociedade civil organizada), inclusive com pescadores que compõem a diretoria da Colônia, em Outubro de 2006.

**Turistas:** um dos requisitos para a sustentabilidade do turismo é a satisfação do turista. Aliado à importância de ter algum conhecimento sobre o “perfil” do turista que visita o município, foram realizadas dezesseis (16) entrevistas com turistas durante a Segunda Festa do Peixe, em Setembro de 2006, que permitiram melhor identificar as deficiências na infra-estrutura turística e de apoio em Coremas.

### 5.3 Processamento e análise dos dados

Depois de formado o banco de dados, as respostas foram tabuladas no *software* Statistica 6.0. Para o tratamento das respostas às perguntas abertas foram estabelecidas categorias, de acordo com a similaridade das respostas, e de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para a análise estatística utilizou-se do *software* Statistica 6.0, da companhia norte-americana *Statsoft*.

## 6. RESULTADOS

Neste capítulo chega-se ao ápice deste trabalho, onde são apontados os aspectos que evidenciam a sustentabilidade e/ou insustentabilidade do turismo no município de Coremas.

É preciso destacar que, por ser um local intimamente conhecido pelo pesquisador, e de seus laços afetivos com o lugar, tenta-se evitar possíveis juízos de valor. Estes resultados surgem a partir das entrevistas realizadas, do referencial teórico, da formação acadêmica do pesquisador e da observação *in loco*.

### 6.1 A (In)Sustentabilidade do Turismo em Coremas-PB

Para análise e apresentação dos resultados, segue-se o seguinte formato:

Com base no indicador e/ou princípio de sustentabilidade foi definida uma “**questão para análise**”, que foi comparada com a realidade observada, de acordo com a visão dos atores envolvidos no processo e com o olhar do pesquisador.

A sustentabilidade do turismo geralmente está relacionada com os impactos que a atividade vem causando ou pode causar no destino turístico. Logo, a análise destas questões compreende também a identificação dos impactos do turismo no local, que corresponde a um dos objetivos específicos neste trabalho.

Para melhor compreensão, as questões são apresentadas no contexto da dimensão ecológica/ambiental, econômica, social e cultural, contudo alguns aspectos abrangem, na prática, mais de uma dimensão.

#### 6.1.1 A dimensão ecológica/ambiental:

Nesta dimensão são destacados alguns aspectos que relacionam o ambiente natural com o turismo em Coremas.

**“Questão 1” - O turismo contribui para a proteção e conservação do ambiente natural e de sua biodiversidade?**

A água é elemento central no ambiente natural em Coremas. A inclusão do município no “Roteiro do Ecoturismo e Turismo de Aventura” demonstra a estreita relação da atividade com o meio natural, ainda que em caráter mais potencial que real.

O turismo tanto pode ser um meio de “proteção” como de “degradação” ambiental. No município de Coremas, foi verificado que a maioria dos entrevistados não percebe esta possibilidade de degradação do ambiente natural por meio do turismo, apesar de ela já existir, como apontaram alguns entrevistados.

Na Tabela 01 apresenta-se as respostas dos entrevistados sobre a possibilidade de problemas/prejuízos no/ao meio natural como consequência do turismo em Coremas.

**TABELA 1 - Resposta dos entrevistados em relação à possibilidade de danos provocados pela atividade turística ao ambiente natural em Coremas**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Não sabe</i>		<i>TOTAL</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	33,3	8	62,5	15	4,2	1	<b>100</b>	24
<b>Governo</b>	50,0	3	50,0	3	-	-	<b>100</b>	6
<b>Iniciativa Privada</b>	33,3	7	66,7	14	-	-	<b>100</b>	21
<b>Pescadores</b>	60,0	3	40,0	2	-	-	<b>100</b>	5
<b>Sociedade Civil</b>	50,0	2	50,0	2	-	-	<b>100</b>	4
<b>Todos</b>	<b>38,3</b>	<b>23</b>	<b>60,0</b>	<b>36</b>	<b>1,7</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>60</b>

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Com a análise das respostas verifica-se que a maioria dos entrevistados (60%) não acredita que a atividade turística trás/ou pode trazer algum prejuízo ao ambiente natural. Considerando os grupos isoladamente, esta realidade é semelhante na Comunidade Local e na Iniciativa Privada, onde a maioria dos entrevistados também não percebe aquela possibilidade. Entre os representantes do

Governo e da Sociedade Civil, metade acredita na possibilidade destes danos, e metade não acredita. Apenas no grupo dos Pescadores a maioria percebe que o turismo pode trazer prejuízos ao ambiente natural, acredita-se que a proximidade deste grupo com os açudes contribui para essa percepção.

Os principais impactos negativos apontados pelos que percebem os atuais e os possíveis danos ao ambiente natural, lembrando que a água destaca-se neste ambiente, são:

- poluição e contaminação das águas;
- perturbação do ambiente aquático;
- assoreamento do açude;

Quando se percebe os impactos do turismo no ambiente natural, a água ou os açudes são os principais ambientes onde estes danos acontecem. Com isso, na Tabela 02 apresenta-se as opiniões dos entrevistados sobre as ações dos governos municipais, em gestões anteriores, voltadas para a conservação/manutenção destes ambientes.

**TABELA 02 - Opinião dos entrevistados sobre as ações dos governos municipais, em gestões anteriores (antes de 2005), para a conservação/manutenção dos açudes**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Agiu com descaso</i>		<i>Realizou ações de manutenção</i>		<i>Não fez nada porque o açude é de responsabilidade Federal</i>		<i>Agiu com pouca preocupação</i>		<i>Não Sabe</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>58,3</b>	14	<b>12,5</b>	3	<b>12,5</b>	3	<b>4,1</b>	1	<b>12,5</b>	3
<b>Governo</b>	<b>33,3</b>	2	-	-	-	-	<b>50</b>	3	<b>16,7</b>	1
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>85,7</b>	18	<b>9,5</b>	2	-	-	-	-	<b>4,7</b>	1
<b>Pescadores</b>	<b>60</b>	3	<b>40</b>	2	-	-	-	-	-	-
<b>Sociedade Civil</b>	<b>75</b>	3	-	-	-	-	<b>25</b>	1	-	-
<b>Todos</b>	<b>68,4</b>	41	<b>13,3</b>	8	<b>5</b>	3	<b>5</b>	3	<b>8,3</b>	5

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Na Tabela 03 as respostas dos entrevistados sobre as ações do atual governo municipal em prol da conservação/manutenção dos açudes:

**TABELA 03 - Respostas dos entrevistados sobre as ações do governo municipal atual (a partir de 2005) em prol da conservação/manutenção dos açudes**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Age com descaso</i>		<i>Vem realizando ações de manutenção</i>		<i>Não fez nada porque o açude é de responsabilidade Federal</i>		<i>Age com pouca preocupação</i>		<i>Não Sabe</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>45,8</b>	<b>11</b>	<b>33,3</b>	<b>8</b>	<b>12,5</b>	<b>3</b>	-	-	<b>8,3</b>	<b>2</b>
<b>Governo</b>	<b>16,7</b>	<b>1</b>	<b>66,6</b>	<b>4</b>	-	-	<b>16,7</b>	<b>1</b>	-	-
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>66,7</b>	<b>14</b>	<b>28,6</b>	<b>6</b>	-	-	-	-	<b>4,7</b>	<b>1</b>
<b>Pescadores</b>	<b>60</b>	<b>3</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	-	-	-	-	-	-
<b>Sociedade Civil</b>	-	-	<b>75</b>	<b>3</b>			<b>25</b>	<b>1</b>		
<b>Todos</b>	<b>48,3</b>	<b>29</b>	<b>38,3</b>	<b>23</b>	<b>3,3</b>	<b>2</b>	<b>3,3</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Sobre as ações do governo municipal atual, os entrevistados apontam um aumento na preocupação em “cuidar” dos açudes, pois 38,3% disseram que este governo vem realizando ações de manutenção dos açudes, enquanto apenas 13% (8 pessoas) apontaram que existiu esta preocupação nos governos anteriores. Todos os grupos sinalizam para atenção do governo atual, comparando com os governos anteriores. Contudo, a maioria dos entrevistados ainda considera que o governo local age com descaso, exceto os representantes do governo. Mesmo neste grupo há quem afirme que ainda se mantém uma postura de descaso ou de pouca preocupação para com os açudes, sendo destacado em suas falas que “começou a se fazer algo, mas ainda é pouco”<sup>29</sup>.

Foram apontadas como ações positivas do governo atual:

<sup>29</sup> Fala de um “representante do ‘grupo’ governo”, durante a entrevista.

- a limpeza das margens do açude: onde a comunidade foi convidada a participar e participou desta ação;
- manutenção na estrutura da parede do açude; e
- reposição de peixes das espécies “tilápia” (*Oreochromis niloticus*) e “tambaqui” (*Colossoma macropomum*);

Por outro lado, alguns entrevistados, exceto os representantes do governo, apontaram a realização da Festa do Peixe às margens do Açude Coremas (Figura 24) como uma demonstração de descaso e de mau exemplo por parte do governo local, apesar de reconhecerem os benefícios que o evento traz ao município.



**Figura 24:** Parte da estrutura da Festa do Peixe nas margens do Açude Coremas. (Out., 2005)

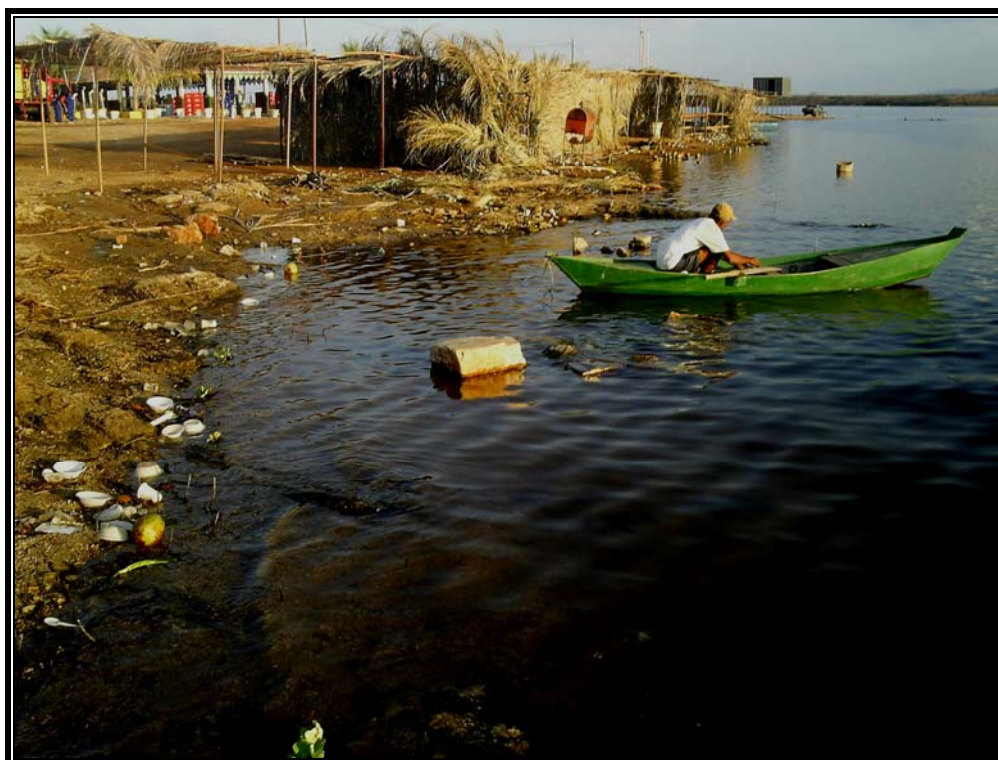
**Foto:** Davi Andrade

De acordo com as entrevistas e a observação *in loco* durante as duas versões da Festa do Peixe, em Outubro de 2005 e Setembro de 2006, aponta-se como impactos negativos deste evento no ambiente natural:



- perturbação do ambiente aquático: com a retirada de plantas que servem para alimentação e abrigo dos peixes, assim como a movimentação de barcos, *jet skys* e pessoas nas competições;

- poluição das águas e das margens do açude: alguns proprietários das barracas instaladas durante a festa lavam utensílios usados no preparo da comida na água do açude; outras pessoas jogam restos de comidas, plástico e latas de alumínio (Figura 25);



**Figura 25:** Lixo nas margens do açude Coremas depois da realização da Festa do Peixe. (Set., 2006)

**Foto:** Davi Andrade

- poluição sonora: não existe controle do volume dos sons dos automóveis. Durante a pesquisa de campo, na realização das entrevistas com os turistas, tornou-se impossível “conversar” devido o volume elevado;

- transformação da paisagem natural em paisagem urbanizada: com a construção de estruturas físicas permanentes, sem estudos de impacto ambiental;

- assoreamento do açude: segundo alguns entrevistados foi preciso colocar areia nas margens do açude a fim de aumentar o espaço para a realização do evento.

Um impacto positivo, relacionado com o ambiente natural, é a aproximação da comunidade e dos visitantes com o açude, considerando que esta aproximação pode levar a uma valorização da paisagem e do ambiente natural, conduzindo à contestação destes impactos negativos enquanto práticas comuns no município.

O ambiente natural em Coremas vem sofrendo impactos também durante a realização do Carnaval, às margens do Rio Turbina, onde pouco tem sido feito para que se evite a poluição das águas e das margens do rio. (Figuras 26 e 27).



**Figura 26:** lixo nas margens do rio Turbina (margem esquerda) durante o carnaval. (Fev.,2006)

**Foto:** Davi Andrade



**Figura 27:** a única lixeira colocada próximo ao rio (margem direita), onde acontece o carnaval. (Fev., 2006)

**Foto:** Davi Andrade

Com a verificação destes impactos positivos e negativos - por exemplo, a prefeitura limpa as margens do açude para a realização da Festa do Peixe, e durante a festa as pessoas poluem as águas e margens do açude, inclusive pela inexistência de lixeiras no local do evento em 2006, e ainda que seja feita nova limpeza depois do evento, não se consegue tirar todos os resíduos, que inclusive são levados pelo vento para além das margens, além de caracterizar um mau exemplo do governo local em relação à conservação ambiental - remete-se ao que foi destacado no Capítulo 1 deste trabalho, sobre os custos e benefícios da atividade turística (SWARBROOK, 2002), entendendo-se que estes custos e benefícios transpõem a esfera econômica.

Neste caso, é preocupante a falta de análise e ações de intervenção, por parte dos governantes e da comunidade em geral, dos custos e dos benefícios de um evento como a Festa do Peixe<sup>30</sup> em um ambiente até então natural<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Os impactos econômicos, sociais e culturais destes eventos, serão apontados adiante.

<sup>31</sup> Apesar de os açudes serem uma realização humana, são classificados como atrativo turístico natural (BENI, 2001), e a paisagem em seu entorno remete a um ambiente natural.

Este descaso com os Açudes não é atribuído apenas aos governantes ou ao turista, a própria comunidade local admite que “não se preocupa com a conservação dos açudes e de suas águas”, como é demonstrado na Tabela 4.

**TABELA 4 - Resposta dos entrevistados sobre a preocupação da comunidade em conservar os açudes e suas águas**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Tem preocupação</i>		<i>Não tem preocupação</i>		<i>Outros Comentários</i>		<i>Não sabe</i>		<i>TOTAL</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>41,6</b>	10	<b>54,2</b>	13	-	-	<b>4,2</b>	1	<b>100</b>	24
<b>Governo</b>	<b>33,3</b>	2	<b>66,7</b>	4	-	-	-	-	<b>100</b>	6
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>33,3</b>	7	<b>66,7</b>	14	-	-	-	-	<b>100</b>	21
<b>Pescadores</b>	<b>60</b>	3	<b>20</b>	1	<b>20</b>	1	-	-	<b>100</b>	5
<b>Sociedade Civil</b>	<b>25</b>	1	<b>25</b>	1	<b>50</b>	2	-	-	<b>100</b>	4
<b>Todos</b>	<b>35</b>	21	<b>55</b>	33	<b>8,3</b>	5	<b>1,7</b>	1	<b>100</b>	60

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out.2006

Para a maioria dos entrevistados (55%) a comunidade não se preocupa com os açudes. Uma minoria (8,3%) afirma que alguns se preocupam e outros não, ou que está começando a despertar a preocupação em cuidar dos açudes. Analisando as opiniões de cada grupo isoladamente, destaca-se que quase 67% dos representantes do governo e da iniciativa privada apontam para esta não preocupação. Pode se afirmar que a comunidade local reconhece tanto o descaso do governo, quanto da própria comunidade para com a conservação dos açudes.

Para a maioria dos pescadores entrevistados (3 deles) a comunidade local se preocupa com os açudes. Considerando a proximidade do pescador com os açudes, lhes foi perguntado como eles percebem a relação “dos pescadores” com os açudes. Três afirmaram que o pescador se preocupa com o açude, um disse que alguns sim e outros não, o último disse que a maioria dos pescadores não se preocupa com os açudes, e acrescentou: “o pescador é predador, eu contei mais de vinte e cinco espingardas de pescador, rede de arrasto, a malha miúda, e ainda derrama óleo no



açude”. Para outro pescador “aos poucos estão se conscientizando e deixando de fazer isso”. De acordo com alguns entrevistados, essa “não preocupação” é verificada na ocupação desordenada das margens do açude Coremas, pelo consentimento da realização da Festa do Peixe nas margens do açude, e pela omissão da comunidade diante destes fatos.

Segundo o prefeito do município, apesar de compreender a importância da proteção ambiental aliado ao desenvolvimento turístico, na sua gestão ainda não existem ações mais específicas direcionadas para a proteção/conservação do meio ambiente, destacando que “existe a intenção de criar a diretoria do meio ambiente, e fazer tratamento dos esgotos, mas até agora nada mais específico”.

Durante a entrevista, o pesquisador apontou que a retirada do “lixão” de uma área próxima a residências e a montante do “rio Turbina”, para o “aterro sanitário”<sup>32</sup>, em local afastado, é uma ação voltada para conservação do ambiente natural.

Com isso, em relação à “Questão 1”, conclui-se que, ao contrário do que se propõe como sustentabilidade ambiental via atividade turística, as práticas de turismo em Coremas, em especial o turismo de eventos em ambientes naturais, nas margens do rio e dos açudes, ainda não constituem, efetivamente, uma contribuição para a conservação do ambiente natural e de sua biodiversidade. Considerando ainda as respostas apresentadas na Tabela 1, onde a maioria dos entrevistados não percebe que a atividade turística pode prejudicar o ambiente, pode se dizer que é improvável que se busque proteger ou conservar algo que “não corre riscos”. Assim, é primordial que a comunidade em geral e o governo local percebam os impactos negativos reais e potenciais causados pelo turismo, para que busquem minimizá-los, compreendendo a relação entre ambiente, cidadania e qualidade de vida.

Retomando o tema dos resíduos, a próxima questão analisada em Coremas, referente à dimensão da sustentabilidade ecológica/ambiental é:

### **“Questão 2” – No município existe gerenciamento dos resíduos líquidos e sólidos?**

---

<sup>32</sup> Utilizou-se aspas para enfatizar que assim é chamado o “novo local” de destino dos resíduos sólidos. Segundo outro informante, este local não atende às normas de um aterro sanitário, continuando o lixo a ser depositado a céu aberto.

O município é cortado pelo rio Piancó (afluente do rio Piranhas), que atualmente é o destino de toda a rede de esgotos da cidade, sem qualquer tratamento.

Este rio, ao passar pela zona rural, tem vários usos, como: irrigação, uso doméstico e lazer. Atualmente, algumas famílias abastecem suas residências com água dos açudes particulares ou, para beber e cozinhar, com água da chuva, captada em cisternas.

No mesmo sentido, a ocupação desordenada das margens do açude Coremas (Figura 28), sem rede de esgotos, implica no risco de que resíduos das fossas sépticas destas residências, ou até mesmo os esgotos a céu aberto atinjam às águas do açude, que por sua vez chegam as residências das pessoas sem tratamento prévio.

Durante as entrevistas, foi apontado pelo representante da Cooperativa da União Agropecuária dos Irrigantes e Psicultores de Coremas (COUAIPIC) que nas comunidades rurais localizadas nas ilhas dos açudes se começa a ter a preocupação com os esgotos residenciais que também chegam aos açudes *in natura*.



**Figura 28:** Ocupação desordenada nas margens do açude Coremas. (Out., 2006)  
**Foto:** Davi Andrade.

Com isso procurou-se identificar como é o esgotamento sanitário dos equipamentos turísticos - bares, restaurantes e pousadas - em Coremas. Os resultados estão na Tabela 05.

**TABELA 05 - Tipo de esgotamento sanitário nos equipamentos turísticos em Coremas (agosto/2006)**

<i><b>Tipo/Quantos equipamentos</b></i>	<i><b>%</b></i>	<i><b>Abs.</b></i>
<b>Rede de Esgotos</b>	<b>57,1</b>	<b>12</b>
<b>Fossa Séptica</b>	<b>28,6</b>	<b>6</b>
<b>Fossa Séptica e Rede de Esgotos</b>	<b>4,8</b>	<b>1</b>
<b>Não há esgotamento</b>	<b>9,5</b>	<b>2</b>
<b><i>TOTAL</i></b>	<b><i>100</i></b>	<b><i>21</i></b>

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Verifica-se que a maioria dos equipamentos turísticos (considerados nesta pesquisa) está ligada a rede de esgotos (57,1%). Contudo, estes esgotos são despejados no rio, ao passar pelo centro da cidade. Os equipamentos que estão mais afastados do centro urbano, localizados às margens do açude ou dos rios, utilizam fossa séptica e/ou rede de esgotos (33,4%). Merece destaque dois equipamentos localizados na zona rural, no sítio Mãe D'Água, a jusante do açude de mesmo nome e que têm seus esgotos a céu aberto, desaguando no "rio da Mãe D'água", que também tem aqueles usos pelas comunidades rurais. Estes equipamentos estão em funcionamento à aproximadamente 30 e 15 anos respectivamente. Ainda no sítio Mãe D'água está outro bar/restaurante, com aproximadamente 10 anos de funcionamento. Nestes equipamentos existem piscinas e "bicas" que, junto à paisagem natural e a gastronomia, atraem muitos clientes, sejam moradores ou turistas. Verifica-se que atualmente vem surgindo novos bares/restaurantes nesta comunidade, inclusive mais próximos às margens do rio.

No sítio Mãe D'Água além da inexistência do esgotamento sanitário, o principal destino dos resíduos sólidos é a queima, pois não existe coleta regular.

Na Tabela 6 observa-se qual é a frequência da coleta de lixo nos equipamentos turísticos.

**TABELA 6 – Frequência da coleta de lixo nos equipamentos turísticos em Coremas (agosto/2006)**

<i><b>Intervalo de tempo/valor</b></i>	<i><b>%</b></i>	<i><b>Abs.</b></i>
<b>Todos os dias</b>	<b>57,1</b>	<b>12</b>
<b>A cada dois dias</b>	<b>28,5</b>	<b>6</b>
<b>Não há coleta regular</b>	<b>14,2</b>	<b>3</b>
<b><i>TOTAL</i></b>	<b><i>100</i></b>	<b><i>21</i></b>

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out.2006

A coleta de lixo no município, assim como a limpeza das ruas e espaços públicos não é realizada pela prefeitura, e sim, sendo responsabilidade de uma empresa contratada pelo governo local. Contudo, recentemente, as pessoas responsáveis pela limpeza das ruas (as “varredeiras”) declararam greve devido ao atraso no pagamento dos salários, demonstrando falta de eficiência na administração destes serviços.

De maneira geral, a frequência da coleta de lixo atende às necessidades destes equipamentos, visto que na maioria deles (18 equipamentos) esta coleta acontece diariamente ou a cada dois dias. No entanto, segundo um proprietário de bar/restaurante, localizado no sítio Mãe D'Água o lixo produzido na comunidade sempre foi queimado, até que, este ano, quando o açude Mãe D'Água estava sangrando, e tinha muita gente tomando banho no rio e visitando a “sangria”, alguém da prefeitura viu o dono de um bar jogando lixo na água. Este disse que jogava porque não tinha onde colocar. Assim foi prometido pela “pessoa da prefeitura” que o caminhão da coleta de lixo passaria na comunidade. A coleta aconteceu algumas vezes, mas agora não acontece mais e eles continuam queimando o lixo.

Durante visita de campo, em Abril de 2006, no principal acesso (terrestre) ao açude da Mãe D'Água, verificou-se a deposição de resíduos provenientes de uma granja, às margens da estrada (Figura 29). Além da poluição visual, o acúmulo de



insetos, o mau cheiro incomodava aos que ali passavam. Nesta época muitas pessoas visitaram o local, motivadas pelo espetáculo da sangria do açude.



**Figura 29:** lixo na estrada que dá acesso ao açude Mãe D'água. (Abril, 2006)

**Foto:** Davi Andrade

Pode-se concluir que o destino dado aos resíduos líquidos (esgotos) em Coremas acarreta danos ao ambiente natural e, provavelmente a saúde das pessoas, sendo preciso um estudo mais específico para qualificar e quantificar estes danos.

Com a mudança do local de deposição dos resíduos sólidos produzidos no município, para um local mais afastado (que aparentemente é menos prejudicial ao ambiente e às pessoas), como foi apontado na questão anterior, verifica-se uma ação concreta do governo para este gerenciamento. Contudo, esta ação abrange apenas a zona urbana.

Considerando que o turismo em Coremas acontece também na zona rural, em especial no sítio Mãe D'água, o interesse no desenvolvimento da atividade, por parte dos governos, deve considerar esta deficiência, que também afeta outros setores da administração pública e da vida das pessoas, como a saúde.

A mudança deste quadro também passa pela mobilização social, e a sensibilização da comunidade sobre o destino dos resíduos líquidos e sólidos. No contexto do ambiente rural, a próxima questão em análise é:

### **“Questão 3” - Evita-se a descaracterização da paisagem natural?**

A paisagem sertaneja e seus elementos, clima, flora, fauna, em si constituem um atrativo turístico, principalmente para as pessoas que vivem em regiões de clima temperado ou no litoral. E quando aliados aos elementos da cultura, adquirem mais destaque entre os atrativos turísticos do nordeste, constituindo um diferencial do modelo de turismo de sol e praia.

Seabra (2001, p. 93) apresenta o Turismo Sertanejo como “uma forma de lazer fundamentada na paisagem natural, no patrimônio cultural e no desenvolvimento social das regiões interioranas do Brasil”. O autor destaca ainda a preocupação dessa modalidade de turismo com a preservação dos recursos naturais e culturais, da valorização da identidade cultural regional e da melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

O que se observa em algumas localidades é que o descontrole da atividade contribui para a perda da essência do atrativo turístico. Quando este compreende o meio natural, isto se dá principalmente na implantação da infra-estrutura turística e de apoio.

Em Coremas, é possível apontar algumas ações que, aos poucos, vêm descaracterizando a paisagem natural, principalmente nos locais de visitação turística, como a implantação de bares/restaurantes nas margens do açude e do rio (Figuras 30 e 31). Assim, ao mesmo tempo em que é implantada a infra-estrutura turística, há uma modificação na paisagem natural que potencializa o turismo no local, dando a entender que essa condição é inevitável.



**Figura 30:** bar/restaurante “dentro” do açude Coremas. (Abril, 2006)  
**Foto:** Davi Andrade, 2006.



**Figura 31:** Bares/restaurantes nas margens do “rio Turbina”. (Ago., 2006)  
**Foto:** Davi Andrade, 2006.

O que se quer apontar é que a implantação destes empreendimentos em Coremas, não é acompanhada por estudos de impacto ambiental ou estudos de impacto na paisagem, comprometendo em diversos aspectos o uso sustentável deste ambiente e do seu valor turístico.

Esta descaracterização da paisagem natural em Coremas está relacionada com o surgimento da cidade e o seu crescimento urbano, seja em seu passado, com a construção dos açudes, seja atualmente com a ocupação desordenada de suas margens.

Percebe-se em Coremas o desejo de “progresso” entendido como o abandono do passado, e do natural. As fachadas das casas antigas são substituídas para ganhar feições modernas, as ruas são asfaltadas, as estradas são “calçadas”, a praça se transforma em “praça de alimentação”, as árvores são pintadas de branco, entre outros aspectos. Pelo que se vem assistindo em Coremas, torna-se difícil pensar em “desenvolver” sem descaracterizar a paisagem natural.

Esta realidade é corroborada pela inexistência de um plano diretor, ou outro documento, que efetivamente ordene a ocupação de seu território. Na próxima questão aborda-se a inexistência de um plano local para o regimento da atividade turística.

#### **“Questão 4” - A atividade é regida por um plano de desenvolvimento turístico local e regional?**

O município é contemplado, desde o início dos anos 90 nos Planos Estaduais para Desenvolvimento do Turismo. Além destes documentos, não foi identificado nenhum plano a nível local que verse sobre a atividade, e mesmo assim não se conhece os resultados concretos desta participação nas políticas de turismo.

Em relação às políticas estaduais e federais para o turismo na Paraíba, pode-se afirmar que elas vêm tendo pouco êxito nos municípios interioranos. Como é o caso do PNMT, que de maneira geral propunha-se a “fomentar o desenvolvimento do turismo nos Municípios com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política” (BRASIL, 2002), fortalecendo o planejamento do turismo no município. Durante a pesquisa de campo, junto ao atual governo

municipal, não foi encontrado qualquer vestígio das ações do PNMT em Coremas, e tanto o prefeito, como o “secretário de turismo” não conhecem estas ações. Segundo uma funcionária da prefeitura foram realizadas, na época do PNMT<sup>33</sup>, algumas oficinas de capacitação no município e encaminhado ao então Ministério do Esporte e Turismo, o Roteiro de Informações Turísticas - RINTUR. Baseando-se nas informações apresentadas neste relatório, o Ministério não incluiu Coremas na relação dos municípios turísticos (MT) ou com potencial turístico (MPT), no ano de 2002. (BRASIL, 2002)

Mesmo fazendo parte do Programa Roteiros do Brasil não foi tornado público pelo governo municipal atual, ou pelos anteriores, algum plano local para orientar o desenvolvimento da atividade, assim deixa-se a etapa de “municipalização” do turismo, chegando a “regionalização” sem mudanças substanciais na gestão local do turismo, como na maioria dos municípios do interior da Paraíba. Foi verificado, que a maioria dos entrevistados (76,6%) não sabe que Coremas está incluída no atual Programa de Regionalização do Turismo ou em qualquer outro programa governamental para o desenvolvimento do turismo, como se vê na tabela 07.

**TABELA 7 - Respostas dos entrevistados sobre o conhecimento da inclusão de Coremas nas políticas para o turismo do governo estadual/federal**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Sim, está incluído</i>		<i>Acha que sim, mas não sabe qual programa</i>		<i>Não Sabe</i>		<i>TOTAL</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>8,3</b>	<b>2</b>	<b>16,7</b>	<b>4</b>	<b>75</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>24</b>
<b>Governo</b>	<b>50</b>	<b>3</b>	<b>16,7</b>	<b>1</b>	<b>33,3</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>6</b>
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>4,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>95,2</b>	<b>20</b>	<b>100</b>	<b>21</b>
<b>Pescadores</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>5</b>
<b>Sociedade Civil</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>50</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>4</b>
<b>Todos</b>	<b>11,7</b>	<b>7</b>	<b>11,7</b>	<b>7</b>	<b>76,6</b>	<b>46</b>	<b>100</b>	<b>60</b>

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

<sup>33</sup> Este programa esteve em prática até 2002.



Com estas respostas conclui-se que a comunidade local, representada por todos os entrevistados ignora que Coremas participa da política federal e estadual para desenvolvimento do turismo.

Deve ser destacado que apenas um representante do governo apontou que o município participa do Programa de Regionalização do Turismo, os demais que responderam afirmativamente apontaram o “Roteiro da Coluna Prestes”, que está em fase de elaboração, tendo sido realizada em Agosto de 2006 uma reunião com diversos setores em Coremas para tratar deste assunto; outros dois representantes do governo (vereadores) não sabem da participação do município nestes programas, e para o prefeito, Coremas “participa do programa do governo do estado, do governo federal não”.

Logo, contesta-se a diretriz da participação comunitária apontada no Plano Nacional de Turismo, pois como se pode afirmar que a comunidade participa de um processo se ela nem sabe que ele existe?

Além disso, o município deixa de ganhar os possíveis recursos financeiros reservados para os que são contemplados nesta política, pois “o município” não sabe que foi contemplado.

Contudo, a maioria dos entrevistados (88,3%) afirma que o governo municipal investe no turismo. Como é mostrado na Tabela 8.

**TABELA 8 – Opinião dos entrevistados sobre a atuação do governo local em relação à investimentos no setor turismo**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Sim, o governo investe no turismo</i>		<i>Não investe</i>		<i>TOTAL</i>	
	<i>%</i>	<i>Abs.</i>	<i>%</i>	<i>Abs.</i>	<i>%</i>	<i>Abs.</i>
<b>Comunidade</b>	<b>95,9</b>	<b>23</b>	<b>4,1</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>24</b>
<b>Governo</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100</b>	<b>6</b>
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>81</b>	<b>17</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>21</b>
<b>Pescadores</b>	<b>80</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>5</b>
<b>Sociedade Civil</b>	<b>75</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>4</b>
<b>Todos</b>	<b>88,3</b>	<b>53</b>	<b>11,7</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>60</b>

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out.2006

Na tabela 09 são apresentadas as formas que o governo investe no turismo, na opinião dos entrevistados que **responderam afirmativamente** a questão acima.

**TABELA 09 - As ações do governo local que demonstram o investimento no turismo, na opinião dos entrevistados**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Realização de Festas</i>		<i>Outros</i>	
	%	Abs.	%	Abs.
<b>Todos os entrevistados</b>	<b>81,1</b>	<b>43</b>	<b>18,9</b>	<b>10</b>

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Assim, verifica-se que a maioria dos entrevistados (81,1%) apontam a realização de festas como a forma de incentivo do governo municipal para o desenvolvimento do turismo, e que 18,9% dos entrevistados percebem outras ações do governo voltadas para a atividade. Estas ações, segundo os entrevistados, são:

- pavimentação do acesso a Vila do DNOCS;
- melhoria da infra-estrutura urbana;
- apoio à instalação de equipamentos turísticos<sup>34</sup>;
- participação em “feiras” de turismo;
- captação de projetos para desenvolver a cidade;
- ações de manutenção e limpeza no açude Mãe D’água;
- criação de novas festas<sup>35</sup>;
- capacitação de “guias de turismo”;
- implantação da secretaria de turismo;

Sobre a “implantação da secretaria de turismo” é preciso fazer alguns esclarecimentos. Ainda não existe, segundo o prefeito, a Secretaria de Turismo. O

<sup>34</sup> O informante se refere ao Bar/Restaurante instalado nas margens do açude, que pertence à familiares do prefeito.

<sup>35</sup> Esta ação será comentada nas questões referentes à sustentabilidade cultural.

processo de criação desta secretaria encontra-se em tramitação na Câmara Municipal. Existe uma Diretoria de Cultura, Eventos e Turismo, ligada à Secretaria de Ação Social. Contudo já “existe” o “secretário de turismo”<sup>36</sup>, que foi entrevistado como tal, pois assim é reconhecido pelo governo e pela comunidade, sendo o corpo técnico desta secretaria composto apenas por ele.

Esta situação demonstra que mesmo sendo confirmado o potencial turístico do município, com sua inclusão em políticas públicas federais e estaduais; e que mesmo recebendo turistas, e seus respectivos impactos, com certa regularidade desde a construção dos açudes, os governos locais, até agora não ter a preocupação necessária para com o setor turístico, que poderia ter resultado na instituição de uma Secretaria de Turismo, ou na elaboração de um plano municipal de turismo, sendo inclusive destacado pelo “secretário de turismo” que a inexistência da Secretaria de Turismo é uma falha dos governos locais. A maioria dos representantes do governo atual, afirmaram que os governos anteriores não incentivaram o desenvolvimento do turismo em Coremas.

Sobre as ações da sua gestão em prol do turismo, o atual prefeito afirma<sup>37</sup>:

o que a gente faz lá é turismo de eventos, e pra mim o turismo de eventos não é propriamente o turismo, é um turismo que é momentâneo, festa eu não considero como se fosse realmente o turismo. A gente tem que procurar desenvolver outro tipo de turismo lá que possa explorar aquelas áreas que a gente tem fantásticas, de margem de açude, a cascata de Mãe D'Água, e pra isso também a gente tem que procurar melhorar infraestrutura pra que o turista chegue lá e possa realmente ver que a cidade tá bem cuidada, tá limpa. Conscientizar a população, pra que a população possa passar informações, valorizar as pessoas que chegam lá, de fora, que muita gente ainda não tem esse esclarecimento. Precisa valorizar pra que a gente possa levar o nome da nossa cidade mais alto e as pessoas possam descobrir o que tem, a nossa cidade tem pra oferecer do lado turístico [...], a gente tem procurado participar de eventos, [...], levar pessoas pra conhecer a cidade, pra fazer investimento privado, botar restaurante, botar hotéis, pousadas; tem procurado angariar recursos pra melhorar a infra-estrutura pra atrair as pessoas [...].

---

<sup>36</sup> Neste trabalho, ao citar o secretário de turismo, utiliza-se aspas (“ ”) para destacar esta particularidade.

<sup>37</sup> Entrevista realizada em João Pessoa, em Novembro de 2006. Ver o formulário de entrevista em apêndice.



Apesar das intenções do governo atual em desenvolver o turismo, e de compreender que a atividade não se resume à realização de eventos, não existe um plano local para desenvolvimento da atividade, ou outro instrumento que atenda aos requisitos de “planejamento e controle” que, de acordo com Ruschmann (1999), é fundamental para a “evolução harmoniosa da atividade”, refletindo em sua sustentabilidade.

### **6.1.2 A dimensão econômica**

A visão economicista do turismo, que geralmente encobre as possibilidades de danos ao local receptor e enfatiza os benefícios econômicos que a atividade pode trazer, está presente nas falas dos entrevistados, de todos os setores. É inegável que o turismo vem proporcionando estes benefícios em Coremas, contudo para a sustentabilidade do turismo, é preciso cuidar para que a busca pelos benefícios econômicos não exclua a busca pelos benefícios ambientais e socioculturais.

Como primeira questão de análise, nesta dimensão apresenta-se:

#### **“Questão 01” - O turismo é alternativa de trabalho e renda para a população local?**

Para analisar esta questão procurou-se saber quantos postos de trabalho estão diretamente relacionados com a atividade, considerando estes postos nos bares, restaurantes e pousadas do município, nos períodos de maior visitação, e durante as demais épocas do ano (Quadros 6 e 7). E ainda os postos de trabalho que são criados exclusivamente nos períodos dos eventos (Carnaval e Festa do Peixe), nas barracas e/ou como vendedores ambulantes (Quadro 8).

Observou-se que estes postos de trabalho são ocupados por familiares e, a maioria, por não familiares, e que apenas 3 pousadas, entre os 21 equipamentos analisados não contrata mais pessoal durante os eventos.

**Quadro 6 - Postos de trabalho nos equipamentos turísticos em Coremas-PB (ano 2006)**

<i><b>Equipamento/ Postos de trabalho</b></i>	<i><b>Ocupados por familiares</b></i>	<i><b>Ocupados por não-familiares</b></i>	<i><b>TOTAL</b></i>
<b>Bares/ restaurantes</b>	41	49	<b>90</b>
<b>Pousadas</b>	2	13	<b>15</b>
<i><b>Bares/restauran tes + pousadas</b></i>	<b>43</b>	<b>62</b>	<b>105</b>

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

**Quadro 7 - Postos de trabalho nos equipamentos turísticos em Coremas-PB durante os eventos (Carnaval e/ou Festa do Peixe) (ano 2006)**

<i><b>Equipamento/ Postos de trabalho</b></i>	<i><b>Postos de trabalho criados durante os eventos</b></i>
<b>Bares/restaurantes</b>	60
<b>Pousadas</b>	2
<i><b>Bares/restaurantes + pousadas</b></i>	<b>62</b>

Fonte: pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

**Quadro 8 - Postos de trabalho criados durante o Carnaval em Coremas-PB (anos 2005 e 2006)**

<i><b>Ano/ Modalidade</b></i>	<i><b>Ano 2005</b></i>	<i><b>Ano 2006</b></i>
<b>Barracas</b>	27*	18*
<b>Vendedores ambulantes</b>	30	21
<b><i>Barracas + vendedores ambulantes</i></b>	<b>57</b>	<b>39</b>

\* considera-se aqui uma média de 3 postos de trabalho em cada barraca, correspondendo à 9 e 6 barracas, em 2005 e 2006, respectivamente.

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Somando todos os postos de trabalho, permanentes e temporários, nos equipamentos analisados e durante o Carnaval, no ano de 2006, chega-se a um total de 206 postos diretamente relacionados à atividade turística em Coremas. Estas informações contribuem para a quantificação dos benefícios do turismo na localidade, seja para o conhecimento acadêmico, ou para conhecimento do governo local, que pode, com o acompanhamento destes dados, analisar a geração de postos de trabalho no município via atividade turística.

A geração trabalho durante os eventos (o carnaval) é destacada pelo prefeito atual, inclusive como meio de promover o desenvolvimento sustentável:

[...] nós vamos trazer oportunidade de trabalho para muitas pessoas, como nós já vemos hoje, os bares, restaurantes, mototaxis, e vários setores da nossa cidade sendo aceitos pelo turista e os moradores da nossa cidade aproveitando esse evento para o desenvolvimento sustentável de nossa região. (COREMAS, 2005)

Cabe aqui, discutir alguns aspectos da participação da comunidade nestes postos de trabalho.

Durante a Festa do Peixe, em outubro de 2005, deu-se preferência à comunidade local para a instalação das barracas que funcionam como

bar/restaurante, em especial para as associações de bairro ou de comunidades rurais. Contudo, neste mesmo evento foi instalado um restaurante vindo da cidade de Patos, com estrutura física diferenciada, pois, segundo pessoas da prefeitura, em Coremas não havia um restaurante que atendesse à demanda durante o evento. Desta forma, parte dos lucros que deveria ficar com a comunidade local foi levada por pessoas de outra cidade. Mesmo assim, as “barracas” da comunidade obtiveram bons lucros. Contudo, no ano seguinte, em outubro de 2006, pela falta de controle na quantidade das barracas instaladas na II Festa do Peixe, “talvez por ser um ano de eleição”, os lucros foram menores, segundo o representante da Associação dos Moradores da Mãe D’Água (Asmad).

Deve-se destacar que a infra-estrutura das barracas foi apontada como precária, por alguns entrevistados. Foi observado que, pela localização às margens do açude, é comum as pessoas lavarem utensílios de cozinha na água do açude, deixando restos de comida que provocam mau cheiro, além de poluir visualmente a paisagem e tornar-se desagradável tomar banho nesta “mesma água”, como é demonstrado na Figura 25.

A partir do carnaval de 2005 verifica-se uma tentativa de organização destes postos de trabalho, com o cadastro formal, mediante o pagamento de uma taxa pelos vendedores ambulantes e pelos proprietários das barracas instaladas durante o evento (no valor de R\$ 20,00 e R\$ 50,00, respectivamente), que pode ser considerada geração de insumos para o município.

Todavia, durante o carnaval 2006, o espaço das ruas laterais a Praça Félix Rodrigues, que era ocupado por barracas, até o carnaval anterior, foi utilizado para a instalação de “camarotes”, sob a organização da prefeitura, refletindo, provavelmente, na redução do número de barracas (ver Quadro 6) e no total de postos de trabalho gerados. Por outro lado, estes camarotes, que eram vendidos pela prefeitura por aproximadamente R\$ 600,00, não foram todos ocupados.

Esta situação pode gerar na comunidade um sentimento de exclusão. Pois o governo local “toma” um espaço que era ocupado pelos proprietários das barracas - que têm neste evento uma oportunidade de melhorar sua renda - para venda de alimentos e bebidas para os moradores e turistas, e o reserva aos que podem pagar para estar no camarote ou permanecer inutilizado (como aconteceu) pela falta de demanda, concentrando os benefícios econômicos, reduzindo o espaço disponível

para os foliões, e negando o discurso de geração de emprego e renda para a comunidade local.

Observa-se que a instalação de camarotes vem se tornando uma prática comum nas festas populares, como o Carnaval e São João, em diversas cidades do interior da Paraíba, como Patos, Pombal e Sousa.

A fim de qualificar estes dados quantitativos de “geração de emprego”, como sugere Bellen (2005), analisou-se também a remuneração nestes postos de trabalho e o pagamento dos benefícios sociais aos empregados.

Verificou-se que - entre os 21 (vinte e um) equipamentos analisados – 5 (23,8%) proprietários de equipamentos turísticos afirmaram pagar um “salário” fixo aos seus empregados. Este salário varia entre R\$ 100,00 e R\$ 350,00, sendo que apenas um proprietário afirmou pagar o valor equivalente ao salário-mínimo brasileiro atual (R\$ 350,00). Os demais 16 proprietários (76,2%) afirmaram pagar por dia de trabalho (diária) um valor que varia entre R\$ 10,00 e R\$ 15,00, sendo raro um empregado alcançar o valor do salário mínimo em um mês. Desta forma, também não são pagos os benefícios sociais destas pessoas.

O turismo vem gerando postos de trabalho e renda em Coremas, contudo, as condições dos empregos ainda não estão de acordo com o que se propõe enquanto atividade socioeconomicamente sustentável. Deve-se destacar que estas características nas relações trabalhistas, de não atendimento às formalidades, é comum nas cidades do interior e de pequeno porte, como Coremas. Uma empregada doméstica, por exemplo, costuma receber R\$ 50,00 como salário mensal por uma jornada de 8 horas diárias.

Segundo os proprietários das pousadas, torna-se difícil cumprir com as cláusulas trabalhistas e pagar melhor os funcionários devido o pouco lucro nestes equipamentos, que cobram entre R\$ 10,00 e R\$ 50,00 por diária individual.

Com o aumento na quantidade de turistas e a diminuição da sazonalidade das visitas ao sertão da Paraíba e em Coremas, é possível que sejam criados mais empregos e/ou que sejam melhoradas as condições de trabalho destas pessoas, para que não precisem migrar para os grandes centros urbanos à procura de emprego.

Neste sentido, os governos locais junto à iniciativa privada, podem incentivar a vinda de turistas das cidades da região, em diversas épocas além dos períodos festivos. Para isso deve-se criar e melhorar as possibilidades de lazer para estes visitantes. Em Coremas pouco de vêm fazendo nesta direção, pois são diversas as atividades que podem ser desenvolvidas nos açudes e seus arredores, com o devido planejamento e controle.

### **“Questão 2” - O turismo aumenta as vendas no comércio?**

O efeito multiplicador pertinente à atividade turística (BENI, 2001) reflete neste aumento de vendas, pois o aumento no número de clientes/turistas em um restaurante, leva a compra de mais produtos nos supermercados, mais peixes ao pescador, o aumento nas vendas no supermercado pode levar à contratação de mais funcionários, etc.

Quase 50% dos proprietários dos equipamentos turísticos entrevistados afirmaram que durante os eventos turísticos, em Coremas, as vendas aumentam 100%, enquanto os demais afirmaram que as vendas aumentam entre 25 e 80%.

Este aumento nas vendas no comércio também foi apontado pelos entrevistados (nos diversos grupos) quando se perguntou sobre os possíveis benefícios que o turismo pode trazer ao município.

Quase todos os entrevistados responderam afirmativamente sobre a possibilidade de benefícios a partir do desenvolvimento da atividade turística, apenas uma proprietária de bar/restaurante afirmou que o turismo “já trouxe benefícios, hoje não trás mais”, talvez querendo evidenciar a falta destes benefícios para o seu equipamento. Entre estes benefícios, os mais citados foram: aumento na renda, emprego e movimentação no comércio, nos bares e restaurantes. Ainda foram apontados como possíveis benefícios: lazer para a comunidade, valorização e divulgação da cidade e venda do artesanato. Merece destaque a opinião de um representante da comunidade local, que apontou “o tratamento da água” como um possível benefício proporcionado pela atividade turística.

Estudos sobre o fluxo de turistas e da quantia de dinheiro gasto no município podem contribuir para o conhecimento destes benefícios econômicos.

### **“Questão 3” - A atividade promove o surgimento de empreendimentos turísticos locais?**

Atualmente verifica-se um nítido aumento na quantidade de equipamentos turísticos no município, como o surgimento de 4 pousadas entre os anos 2000 e 2007 (Quadro 3), e de 4 bares/restaurantes, sendo que 3 destes têm aproximadamente um ano de funcionamento. Destacando-se que estes bares/restaurantes estão diretamente relacionados com a atividade turística, seja pela localização ou pelo serviço oferecido<sup>38</sup>.

Verificou-se que todos os proprietários entrevistados são naturais de Coremas ou vivem ali há algum tempo, permitindo a conclusão de que vêm surgindo novos empreendimentos turísticos e que são iniciativas de moradores locais.

No entanto, foi apontado pelo prefeito que existe o interesse de que pessoas de outros locais possam instalar hotéis, pousadas e restaurantes no município.

Geralmente, a chegada de empreendimentos externos e de maior porte estrutural numa localidade implica na importação de mão-de-obra, seja por qualificação superior ou por escolha dos investidores. Ainda que sejam criados postos de trabalho para a comunidade local com estes investimentos, é preferível, para a sustentabilidade da atividade em diversos aspectos, que sejam apoiados investimentos locais (BENI, 2001; SWARBROOKE, 2002; MBAIWA, 2003; )

#### **6.1.3 A dimensão social**

Foi destacado no Capítulo 1 que geralmente é mais lenta a percepção dos impactos socioculturais provocados pelo turismo (CORIOLANO, 1997; SWARBROOKE, 2002). Aqui se procura analisar os aspectos do turismo relacionados com a dimensão social no município de Coremas.

A primeira questão a ser analisada nesta dimensão é:

---

<sup>38</sup> Uma pousada e um bar/restaurante não estavam em funcionamento até o momento das entrevistas (ago./out. 2006), mas foram incluídos nesta contagem.

**“Questão 1” – A comunidade local participa das decisões relacionadas com o turismo no município?**

A participação comunitária no planejamento do turismo, principalmente em escala local e regional, vem sendo tomada como elemento central para o desenvolvimento sustentável do turismo (IRVING, 2000; ARAÚJO, 2004a).

Destarte, investigou-se se a comunidade (composta por todos os “grupos” nesta pesquisa) vem participando das decisões relacionadas com o turismo em Coremas.

**TABELA 10- Respostas dos entrevistados sobre a sua participação em reuniões com o governo local para tratar de assuntos relacionados com o turismo em Coremas.**

Grupo/Resposta	Participa ou já participou		Nunca participou		TOTAL	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>20,8</b>	<b>5</b>	<b>79,2</b>	<b>19</b>	<b>100</b>	<b>24</b>
<b>Governo*</b>	<b>33,3</b>	<b>2</b>	<b>66,7</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>6</b>
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>81</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>21</b>
<b>Pescadores</b>	<b>20</b>	<b>1</b>	<b>80</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>5</b>
<b>Sociedade Civil</b>	<b>75</b>	<b>3</b>	<b>25</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>4</b>
<b>Todos</b>	<b>25</b>	<b>15</b>	<b>75</b>	<b>45</b>	<b>100</b>	<b>60</b>

\* Neste caso os representantes do governo respondem sobre a participação da comunidade nas decisões.

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out.2006

A realização de eventos no município (como o Carnaval e a Festa do Peixe) foi apontada pelos entrevistados como o principal incentivo ao turismo pelo governo local. Estes eventos interferem imediatamente no cotidiano dos moradores, além de causar danos ao ambiente natural e prejuízos à comunidade. A participação



comunitária, da iniciativa privada e das associações seria um meio de dividir as responsabilidades do governo e avaliar os pontos fortes e fracos destes eventos, refletindo no desenvolvimento sustentável da atividade e fazendo com que a comunidade se sinta partícipe deste processo. Contudo, 75% dos entrevistados afirmaram que nunca participaram de alguma reunião com o governo local para tratar do turismo no município. Considerando os proprietários dos equipamentos turísticos, que estão diretamente envolvidos neste processo de desenvolvimento turístico, este percentual é de 81%; e dos representantes do grupo da comunidade e dos pescadores, de 79,2% e 80%, respectivamente. Apenas os representantes da sociedade civil organizada, em sua maioria, 75%, afirmaram que participam ou já participaram daquelas reuniões.

A maioria dos representantes do governo, 66,7% afirmou que a comunidade não é convidada a participar das decisões relacionadas com o turismo, e que apenas “as pessoas do governo” são responsáveis por estas decisões.

No entanto, verifica-se que 25% dos entrevistados afirmaram que participam ou já participaram de alguma reunião com o governo local para tratar do turismo no município. Pode-se dizer que esse número revela uma parcela significativa, sendo que a ampliação desta parcela, em todos os grupos envolvidos com o turismo, é condição necessária para sustentabilidade do turismo no município.

A “exclusão” da comunidade local nas decisões em prol do turismo parece ser uma realidade também em outros municípios do sertão, como foi destacado no referencial teórico, no estudo de Oliveira e Endres (2003) ou, por exemplo, na “Oficina de sensibilização”, que faz parte das ações de implantação do Programa Roteiros do Brasil, realizada em Sousa, município pólo da região turística do sertão (em Dezembro de 2005), onde diversos setores, inclusive a comunidade, deviam participar. Nesta ocasião apenas os representantes dos governos dos municípios participantes do programa estiveram presentes (e uma representante da iniciativa privada do município de Sousa). Pelo pequeno espaço escolhido para a realização da “oficina” percebe-se que não era esperada a participação de pessoas da comunidade, ou da iniciativa privada.

Deve-se ressaltar que a participação comunitária é uma prerrogativa no Programa Roteiros do Brasil.

Logo, foi verificado que a efetiva participação da comunidade nas decisões em prol do turismo, em Coremas e no sertão da Paraíba, ainda não é uma prática plena, deixando de cumprir com um importante requisito na busca da sustentabilidade do turismo no local.

### **“Questão 2” - O número de visitantes prejudica a qualidade de vida da comunidade local e a qualidade da visita?**

Vários locais, atualmente, têm que utilizar o antimarketing afim de tentar reduzir a quantidade de turistas em épocas de alta estação, pois este excesso de visitantes traz prejuízos à população local e à qualidade da visita, como vem acontecendo em Veneza (Itália) e Bonito (Brasil), por exemplo.

Na Paraíba estes prejuízos são sentidos em praias do litoral, como Jacumã, Lucena, Baía da Traição, que em épocas como o Carnaval são “invadidas” por milhares de pessoas, chegando até dificultar o acesso à água.

A transformação dos festejos juninos em mega-eventos nas cidades do interior paraibano, como em Solânea, Santa Luzia e Patos atrai milhares de pessoas, sem as devidas ações governamentais para atender à esta demanda. Isto vem resultando num rápido aumento no número de visitantes, sem que se considere a efetiva capacidade destes lugares de receber os turistas, provocando múltiplos prejuízos, tanto aos turistas como à comunidade.

Em Coremas, apesar de não existir estudos sobre o fluxo de turistas durante o Carnaval ou sobre a capacidade de carga em ambientes naturais e na área urbana, algumas constatações sinalizam para estes prejuízos/danos, como por exemplo:

- a falta de dinheiro nos caixas eletrônicos do Banco do Brasil, já no primeiro dia do Carnaval 2005 e durante todos os outros dias, demonstra que não era esperado um grande fluxo de transações bancárias, provavelmente incrementado pelos turistas. Assim, muitas pessoas tiveram que deixar a cidade antes do término do carnaval pois não tinham como retirar dinheiro para atender às suas

necessidades, enquanto pessoas da comunidade local tiveram que se dirigir à outras cidades afim de retirar dinheiro em outras agências bancárias;

- durante o Carnaval, geralmente todos os leitos das pousadas são ocupados, faltando local para hospedagem. Esta situação pode ser contornada com a estruturação de locais alternativos para hospedagem, como escolas. Isto vem sendo feito em Cabaceiras, por exemplo, no cariri paraibano, durante a Festa do Bode Rei;

- durante a Festa do Peixe, em 2006, foi apontado por turistas entrevistados que a poluição sonora no local da festa, pelos sons automotivos, deve ser monitorada, e que o trânsito na área do evento deve ser melhorado evidenciando a falta de ações de ordenação na estrutura destes eventos, que pode prejudicar a sua qualidade.

- o comportamento de alguns visitantes, como, por exemplo, andar pelas ruas e praças em roupas de banho, namorar próximo à Igreja, etc., choca os moradores mais conservadores.

O aumento no número de visitantes causa impactos no ambiente natural e urbano, como deposição de lixo nos açudes, no rio e nas ruas; mal-cheiro provocado pela urina nas calçadas, etc. Interferindo tanto na vida da comunidade local como na qualidade da estada do turista.

Estes impactos provocados pela presença do turista podem acontecer mesmo quando o fluxo de turistas é limitado, dependendo do seu comportamento, e de como a comunidade o recebe. Assim, cabe aos organizadores da atividade no local definir qual “perfil de turista” deseja atrair. Sobre esta situação, Swarbrooke (2000b) aponta que jovens bebedores e arruaceiros vem prejudicando a qualidade de vida em estações de veraneio no mediterrâneo, e que ações de antimarketing devem ser realizadas para evitar turistas com esse perfil.

Apesar de seu potencial para o ecoturismo, o município de Coremas não vem desenvolvendo atividades voltadas para este segmento, que causaria menos impactos no local, dadas as implicações no planejamento do ecoturismo e no comportamento das pessoas interessadas neste tipo de atividade. Todavia, contrário as práticas de turismo que vêm sendo incentivadas no município (realização de festas), o governo local na folheteria turística, associa Coremas à tranquilidade (Figura 32).



**Figura 32:** Folheteria turística do município onde é destacada a água, o peixe e a tranquilidade que o visitante encontra em Coremas. (Divulgada em Out.2005)

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Coremas.

Corroborando o que foi destacado sobre a dificuldade em perceber estes impactos sociais, a comunidade local (considerando todos os entrevistados) não aponta os impactos já provocados pela presença dos turistas, nem menciona a possibilidade de que venham a acontecer. Isso pode ser comprovado pelas respostas dos entrevistados, uma vez que a maioria (73,3%) não acredita que o turismo pode trazer algum prejuízo à comunidade local (Tabela 11) e/ou ao ambiente natural (Tabela 1).

**TABELA 11 - Resposta dos entrevistados em relação a possibilidade de prejuízos para a comunidade local, provocados pela atividade turística em Coremas-PB**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Não sabe</i>		<i>TOTAL</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>20,8</b>	5	<b>79,2</b>	19	-	-	<b>100</b>	24
<b>Governo</b>	<b>50</b>	3	<b>50</b>	3	-	-	<b>100</b>	6
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>19</b>	4	<b>76,2</b>	16	<b>4,8</b>	1	<b>100</b>	21
<b>Pescadores</b>	<b>40</b>	2	<b>60</b>	3	-	-	<b>100</b>	5
<b>Sociedade Civil</b>	<b>25</b>	1	<b>75</b>	3	-	-	<b>100</b>	4
<b>Todos</b>	<b>25</b>	15	<b>73,3</b>	44	<b>1,7</b>	1	<b>100</b>	60

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Comparando as opiniões dos grupos isoladamente mantêm-se a afirmativa de que a comunidade local (formada por todos os grupos inclusive representantes do governo), não percebe estes impactos. Os grupos que menos percebem esta possibilidade são: comunidade, iniciativa privada e sociedade civil. Entre os entrevistados que apontaram a possibilidade de prejuízo à comunidade local (25%), foi destacado: aumento na prostituição, transmissão de doenças e criminalidade.

### **“Questão 3” – Os impactos sociais do turismo são monitorados?**

Com o que foi exposto acima fica evidenciado que não existe qualquer monitoramento - seja por parte do governo, seja por parte da comunidade - dos impactos sociais decorrentes da atividade turística.

Talvez o leitor seja conduzido à pensar que estes impactos não são monitorados ou percebidos pela comunidade pelo recente surgimento do turismo no município, como na maioria dos locais onde a atividade ganha destaque. Contudo, enfatiza-se que desde a construção dos açudes, na primeira metade do século XX, o presença de “turistas” é constante em Coremas. Segundo a proprietária da primeira pousada do município,

antigamente vinha muita gente, vinha gente demais, mas ainda hoje, quando este açude ta sangrando, se você chegar lá em Mãe D'água, na sangria do açude, 10 horas do dia, você não acha lugar pra estacionar [...] Eu tenho uma fotografia ali, veio um ônibus de Recife de turismo [...] e eu fui quem saí com eles, fui pra a Mãe D'água, tem a capela do DNOCS [...] andei por todo canto, vieram 24 pessoas, se hospedou aqui e daqui eu sai com eles [...] e tiraram muito retrato [...].

Alguns representantes da comunidade apontam ainda o problema da prostituição em Coremas, em decorrência do turismo. Este impacto merece atenção especial do poder público e da comunidade, uma vez que o município já está na “rota” da exploração sexual infantil.

Na Paraíba, 27 cidades estão incluídas nessa rota, sendo este o quinto estado do país com maior número de municípios envolvidos (Portal Correio, 2005). Na folheteria de divulgação da Festa do Peixe 2006 é destacada a figura feminina (adolescentes), dando a entender que ao chegar em Coremas o turista/visitante vai encontrar muitas “garotas bonitas”, como um atrativo (Figura 33). Neste folheto foram destacadas imagens de três garotas, sem maiores destaques a figura do peixe.

Ao promover o desenvolvimento do turismo no município, o governo local deve agir com cuidado para que as estratégias de marketing, ainda que sem intenção, não corroborem com a prostituição no município ou tenham sentido apelativo, assim como foi observado em campanhas publicitárias do Brasil no exterior, há tempos atrás (BIGNAMI, 2002).



**Figura 33:** Folheteria de divulgação da II Festa do Peixe (Set. 2006) onde se observa o destaque para a figura feminina.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Coremas.

A participação comunitária, que pode ser representada no Conselho Municipal de Turismo (inexistente no município), junto à profissionalização do setor, sob as diretrizes de um plano de desenvolvimento turístico e a descentralização na tomada de decisões relacionadas com o turismo, pode ser um meio de controle destes impactos.

O esclarecimento dos representantes do governo e da comunidade local, em escolas, associações de bairro, nas igrejas, etc., sobre a eminência dos diversos

impactos que o turismo pode provocar no cotidiano das pessoas e no ambiente, poderia ser o início deste processo de controle, que contribuiria na estruturação das bases para a sustentabilidade do turismo em Coremas.

#### **“Questão 4” – A mão de obra local é valorizada?**

Os postos de trabalho nos equipamentos turísticos do município geralmente são ocupados por pessoas da comunidade, inclusive porque não há, até então, justificativa para importar mão de obra. Contudo, a falta cumprimento das normas trabalhistas pode indicar uma não-valorização destas pessoas enquanto trabalhadores.

Merecem destaque duas ações do governo local que refletem na valorização desta mão de obra, e estão diretamente relacionadas com a sustentabilidade do turismo no município:

- a realização de um “curso” de qualidade no atendimento ao turista (com 8h de carga-horária) em Fevereiro de 2005. Entre os proprietários dos equipamentos turísticos 52% afirmaram que já participaram de algum curso de qualificação, entre estes cursos foi apontado o de qualidade no atendimento oferecido pela prefeitura. Contudo, apenas 33% destes proprietários afirmaram que alguns de seus funcionários participaram deste curso. Entende-se que o oferecimento desse curso, com mais frequência, e com maior participação dos envolvidos no atendimento ao turista, contribui para o desenvolvimento sustentável do turismo no município;

- a capacitação de “recepcionistas de turismo” no início do ano 2005. Foram capacitados 22 jovens da comunidade local para atuarem como “guias de turismo”<sup>39</sup> durante o Carnaval 2005 e em ocasiões de maior fluxo de visitantes. Apesar de não ter sido um curso completo de formação de guias de turismo, estes jovens se capacitaram para receber os turistas/visitantes e apresentar, por exemplo, a história da cidade, os mitos e lendas relacionados com as águas do açude, etc. Para uma participante deste “projeto”, esta é foi uma “oportunidade de mostrar um pouco mais da minha cidade [...] e conhecermos um pouco da nossa história” (COREMAS,

---

<sup>39</sup> O relato desta experiência está disponível *on line*, como artigo, nos Anais do II Simpósio de Turismo Sertanejo (autor: ANDRADE, Davi.) em <<http://simposio.turismosertanejo.com.br>. >

2005). No entanto, mesmo tendo repercutido positivamente entre a comunidade local e os turistas que foram recepcionados, esta “recepção ao turista” não teve continuidade nos eventos seguintes (até agora).

Se por um lado estas iniciativas demonstram interesse, da parte do governo, em desenvolver o turismo no município com responsabilidade, participação e valorização da comunidade, a falta de continuidade destas ações pode fazer com que a comunidade não acredite na seriedade de projetos desta natureza, além de deixar de incentivar o oferecimento de serviços de qualidade ao turista e aos moradores.

#### **“Questão 5” - O turista/visitante está satisfeito com a estadia no município?**

A satisfação do turista com a experiência vivida no local escolhido para sua viagem é condição fundamental para o desenvolvimento sustentável do turismo. Esta satisfação está diretamente relacionada com a expectativa que é criada pelo turista. O marketing muitas vezes interfere nesta expectativa, daí a importância de propagandas que transmitam o que o turista realmente vai encontrar no local, e do bom funcionamento dos equipamentos turísticos e de apoio.

Contudo, o governo do estado, na folheteria turística “roteiros turísticos para encantar você”, onde são apresentados os municípios que compõem os atuais “produtos turísticos” do estado, apresentando o município de Coremas, diz:

[...] nas margens dos açudes, os turistas podem fazer trilhas, pescar e passear de barco ou cavalo. Outros atrativos do município são a Serra do Melado, dos Cavalos e de Santa Catarina, onde os amantes de aventura costumam fazer trilhas e praticam escalada e montanhismo.(PARAÍBA, 2006)

É possível que se pratique estas atividades em Coremas, mas até agora não existe qualquer estrutura que represente uma trilha, assim como não existe organização para oferecer ao turista os serviços citados, exceto os passeios de





Assim, é possível que o turista, tendo em mãos esta folheteria turística, crie a expectativa de praticar *kite surf*, fazer montanhismo ou velejar em Coremas, sendo que estas não são atividades comuns no local.<sup>40</sup>

Antes de apresentar os dados referentes à satisfação do turista é importante apresentar “quem é o turista que vai até Coremas”, considerando os dezesseis (16) turistas entrevistados durante a II Festa do Peixe (Set., 2006). Concorde-se que esta é uma amostra pequena para ser considerada representativa do universo dos turistas, contudo são os únicos dados disponíveis, cabendo aqui enfatizar a necessidade de que se busque conhecer sobre o perfil destes turistas e sobre a satisfação quanto a sua estadia em Coremas.

#### **6.1.3.1 O “Perfil do Turista”**

- A maioria dos turistas entrevistados é do sexo masculino (14 turistas).
- Pouco mais da metade (9) tem entre 18 e 30 anos, enquanto a maioria dos demais (4) tem entre 31 e 40 anos de idade.
- A renda média mensal da maioria dos entrevistados (9) é de até 3 salários-mínimos, enquanto 7 entrevistados têm renda aproximada de 5 salários.
- Apenas 3 entrevistados moram em outro estado (Rio Grande do Norte), os demais moram na Paraíba, em diversas regiões do estado, inclusive no litoral.
- A maioria destas pessoas viajaram acompanhadas de amigos (11), em veículo particular (14). Todos viajaram exclusivamente para Coremas, e foram motivados principalmente pela Festa do Peixe (15).
- A maioria permaneceu 3 dias em Coremas (10), e apenas um não pretendia pernoitar. Quatro turistas hospedaram-se em pousadas, e os demais em casa de amigos/parentes.

---

<sup>40</sup> Isto também reflete na dimensão da sustentabilidade cultural do turismo e será discutido adiante.

- Doze pessoas já haviam visitado o município várias vezes, sendo que a última visita foi no mesmo ano (2006). Apenas 4 turistas estavam em Coremas pela primeira vez, e todos responderam que pretendem voltar ao município.

Pode-se traçar o seguinte perfil do turista que esteve em Coremas naquela ocasião: a maioria é do sexo masculino, tem entre 18 e 31 anos de idade, uma renda média mensal de aproximadamente 3 salários-mínimos, mora no estado da Paraíba, viajou com amigos, em veículo particular, permaneceu no município por três dias, ficou hospedado em casa de amigos/parentes, já esteve várias vezes em Coremas, pretende voltar e o principal motivo desta viagem foi a Festa do Peixe.

Sobre os aspectos que estão relacionados com a satisfação dos turistas, destacam-se:

- 82% consideraram boa ou ótima a divulgação da II Festa do Peixe;
- 87% avaliaram negativamente o acesso ao município (ruim ou regular);
- 63% consideraram bom os serviços nos bares e restaurantes durante a festa;
- 75% avaliaram como justo o preço dos produtos nos bares e restaurantes;
- 56% disseram que o não tratamento da água do abastecimento público interfere negativamente na qualidade da estadia em Coremas;
- 76% avaliaram negativamente as telecomunicações no município;
- sobre os serviços bancários: 50% consideraram ruim ou regular, 38% consideraram bom ou ótimo e 13% disseram não conhecer o serviço;
- 50% avaliaram a limpeza pública como boa;
- 56% avaliaram a segurança pública como boa ou ótima;
- sobre a comercialização de produtos turísticos 69% avaliaram como regular ou ruim, enquanto 25% disseram não saber opinar;
- 50% disseram que existe algo no município que os desagradam;
- todos os entrevistados sugeriram alguma melhoria nos serviços e/ou infraestrutura no município; e
- todos os entrevistados disseram que planejam voltar a Coremas;

Com isso verifica-se que os turistas percebem algumas deficiências na infraestrutura turística e de apoio no município. Estas deficiências devem ser corrigidas em prol da qualidade de vida da população local e melhor estruturação para a atividade turística, refletindo em sua sustentabilidade.

Estes resultados podem servir de apoio ao governo local e estadual na formulação de políticas direcionadas para a atividade turística no município.

Tanto a população local como os turistas entrevistados apontam a falta de tratamento da água do abastecimento público como um aspecto negativo, assim como o acesso ao município, que carece de sinalização e melhorias na pavimentação. Nas telecomunicações, o que desagrada é a falta de sinal integral para a telefonia móvel, pois apenas nos locais mais altos é possível utilizar este serviço.

O atual prefeito do município (em entrevista ao autor) reconhece que a falta de tratamento da água prejudica tanto a saúde das pessoas, como o desenvolvimento da atividade turística, e afirma que em sua gestão estão sendo realizadas ações para viabilizar o tratamento da água, sendo que os principais obstáculos são a falta de recursos e a antipatia da população local diante da possibilidade de “pagar” pelo tratamento da água (o que coloca os governos locais em situação política delicada, pois até então parece ser uma medida que contraria os interesses da população). É comum ouvir em Coremas, nas conversas informais, que “a água do açude nunca vai acabar, e que não é justo a população pagar pela água, pois a água é de todos”. Ultimamente as escolas da cidade vêm realizando campanhas de esclarecimento sobre a água, assim como sobre o ambiente natural em geral. Esta ação pode resultar em mudanças naquela percepção.

Alguns turistas entrevistados (durante a Festa do Peixe 2006) consideraram elevados os preços praticados nos bares/restaurantes. Isto também foi apontado por pessoas da comunidade. Para Swarbrooke (2002) a fim de otimizar os benefícios econômicos do turismo deve-se cobrar do turista um “preço justo”, entende-se que isto significa que o turista deve pagar indiretamente pela utilização dos recursos no destino<sup>41</sup>. Contudo, preços abusivos podem repelir os turistas e que, por ventura, a

---

<sup>41</sup> Esta idéia vem sendo erroneamente associada à falácia de que “turista tem dinheiro e está disposto a pagar caro”.

população local pode sentir-se prejudicada ao ver os preços mais altos em períodos de maior fluxo turístico.

A sutileza da busca pela sustentabilidade é evidenciada, por exemplo, nesta questão acima, pois se de um lado é economicamente interessante para os empreendimentos locais este aumento de preço, por outro, os turistas e a comunidade local podem ser prejudicados, contrapondo, aparentemente, sustentabilidade econômica com sustentabilidade social. É como se as regras do mercado não pudessem ser adequadas aos princípios da sustentabilidade. A análise dos custos e benefícios destas práticas, pela iniciativa privada e pelos gestores do turismo no local, pode conduzir a um equilíbrio entre estes interesses.

### **“Questão 6”- Como é a relação morador/turista?**

A maioria dos representantes da comunidade local não destacou nenhum aspecto negativo na relação com os turistas. Sendo que algumas pessoas afirmaram que “o turista só traz benefícios”. Apenas algumas pessoas percebem a possibilidade de algum impacto negativo causado pelos turistas, como a poluição das águas ou a transmissão de doenças.

A maioria dos turistas entrevistados (62%) considera a hospitalidade do coremense como ótima ou boa, enquanto que 31% dos entrevistados consideram ruim ou regular, e 6% não opinaram.

A hospitalidade do povo brasileiro em geral é destacada nas falas dos governos e na promoção turística do país. Isto também é verificado no estado da Paraíba e na região nordeste, sendo destacada a humildade e simpatia deste povo diante dos turistas/visitantes. Em Coremas uma representante da iniciativa privada, afirmou que em seu bar/restaurante o turista é muito bem atendido, e exemplificou: “se chegar alguém daqui de Coremas e alguém de fora, agente atende primeiro o pessoal de fora. Para ser bem atendido e falar bem de nossa cidade”.

Assim, evidencia-se uma supervalorização do turista em detrimento da valorização dos clientes que residem no local, podendo levar a comunidade a sentir-se discriminada nestas situações. Para evitar que esta prática seja difundida no

município deve-se esclarecer à iniciativa privada que tanto os turistas como os moradores devem ser tratados com a mesma atenção.

#### **6.1.4 A dimensão cultural**

Como foi destacado no referencial teórico deste trabalho, o contato entre turistas e moradores implica em mudanças no pensar e no agir das pessoas (CORIOLANO, 1997; MARIANI, 2003). Na atividade turística estas mudanças, referentes à cultura, têm estabelecido uma relação simbiótica, de um lado o turismo pode ser e oferecer incentivos diversos para “manutenção e revitalização de diversas atividades culturais [...] [da mesma forma] os efeitos que o turismo pode causar nas tradições locais podem ser desastrosos, e ao invés de reavivar a memória local, pode apagá-la ou descaracterizá-la”. (BELFORT, 2004, p.09)

A seguir são analisados os desdobramentos destas relações no município de Coremas.

#### **“Questão 1” - O turismo contribui para a proteção/conservação do patrimônio histórico-cultural?**

Atualmente, o turismo em Coremas tem como principais atrativos a água e os eventos. Estes últimos podem ser entendidos, até certo ponto, como manifestações culturais.

A estrutura física dos açudes, que permite a disponibilidade de recursos hídricos como atrativo, e a infra-estrutura de apoio à sua construção podem ser consideradas o que se tem de mais representativo para uso turístico, referente ao patrimônio histórico construído, como a vila do DNOCS.

Diante da realidade observada há dez anos, que não têm diferenças acentuadas da que se observa atualmente, o coremense Edvaldo B. Filho (1996, p. 20) escreveu:

o abandono ao qual está relegado o açude de Coremas/Mãe D'água é um ato desrespeitoso e impatriótico com o Brasil que o fez nos anos 40. É triste constatar o descaso governamental das últimas décadas, quando o sistema hídrico, passou pelas mãos de vários ministérios, contribuindo ainda mais com o desmantelamento do DNOCS. [...] as autoridades federais ligadas à autarquia (DNOCS) tem historicamente negado uma explicação plausível ao povo coremense, e é por isto que o marasmo continua aos dias atuais. Mais recentemente com o canal, a ser construído os moradores não sabem quais os benefícios práticos que possam usufruir.

A maioria da população local parece estar de acordo com o autor, pois, como detalhado na análise da dimensão ecológica/ambiental, 68,4% dos entrevistados afirmaram que os governos municipais anteriores (até o ano 2004) agiram com descaso em relação à conservação dos açudes e suas águas, e 48,3% dos entrevistados consideram que o governo atual (desde o ano 2005) age com este mesmo descaso. Para 55% dos entrevistados, a própria comunidade não se preocupa com a conservação dos açudes.

Isto é verificado, por exemplo, no abandono e sucateamento da “casa do engenheiro” (Figura 36), da “ponte” (Figura 37), da “cascata”, das escadarias, do jardim e das instalações elétricas, na Mãe D'água; e na falta de iluminação e na destruição dos pilares, na “parede” do Açude Coremas.

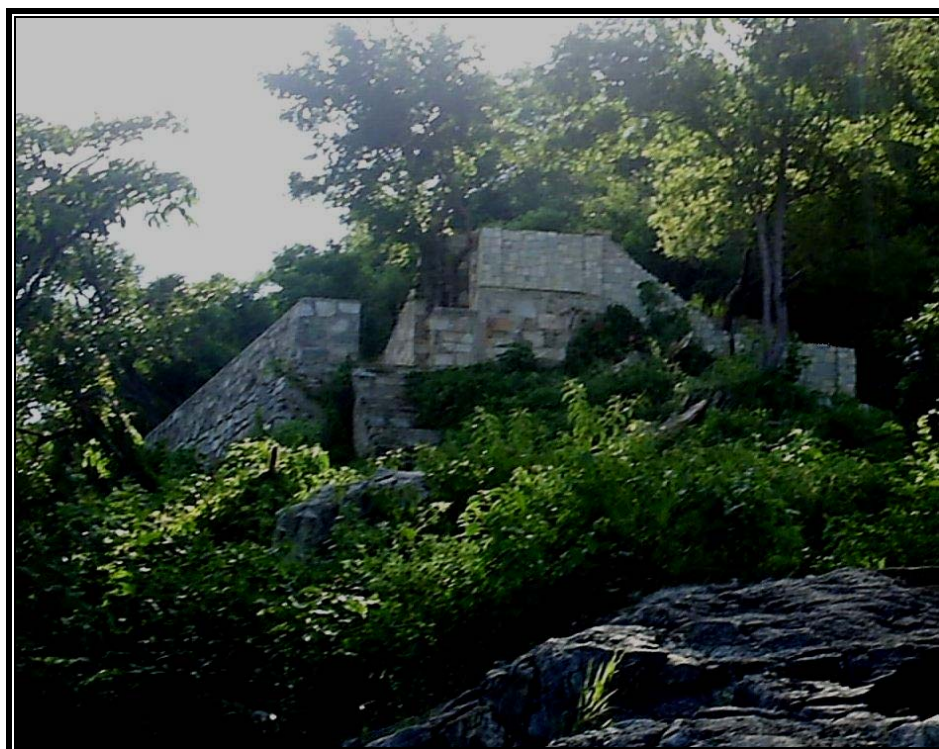
Esses locais, se conservados, complementariam os atrativos turísticos no município, além de ser alternativa de lazer para a comunidade local e marco da época da construção dos açudes. É como se os governos locais estivessem de olhos fechados para a ação do tempo, aos fatores climáticos e as ações de vandalismo que refletem neste patrimônio, fazendo com que alguns dos “patrimônios” apontados acima sejam desconhecidos pelas gerações recentes, estando apenas nas memórias e fotografias dos mais adultos, no “passado” do município.



A Associação dos Moradores da Mãe D'água (Asmad), tentando iniciar alguma ação de conservação no local onde existia um jardim na margem do açude Mãe D'água, adverte os visitantes, como se vê na Figura 35.

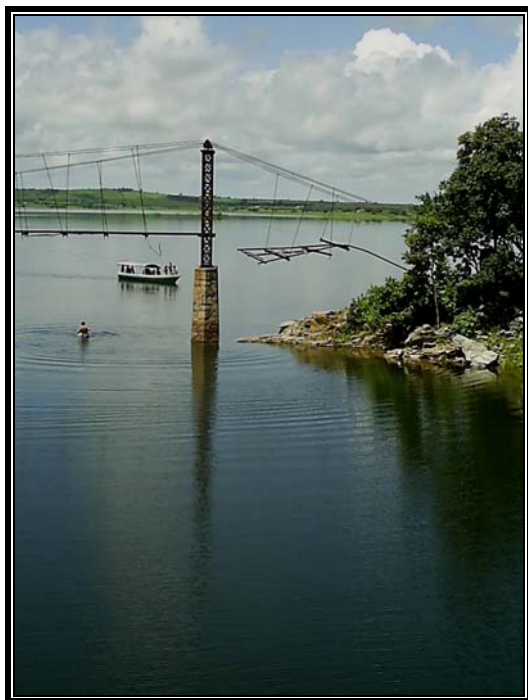


**Figura 35:** Escadarias da Mãe D'água (Maio, 2006)  
**Foto:** Davi Andrade.



**Figura 36:** Ruínas da "casa do engenheiro", na Mãe D'água (Maio, 2006)  
**Foto:** Davi Andrade.





**Figura 37:** As ruínas da ponte da Mãe D'água. (Maio, 2006)  
**Foto:** Davi Andrade.

O atual governo do município sinaliza para o interesse na recuperação deste patrimônio, justificando esta recuperação não só pela valorização da “memória” do povo coremense (mesmo que algumas pessoas da comunidade tenham colaborado com a sua depredação), mas também pela sua utilização na atividade turística. Neste sentido, segundo o prefeito, brevemente terá início o processo de recuperação da estrutura da parede do açude, além de algumas intervenções já realizadas. Recentemente foi concluída a pavimentação da vila do DNOCS.

Contudo, observa-se em Coremas que até mesmo nas casas (residenciais e comerciais) mais antigas não se tem o costume de manter a fachada original, como forma de preservar o estilo arquitetônico da época de sua construção, que caracterizava as cidades interioranas, como se não existisse o interesse na preservação deste traço cultural.

Sobre esta questão, um representante do governo apontou que uma das casas mais antigas do município (que pelo seu estilo arquitetônico se destacava entre as demais) teve sua fachada destruída pelos moradores (proprietários), pois temiam – devido comentários nas ruas do local - que um dia a casa fosse tombada como patrimônio histórico do município. Assim, não foi dada, por parte dos proprietários, a devida importância ao “valor cultural” desta construção.

Observando o que foi destacado acima e o que vem sendo observado pelo pesquisador no município, surge um questionamento: a comunidade local tem interesse pela conservação/recuperação deste patrimônio? A resposta desta questão deve anteceder as iniciativas que busquem a recuperação do patrimônio-histórico, para que a recuperação não seja um passo precedente à destruição. Esta reflexão transcende a responsabilidade do governo local e/ou federal na conservação do patrimônio em Coremas e atribui à comunidade o seu papel neste processo.

Pode-se afirmar que atualmente são verificadas algumas ações governamentais de manutenção da estrutura física dos açudes, que representam os “monumentos” da memória dos coremenses, apoiadas pelo interesse no desenvolvimento turístico. Esta manutenção/recuperação é necessária para que posteriormente se possa pensar em conservar este patrimônio, ou como se encontra no momento, se busque a conservação do que ainda existe, em alguns casos: as ruínas.

### **“Questão 2” - A cultura local é valorizada por meio da atividade turística?**

A atividade turística vem sendo louvada como um meio de resgate e manutenção de tradições, aqui entendidas como elementos da cultura. Buscou-se verificar se isto vem sendo praticado em Coremas.

Para tanto, é importante destacar como os coremenses “lidam” com suas tradições, se valorizam e preservam (ou não) estas tradições, e em seguida relacioná-las com o turismo no município,

Na Tabela 12 são apresentadas as opiniões dos entrevistados sobre esta problemática:

**TABELA 12 - Resposta dos entrevistados sobre a valorização e preservação das tradições locais, pela comunidade, em Coremas**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>A comunidade valoriza as tradições</i>		<i>A comunidade não valoriza as tradições</i>		<i>Outros comentários</i>		<i>TOTAL</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>75</b>	18	<b>25</b>	6	-	-	<b>100</b>	24
<b>Governo</b>	<b>50</b>	3	<b>33,3</b>	2	<b>16,7</b>	1	<b>100</b>	6
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>90,5</b>	19	<b>9,5</b>	2	-	-	<b>100</b>	21
<b>Pescadores</b>	<b>80</b>	4	<b>20</b>	1	-	-	<b>100</b>	5
<b>Sociedade Civil</b>	<b>100</b>	4	-	-	-	-	<b>100</b>	4
<b>Todos</b>	<b>80</b>	48	<b>15</b>	57	<b>5</b>	3	<b>100</b>	60

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006.

A maioria dos entrevistados (80%) considera que a comunidade valoriza e preserva suas tradições. Algumas pessoas (5%) disseram que esta valorização existe em alguns grupos, ou que ultimamente se valoriza muito a cultura “de fora”, que chega ao município por meio da televisão, da *internet* ou de outras pessoas, e 15% dos entrevistados disseram que os coremenses não valorizam suas tradições.

Estas tradições também são evidenciadas na valorização da gastronomia local pelos proprietários de bares e restaurantes do município, pois quase todos os entrevistados afirmam que o peixe é um dos pratos principais de seus cardápios, assim como na casa das pessoas da comunidade.

Merece destaque a preocupação do governo local em inserir elementos da cultura e da tradição coremense durante a Festa do Peixe, que em sua programação, além dos shows musicais com grupos locais e de outras cidades, estabelece:

- o concurso da Garota Mãe D'água: em homenagem ao “mito” da sereia que vive nas águas do açude Mãe D'água e encanta os pescadores com seu canto. Por isso se justificaria a presença de uma garota no cartaz de divulgação da Festa, e não de três garotas, como foi divulgado;

- torneios de pesca artesanal;
- competição de natação e canoagem;
- concurso de culinária: quem faz o melhor peixe;
- exposição e venda de artesanato;

A seguir analisa-se a opinião dos entrevistados sobre as ações do governo em prol das tradições locais.

**TABELA 13 - Resposta dos entrevistados sobre o apoio às tradições locais, pelo governo municipal (a partir de 2005), em Coremas**

<i>Grupo/Resposta</i>	<i>O governo apóia as tradições</i>		<i>O governo não apóia as tradições</i>		<i>Outros comentários</i>		<i>TOTAL</i>	
	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.
<b>Comunidade</b>	<b>91,7</b>	22	<b>8,3</b>	2	-	-	<b>100</b>	24
<b>Governo</b>	<b>100</b>	6	-	-	-	-	<b>100</b>	6
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>62</b>	13	<b>19</b>	4	<b>19</b>	4	<b>100</b>	21
<b>Pescadores</b>	<b>100</b>	5	-	-	-	-	<b>100</b>	5
<b>Sociedade Civil</b>	<b>75</b>	3	<b>25</b>	1	-	-	<b>100</b>	4
<b>Todos</b>	<b>81,6</b>	49	<b>11,6</b>	7	<b>6,7</b>	4	<b>100</b>	60

**Fonte:** pesquisa de campo, Ago./Out. 2006

Para 81,6% dos entrevistados, o governo vem apoiando as tradições locais. Considera-se, principalmente, a pesca e as comemorações das festas populares como tradições. Estas festas estão diretamente relacionadas com o turismo no município. Contudo, algumas pessoas (18,3%) apontam que o governo local não apóia as tradições no município, ou fizeram outros comentários, como por exemplo: “a prefeitura vem criando novas festas [a Festa do Peixe], mas deixa de realizar festas tradicionais, como o São João”, ou apontam a “nova” estrutura do Carnaval como um abandono das tradições locais: “são criadas novas festas e com

características diferentes, com camarotes e cordão de isolamento, assim como no carnaval de grandes cidades”.

Esta nova roupagem no carnaval de Coremas permite que seja traçado um paralelo com a situação atual do carnaval de Salvador, na Bahia, que vem “inspirando” os carnavais em diversos locais do país, em especial no Nordeste. Assim, aponta-se que com a privatização dos espaços públicos, a elitização dos blocos e o caráter comercial do carnaval baiano, nos últimos tempos, este carnaval “afastou-se do original sentido espontâneo, participativo, popular e des-hierarquizante que o consagrou, e a definição que melhor lhe cabe, hoje, é a de carnaval-negócio” (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2005, p. 23). Esta característica de “carnaval-negócio” começa a ganhar espaço nas festas populares em Coremas.

Para o prefeito, não é interessante para o município a realização do São João, pois já existem grandes festas juninas em cidades da região, como Patos e Cajazeiras, e Coremas não teria condições de competir. Esta postura do governo local demonstra que as tradições estão submetidas a interesses mercadológicos, que interferem diretamente em sua manutenção e/ou celebração. Sobre a utilização de camarotes e cordões de isolamento durante o carnaval, esta iniciativa é justificada pelo governo como uma tentativa de dar conforto e segurança aos que participam do evento, em especial os turistas, ou as pessoas da comunidade. Cabe destacar que este conforto e segurança estão ao alcance apenas dos que dispõem de recursos para comprar o camarote.

Evidencia-se assim, uma dialética entre a manutenção destas tradições em Coremas e os interesses financeiros, que imprime novos elementos às tradições, resultando em sua transformação, que pode culminar com o seu abandono.

Um aspecto que merece ressalva, na análise do apoio às tradições locais e de valorização do patrimônio cultural, é o artesanato feito em Coremas e sua possível comercialização via atividade turística, inclusive depois de ter sido apontado pela maioria dos turistas que o comércio de *souvenirs*, não satisfaz seus interesses. Em outras palavras, raramente o turista terá acesso a algum produto artesanal que possa ser comprado e levado como “lembrança”.

Na Paraíba o projeto “Paraíba em Suas Mãos”, desenvolvido pelo Governo do Estado (desde Dezembro de 2003) vem permitindo a divulgação (principalmente em

feiras e na *internet*) e a comercialização (inclusive a exportação) do artesanato produzido em diversas comunidades, ainda que contribua para a “descaracterização” deste artesanato, quando o submete a um especialista em *design*. Neste sentido, o autor acompanhou o cadastramento dos artesãos e artesãs do município de Coremas neste projeto, podendo descrevê-lo assim:

Em meados de 2005, com a visita da “Curadoria do Artesanato” ao município, o artesanato foi avaliado e catalogado, e os artesãos cadastrados, para em seguida receberem a carteira de identificação de artesão, que lhes permite a participação nas feiras organizadas pelo governo, e que recebam o apoio do governo para participar de feiras em outros locais. Nesta ocasião compareceram várias pessoas com seus trabalhos, entre estes: bonecas de pano, louças de barro (Figura 20), artefatos de pesca, bordados, roupas, brinquedos, etc., demonstrando que o artesanato é uma tradição no município. Os artesãos criaram grande expectativa sobre a “valorização” do seu trabalho.

O passo seguinte ao cadastro do artesanato seria a entrega das carteiras e o estabelecimento de contato com a coordenação do projeto “Paraíba em Suas Mãos” para que os artesãos fossem beneficiados com a possibilidade de comercializar seu artesanato nas referidas feiras. Contudo, este processo foi interrompido. As carteiras de identificação do artesão foram repassadas ao governo do município, mas até agora não foram entregues aos artesãos, impedindo-os de comercializar seus produtos.

Assim, se por um lado o governo local se preocupa em oferecer espaço para a comercialização do artesanato durante a Festa do Peixe, por outro, deixa de cumprir com sua parte na inserção do município nesta política pública para o artesanato, que resultaria na geração de renda para as pessoas, além da manutenção e valorização da cultura. A interrupção deste processo pode levar os artesãos do município a desacreditar nessas ações do governo e/ou pensar que seu artesanato não tem valor.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O potencial turístico de Coremas remete aos açudes, pelos seus usos para o lazer e pelo significado da predominância da água na paisagem semi-árida do sertão. Nesta pesquisa, foi identificado que para os representantes da iniciativa privada, do governo, das organizações civis, dos pescadores, moradores e turistas, os atrativos que motivam as pessoas a viajarem até Coremas são, principalmente, “as águas”, o banho, as festas e o peixe.

Desde os anos 90, o município é inserido em políticas de turismo, estando atualmente no Programa de Regionalização do Turismo, no Roteiro do Ecoturismo e Turismo de Aventura da Paraíba, na Região Turística Sertão. Contudo, não foram identificados resultados consistentes destas políticas no município. Sendo que a maioria da população entrevistada, inclusive representantes do governo, não sabe que o município está inserido nesses programas governamentais de desenvolvimento turístico.

Com a observação e análise dos fatores (aqui chamados de “questão de análise”) relacionados com os indicadores e princípios da sustentabilidade, nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural, verificou-se que:

- na **sustentabilidade ecológica/ambiental**: algumas deficiências que comprometem esta sustentabilidade existem independentes do turismo, enquanto outras estão intimamente relacionadas, como: a destinação adequada dos resíduos sólidos (que em algumas comunidades é queimado ou jogado no rio); a ausência do tratamento de esgoto despejado no rio; os novos usos e a ocupação desordenada das margens do açude, que causam impactos na paisagem e poluem o ambiente aquático; a instalação de equipamentos turísticos em ambientes naturais, sem estudo de impacto ambiental ou de impacto na paisagem, descaracterizando-a e aumentando as possibilidades de impacto neste meio.

A maioria dos moradores locais e representantes do governo desconhece a possibilidade de impactos negativos resultantes do turismo no município. Por outro lado, com a utilização do ambiente natural para o lazer da comunidade e dos turistas

percebe-se o surgimento de uma postura contestadora da comunidade diante dos usos que podem trazer impactos a este ambiente, como, por exemplo, o questionamento dos danos ao ambiente provocados pela realização da Festa do Peixe nas margens do açude.

Apesar da ascensão da atividade turística no município, que é evidenciada pelo aumento no número de equipamentos turísticos, pelas falas dos governantes, e pelo fluxo de turistas, não existe qualquer instrumento formal de ordenamento da atividade, como um plano municipal de turismo, comprometendo seriamente a busca pela sustentabilidade da atividade.

Os entrevistados afirmaram que tanto a comunidade quanto o governo local (em gestões anteriores e na atual), vem agindo com descaso em relação à conservação e manutenção dos açudes. Contudo, foi apontado que este descaso vem diminuindo significativamente na atual gestão, refletindo no aumento da preocupação da comunidade em “cuidar” dos açudes.

- na **sustentabilidade econômica**: foi apontado pelos entrevistados que os principais benefícios da atividade turística estão relacionados com o setor econômico, como a geração de emprego e renda. Sendo contabilizados no Carnaval 2006, pelo menos, 206 postos de trabalho diretamente relacionados com a atividade turística. Por outro lado, não são pagos os benefícios sociais destes trabalhadores, no caso dos equipamentos turísticos, assim como poucos recebem salário fixo, e este salário não corresponde ao salário-mínimo instituído.

O aumento das vendas no comércio foi apontado pelos entrevistados como outro benefício do turismo. Quase 50% dos proprietários dos equipamentos turísticos entrevistados afirmaram que durante os eventos turísticos, em Coremas, as vendas, em seus estabelecimentos, aumentam 100%, enquanto os demais afirmaram que as vendas aumentam entre 25 e 80%.

Foi verificado que o desenvolvimento do turismo em Coremas vem incentivando o surgimento de novos empreendimentos de moradores locais.

- na **sustentabilidade social** – a concentração dos incentivos ao turismo no município na área de eventos, como afirmou o prefeito, implica, por vezes, em impactos que afetam diretamente o cotidiano da comunidade, pelo grande número de visitantes e pelo comportamento destes, que nem sempre estão preocupados



com o respeito aos costumes locais, além da poluição das águas e a poluição sonora, entre outras. Esta situação deve levar o governo, junto à comunidade, ao estabelecimento de diretrizes de controle dos usos do espaço público, em especial do ambiente natural, assim como à definição de qual tipo de turismo deseja para o local, podendo preparar-se social e estruturalmente para isto. Enquanto a minoria dos entrevistados (25%) acredita que o turismo pode trazer prejuízos sociais para a comunidade local (destacando o aumento na prostituição, a transmissão de doenças e a criminalidade), a maioria destes (73,3%), inclusive representantes do governo, não acreditam nesta possibilidade.

A comunidade local, em sua maioria, não se sente partícipe desse processo de desenvolvimento turístico que já se desdobra, inclusive por não ser convidada a participar.

A maioria dos turistas entrevistados aponta deficiências estruturais que interferem negativamente na sua viagem à Coremas, como a inexistência do tratamento da água do abastecimento público, o acesso rodoviário precário, e a falta de sinal para telefonia móvel, sendo que metade dos turistas afirmou que existe algo no município que os desagrada, relacionado à serviços turísticos e/ou de apoio. Contudo, a maioria avaliou positivamente a qualidade dos serviços nos bares, restaurantes e pousadas. Todos os turistas entrevistados pretendem voltar à Coremas, alguns motivados por visita a familiares, e sugerem melhorias nos serviços e/ou infra-estrutura do município.

- na **sustentabilidade cultural** – tanto a comunidade local como o governo vem agindo com descaso em relação ao patrimônio histórico, no caso das edificações da época da construção dos açudes. Atualmente, são verificadas algumas ações do governo local que sinalizam para uma mudança nesta postura diante deste patrimônio, justificadas também pela sua utilização pela/para a atividade turística. Assim como a valorização da cultura local, como na programação da Festa do Peixe.

Por outro lado, embora haja demanda da população para realização das festas juninas, foi destacado pelo governo que o apoio a estas festas não é interessante do ponto de vista turístico (comercial), por isso não deve estar no calendário das festividades do município, subordinando as tradições locais aos interesses comerciais, resultando na desvalorização da cultura sertaneja. No

entanto, são apoiados eventos ao estilo do carnaval baiano, com trios elétricos, camarotes e cordões de isolamento.

Logo, diante dos resultados encontrados nesta pesquisa conclui-se que a maioria dos fatores relacionados ao desenvolvimento da atividade turística, assim como outros aspectos tangentes a esta atividade, conduz à sua insustentabilidade. Contudo, também foram verificados fatores (em sua minoria) que vão ao encontro do turismo sustentável.

O turismo em Coremas, assim como no sertão, se realmente considerado o seu potencial e planejado nos critérios da sustentabilidade, pode contribuir para que problemas ambientais, resultados de outras atividades como a agricultura e do próprio turismo já existente, sejam minimizados e que comunidades locais pobres e empobrecidas sejam inseridas socialmente. Esta é uma premissa para o ecoturismo, que de maneira geral, não vem sendo posto em prática no sertão da Paraíba, sendo confundido com o turismo de aventura ou de natureza.

Uma análise sistêmica dos “destinos turísticos” sertanejos, que busque conhecer os possíveis resultados concretos, que esta visão de desenvolvimento do sertão via atividade turística pode desencadear, permitirá que sejam traçadas diretrizes, que podem ser traduzidas em ações, de acordo com os interesses em jogo, para conduzir este processo, relativamente recente e desconhecido na região, sendo este o interesse do autor em estudos futuros.

## 7.1 Recomendações

Visando oferecer uma contribuição ao desenvolvimento turístico sustentável em Coremas, recomenda-se:

Ao **governo** local:

- Profissionalizar o tratamento do turismo, com a criação de um órgão responsável (secretaria de turismo), assim como a colaboração de

turismólogos e demais profissionais qualificados para o planejamento do turismo;

- Elaborar um plano municipal de turismo, que atuará como instrumento de planejamento e controle da atividade, incluído o uso do potencial turístico do município (quase inutilizado atualmente) e o gerenciamento do marketing;
- Tratar os resíduos (lixo e esgoto) tanto na área urbana como na rural;
- Procurar solucionar problemas estruturais como: o acesso rodoviário, o não tratamento da água do abastecimento e sinal para telefonia móvel.
- Buscar junto ao governo federal providências para a recuperação e manutenção do patrimônio histórico representado pelos açudes; e angariar recursos nesta esfera para o desenvolvimento do turismo no município;
- Envolver a comunidade local nas decisões relacionadas com o turismo, buscando evitar possíveis conflitos;
- Participar das decisões tomadas nas esferas estadual e federal que abrangem o turismo no município e no sertão;
- Apoiar as tradições locais independente de seu uso na atividade turística;
- Conhecer sobre os possíveis benefícios e prejuízos da atividade turística no município, para que a comunidade possa ser esclarecida;
- Seguir com o incentivo a qualificação profissional, inclusive com a idéia dos “recepcionistas de turismo”;
- Realizar estudos de monitoramento dos impactos positivos e negativos do turismo, que conduzirão as ações de mitigação;
- Apoiar o artesanato, como forma de valorização da cultura e oportunidade de renda para as pessoas envolvidas.

**A iniciativa privada:**

- Buscar a minimização dos impactos no ambiente provocados em virtude dos seus equipamentos turísticos e de lazer, como a deposição de lixo em seu entorno;
- Procurar participar das decisões e das ações governamentais em prol do turismo no município, como no apoio à participação do município em feiras e eventos, tornando-se parceira no desenvolvimento do turismo;
- Investir na qualificação da mão-de-obra;
- Associar-se, a fim de ter mais representatividade junto ao poder público e mais destaque no mercado regional;
- Buscar apoio junto aos órgãos de controle ambiental, na esfera estadual e federal, para saber como atender às normas de utilização do ambiente natural;
- Prestar serviços de qualidade tanto aos turistas como aos moradores;
- Diversificar as opções de lazer para os turistas e para a comunidade local;
- Valorizar a mão-de-obra local, com melhores remunerações em época de maiores lucros e reconhecer seus direitos trabalhistas.

**A comunidade, a sociedade civil organizada e aos pescadores:**

- Participar das decisões relacionadas com o turismo no município, cobrando inclusive a instituição do conselho municipal de turismo;
- Utilizar o cooperativismo como ferramenta de intervenção política e meio de alcançar seus objetivos, como, por exemplo, a formação da cooperativa dos artesãos e artesãs.

- Buscar e apoiar a conservação do ambiente natural, em especial dos açudes, do patrimônio histórico-cultural e das tradições locais;
- Entender que o fato de “receber bem” o turista/visitante já é uma contribuição para o desenvolvimento do turismo no município.

Recomenda-se a todos os envolvidos neste processo de desenvolvimento turístico uma postura participativa e até de questionamento e negação diante de ações em prol do turismo (ou de outra atividade) que comprometam, ainda que em longo prazo, os recursos naturais, a qualidade de vida e as tradições dos coremenses.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. G. **Cultura - Invenção e Construção do Objeto Turístico**. ESPAÇO ABERTO - Turismo e Formação Profissional, Fortaleza-CE, v. 03, p. 17-30, 1998.

AMORIM, Sônia Naves David. **Ética na esfera pública: a busca de novas relações estado/sociedade**. *Revista do Serviço Público* (ano 51, número 2, p.95-103, Abr-Jun 2000).

ARAÚJO, Lindemberg M. **Participação de Stakeholders no Planejamento Turístico Sustentável**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Maceió: Edufal, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Planejamento turístico regional**. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Maceió: Edufal, 2004b.

ARAÚJO, Maria de Lourdes. **As Perspectivas do PRODETUR-PB para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura do Turismo no Litoral da Paraíba**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1997 (Dissertação de Mestrado)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, M. **Planejamento e Organização em Turismo**. Campinas: Editora Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas: Editora Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Legado Cultural**. Campinas: Editora Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6 ed. São Paulo: SENAC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política e Estratégia de Desenvolvimento Regional. Planejamento Integrado do Turismo**. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELFORT, Conceição. **A relação entre turismo e cultura popular**. In.: **Itinerários – revista científica de turismo**. São Luís-MA. v. 01. n. 01. p.7-12. 2004.

BIGNAMI, Rosana. **A Imagem do Brasil no Turismo: construção, desafios e vantagem competitiva**. São Paulo: Aleph, 2002.

BRASIL.Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo- Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007)** Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: regiões turísticas.** Brasília, 2006. Disponível em:  
< <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao> > acesso em Dez/2006

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea – diagnóstico do município de Coremas.** 2005. Disponível em:  
<<http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/CORE062.pdf>>, acesso em 20/10/2006.

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF. **Curemas – descrição do aproveitamento.**  
Disponível em <[http://www.chesf.gov.br/energia\\_usinas\\_curemas.shtml](http://www.chesf.gov.br/energia_usinas_curemas.shtml)> Acesso em 10 de Outubro de 2006.

BORGES, Deodato; BORGES FILHO, Deodato. **A História da Paraíba em Quadrinhos.** 2ª ed. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Comissão do Quarto Centenário, 1985.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do Espaço Turístico.** São Paulo: EDUSC, 2002.

BUARQUE, Cristóvam. **A Desordem do Progresso.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CÂMARA, Eunice Porto. **Otimização da água do reservatório Coremas/ Mãe D'Água para múltiplos usos.** Universidade Federal da Paraíba. 2000. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil [C. Grande])

CBTS - Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável. **Programa Certificação Turismo Sustentável.** IH/CBTS, 2002.

COOPER, Chris *et al.* **Turismo, Princípios e Prática.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

COREMAS. **Carnaremas, um banho de alegria.** Prefeitura Municipal de Coremas. 2005. CD-ROM

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense.** Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local.** Fortaleza: Premius, 2003.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território.** São Paulo: Contexto, 2000.

CUCHE, Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais.** Bauru: EDUSC, 1999.

CURI, R. C. (et. al). **Avaliação da sustentabilidade hídrica do sistema Coremas/Mãe D'Água sob diversos cenários de vazões afluentes.** In: IV Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste, 1998, Campina Grande. **Anais do IV SRH do Nordeste** (em CD-ROM). Campina Grande, PB, 1998.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DINIZ, Eli. **Estado, mercado e projetos de desenvolvimento: retomando uma antiga discussão**. Arché, São Paulo ( ano IV, número 11, p.79-105, 1995).

ENDRES, Ana Valéria. **Planejamento Estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste**. Turismo em Análise, São Paulo, v. 13, p. 1-114, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mudanças na condução política do Estado e seus reflexos nas políticas públicas de turismo: uma análise do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**. In: SOUZA, Maria José de. (Org.). **Políticas Públicas e o Lugar do Turismo**. Brasília, 2002, v. 1, p. 179-189.

FERRAZ, Joandre. **Regime Jurídico do Turismo**. Campinas: Papirus, 1992.

FILHO, Edvaldo Brilhante da Silva. **Coremas, o seu lugar na história**. João Pessoa: Geografic, 1996.

FISHER, Frank et al. **Greening Environmental Policy: The Politics of a Sustainable Future**. Londres: Paul Chapman Publishing, 1995.

Folha de São Paulo (*on line*). **Turismo no Brasil deve gerar 1,2 mi de novos empregos até 2007** (publicado em 06 de set. 2005). Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u5276.shtml>, Acesso em 01/09/2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HALL, Colin Michael. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **A tomada de decisão política e o planejamento centralizado – darling Harbour, Sidney**. In: TYLER, Duncan et al (Org.). **Gestão de Turismo Municipal – teoria e prática do planejamento turístico nos centros urbanos**. 2ª ed. São Paulo: Futura, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IGNARRA, L.R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Editora Futura, 1999.

IRVING, Marta de Azevedo; AZEVEDO, Júlia. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KNAFOU, R. **Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo**. In: RODRIGUES, Adyr B. **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

KOBELINSKI, Andréia C. S. **O desenvolvimento do turismo sobre o olhar da sustentabilidade: o caso de Santa Cruz do Timbó – Porto União – SC**. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. 2005. (Dissertação de Mestrado)



LAGE, Beatriz e MILONE, Paulo César (org.). **Turismo: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. 3ª ed. Petrópolis: ed. Vozes, 2001.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1988.

LEAL, Wills. **O Real e O Virtual no Turismo da Paraíba**. João Pessoa: Arpoador Gráfica, 2001.

LIMA, Gustavo. F. C. **O Discurso da Sustentabilidade e suas Implicações para a Educação**. In: **Ambiente & sociedade**, Campinas - SP, v. VI, n. 2, p. 99-119, 2003.

LOBATO, Fabiana Mendes. **Descentralização das Políticas Públicas de Turismo: a Municipalização do turismo no Maranhão**. (Dissertação de Mestrado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

MACHADO, Marcello B. T. **Integração Entre os Eixos Turísticos do Estado da Paraíba**. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo, Modernidade e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARIANI, Milton A. P. **Turismo e Meio Ambiente no Paraíso das Águas**. Campo Grande: UCDB, 2003.

MARTINS, José C. de Oliveira. **Homem e Identidade- O patrimônio humano no desenvolvimento local e no turismo**. In: CORIOLANO, Luzia N. M. T.(org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

MATURANA, Humberto; DÁVILA, Ximena. **Ética e Desenvolvimento Sustentável – caminhos para a construção de uma nova sociedade**. In: **Psicologia & Sociedade**, número 16, vol. 2. p.102-110, set/dez 2004.

MBAIWA. J. E. **The socio-economic and environmental impacts of tourism development in the Okavango Delta, north-western Botswana**. In.: *Journal of Arid Environments* (2003) 54. p. 447- 467. Disponível em: <<http://bibemp2.us.es/turismo>> Acesso em 10 de Outubro de 2005.

MOLINA, Sérgio. **Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MORIN, Edgar. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

OLIVEIRA, Laís., ENDRES, Ana Valéria. **O Planejamento do Turismo Sustentável em Sousa-PB: O Vale dos Dinossauros e a Questão da Participação**. In.: CORIOLANO, Luzia N., LIMA, Luiz Cruz (Orgs.) **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental**. Fortaleza: EDUECE, 2003.

OLIVEIRA, Marília F; OLIVEIRA, Orlando J. R. **Carnaval, turismo e trabalho informal na Bahia: tanto negócio e tanto negociante**. In.: **Caderno Virtual de Turismo**. vol. 5, n. 4. p.15-25, 2005.

Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewissue.php?id=19>> acesso em 01/09/2006.

OMT. Organização Mundial do Turismo. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PARAÍBA. Governo do Estado. **Plano Amanhecer- Planejamento de Desenvolvimento Turístico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: PBTUR, 1999.

\_\_\_\_\_. **Programa de Regionalização do Turismo – ordenamento territorial do turismo no estado da Paraíba**. PBTUR, 2004 (CD-ROM)

PELLEGRINNI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1997.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PRODETUR/NE. **Relatório Final de Projeto (Primeira Fase)**. Banco do Nordeste do Brasil, Dez. 2005. Disponível em:

< [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum\\_9\\_pcr\\_i.pdf](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf)> acesso em 20/10/2006.

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>, acesso em 20/10/06.

RICHARDSON, Roberto J. (et al.). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adyr. **Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUEZ, Janete Lins. (Coord.). **Atlas da Paraíba - Espaço Geo-Histórico e Cultural**. 3ª ed. João Pessoa: GRAFSET, 2002.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 1999.

SALVATI, Sérgio Salazar. **A certificação e as dimensões da sustentabilidade e da qualidade dos produtos e serviços em ecoturismo**. IN.: NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2005.

SANSOLO, Davis; CRUZ, Rita. **Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica**. In.: **Caderno Virtual de Turismo**. vol. 3, n. 4. p.15-25, 2003.

Disponível em < <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/viewissue.php?id=11>> acesso em 28/07/2006.

SEABRA, Giovanni de Farias. **O Turismo Sertanejo como Alternativa Econômica para o Semi-Árido**. Rev. Paraibana de Geografia, João Pessoa, Vol. 3 (1): 93-105, julho de 2001.

SCHÄRER, René. **O turismo sustentável na Prainha do Canto Verde**. In CORIOLANO, Luzia N. M. T. (org.). **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.

SOUZA, Marcelo J.L. **Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local**. IN: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SILVA, Lígia M. Tavares. **Nos Meandros do Rio Piranhas na Paraíba**. Rev. Paraibana de Geografia, João Pessoa, Vol. 3(1), p. 107-24, Julho de 2001.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável**. (Vol. I) 3ª ed. São Paulo: Aleph, 2002.

VERNIER, Jacques. **O Meio Ambiente**. Campinas: Papirus, 1994.

WWF BRASIL. **Turismo Responsável- manual para políticas locais**. Brasília: WWF Brasil, 2004.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

Formulário de entrevista semi-estruturada feita com **representantes da comunidade e da sociedade civil organizada** no município de Coremas  
Mestrando: Davi Alysson da Cruz Andrade

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **I. Questões:**

1. Faixa etária ?

( ) até 18 anos ( ) de 18 a 30 ( ) de 31 a 40 ( ) de 41 a 50 ( ) de 51 a 65 ( ) mais de 65

2. Sexo? ( ) M ( ) F

3. Qual seu nível de escolaridade?

( ) Ens. Fundamental ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Médio ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Superior ( ) incompleto ( ) completo Qual curso? \_\_\_\_\_

4. Naturalidade? \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo mora em Coremas? \_\_\_\_\_

**(a questão 06 aplica-se apenas aos representantes da sociedade civil organizada)**

6. Representa qual associação/comunidade/sindicato? \_\_\_\_\_

6a. Há quanto tempo foi formada essa associação? \_\_\_\_\_

6b. Acontecem reuniões periódicas? \_\_\_\_\_

6c. A comunidade participa? \_\_\_\_\_

6d. Tem facilidade de acesso ao governo municipal? \_\_\_\_\_

6e. Durante as festas são criados postos de trabalho (ocupação) para pessoas da comunidade? \_\_\_\_\_

7. Conhece algum grupo de manifestação popular na comunidade? Quais são essas manifestações? \_\_\_\_\_

8. Coremas é uma cidade turística?

( ) Sim. O que atrai/pode atrair turistas à Coremas? \_\_\_\_\_

( ) Não

9. Coremas faz parte de algum programa/projeto do governo estadual/federal para o desenvolvimento do turismo? \_\_\_\_\_

**10.** O Sr.(a) acha que o governo municipal incentiva o desenvolvimento do turismo em Coremas?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

( ) Não

**11.** O Sr.(a) costuma participar/já participou de alguma reunião com o governo municipal para falar sobre o turismo/as festas em Coremas?

( ) Sim      ( ) Não

**12.** O que o(a) Sr.(a)/ a sua comunidade acha do não-tratamento da água do abastecimento público? \_\_\_\_\_

**13.** O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum benefício para a comunidade em geral? ( )  
Sim. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não

**14.** O Sr.(a) pode contribuir para desenvolver o turismo em Coremas?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

( ) Não

**15.** O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum problema/prejuízo para a comunidade local?

\_\_\_\_\_

a. E para o ambiente natural? \_\_\_\_\_

**16.** O governo municipal atual apóia a conservação das tradições locais?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

( ) Não.

**17.** Em relação às tradições locais, o(a) Sr.(a) acha que os coremenses:

( ) valorizam e preservam as tradições; \_\_\_\_\_.

( ) não valorizam, nem preservam as tradições; ( ) não sabe responder

**18.** E em relação ao açude/ Mãe d'Água, o(a) Sr.(a) acha que a postura do governo municipal (inclusive gestões anteriores):

( ) age com descaso;      ( ) vem realizando ações para manutenção dos açudes;

( ) não faz nada porque os açudes são de responsabilidade federal;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

**19.** E a comunidade, como o(a) Sr.(a) percebe a relação da comunidade com os açudes:

( ) não tem preocupação com a conservação dos açudes e de suas águas;

( ) se preocupa com a conservação dos açudes e das águas;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

***Obrigado!***

## APÊNDICE B

Formulário de entrevista semi-estruturada feita com os/as proprietários/as de **bares e equipamentos de alimentação** no município de Coremas  
Mestrando: Davi Alysson da Cruz Andrade

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### PARTE 1

#### I. Caracterização

1. Nome (fantasia)/ Tipo: \_\_\_\_\_
2. Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_
3. Início das Atividades: \_\_\_\_\_
4. Como é o esgotamento sanitário?  
☐ fossa séptica      ☐ rede de esgotos  
☐ não há esgotamento . Qual o destino dos dejetos? \_\_\_\_\_
5. Como é o fornecimento de energia elétrica?  
☐ satisfatório      ☐ precário, com quedas de energia frequentes
6. Qual a frequência da coleta de lixo:  
☐ todos os dias   ☐ a cada dois dias   ☐ semanalmente  
☐ não há coleta. Qual o destino do lixo? \_\_\_\_\_

#### II. Questões gerais:

1. Faixa etária ?  
☐ até 18 anos   ☐ de 18 a 30   ☐ de 31 a 40   ☐ de 41 a 50   ☐ de 51 a 65   ☐ mais de 65
2. Naturalidade? \_\_\_\_\_
3. Quantas pessoas trabalham no estabelecimento? \_\_\_\_\_  
 a. Inclui familiares? \_\_\_\_\_ quantos? \_\_\_\_\_
4. Durante os eventos é preciso aumentar o número de pessoas? ☐ Sim   ☐ Não  
 a. Quantas      pessoas      trabalharam      aqui      no      último carnaval? \_\_\_\_\_
5. Qual o salário mensal médio por pessoa? \_\_\_\_\_

6. Qual o aumento médio percentual de suas vendas durante as festas tradicionais?\_\_\_\_\_
7. O bar/restaurante é sua principal fonte de renda?     ☐ Sim             ☐ Não
- a. Quantas pessoas dependem de sua renda?\_\_\_\_\_
8. Qual sua renda média mensal, em salário-mínimo?
- ☐ até 1     ☐ 2     ☐ 3     ☐ 4     ☐ 5 ou mais.
9. Coremas é uma cidade turística?
- ☐ Sim. O que atrai/pode atrair turistas à Coremas? \_\_\_\_\_
- ☐ Não
10. Coremas faz parte de algum programa/projeto do governo estadual/federal para o desenvolvimento do turismo?\_\_\_\_\_
11. O Sr(a). acha que o governo municipal incentiva o desenvolvimento do turismo em Coremas?
- ☐ Sim. Como?\_\_\_\_\_
- ☐ Não
12. O Sr(a). costuma participar/já participou de alguma reunião com o governo municipal para falar sobre o turismo/as festas em Coremas?
- ☐ Sim     ☐ Não
13. A vinda de turistas para Coremas traz algum benefício para seu estabelecimento?
- ☐ Sim. Qual?\_\_\_\_\_
- ☐ Não
14. Os seus funcionários participam/participaram de algum projeto/curso de qualificação?
- Como:
- ☐ garçom   ☐ qualidade no atendimento             ☐ manuseio de alimentos e bebidas
- ☐ outro. Qual? \_\_\_\_\_
- ☐ Sim. Quando/quem ofereceu?\_\_\_\_\_
- ☐ Não
- E o Sr(a) já participou de algum projeto/curso de qualificação?
- ☐ Sim. Qual? \_\_\_\_\_ Quando?\_\_\_\_\_? Quem ofereceu?\_\_\_\_\_
- ☐ Não
15. Qual seu nível de escolaridade?
- ☐ Ens. Fundamental     ☐ incompleto   ☐ completo
- ☐ Ens. Médio             ☐ incompleto   ☐ completo



( ) Ens. Superior      ( ) incompleto ( ) completo Qual curso? \_\_\_\_\_ Sr(a)., enquanto proprietário(a) deste estabelecimento, contribui/pode contribuir para desenvolver o turismo em Coremas?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_ ( ) Não

16. O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum problema/prejuízo para a comunidade local? \_\_\_\_\_

E para o ambiente natural? \_\_\_\_\_

17. Quais os principais “pratos” do seu cardápio?

\_\_\_\_\_

## **PARTE 2:**

### **I. Questões:**

1. Conhece algum grupo de manifestação popular na comunidade? Quais são essas manifestações? \_\_\_\_\_

2. O que o(a) Sr.(a)/ a sua comunidade acha do não-tratamento da água do abastecimento público? \_\_\_\_\_

3. O governo municipal atual apóia a conservação das tradições locais?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

( ) Não.

4. Em relação às tradições locais, o(a) Sr.(a) acha que os coremenses:

( ) valorizam e preservam as tradições; \_\_\_\_\_

( ) não valorizam, nem preservam as tradições; ( ) não sabe responder

5. E em relação ao açude/ Mãe d'Água, o(a) Sr.(a) acha que a postura do governo municipal (inclusive gestões anteriores):

( ) age com descaso; ( ) vem realizando ações para manutenção dos açudes;

( ) não faz nada porque os açudes são de responsabilidade federal;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

6. E a comunidade, como o(a) Sr.(a) percebe a relação da comunidade com os açudes:

( ) não tem preocupação com a conservação dos açudes e de suas águas;

( ) se preocupa com a conservação dos açudes e das águas;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

***Obrigado!***

## APÊNDICE C

Formulário de entrevista semi-estruturada feita com os/as proprietários/as de **pousadas** no  
município de Coremas  
Mestrando: Davi Alysson da Cruz Andrade

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### I. Caracterização

7. Nome (fantasia)/ Tipo: \_\_\_\_\_

8. Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

9. Início das Atividades: \_\_\_\_\_

10. Sobre a capacidade atual da pousada:

Total de apartamentos	Camas de Casal (C)	Camas de Solteiro/Rede (S)	<i>Leitos</i> (2C+S)	=

11. Serviços:

	S	N
Café da manhã		
Tv nos apartamentos		
Ar condicionado		
Ventilador		
Frigobar		
Banheiros Privativos/qts		

	S	N
Aceita cartão de cré.		
Lavanderia		
Atendimento 24h		
Telefone no quarto		
Cofre		

12. Como é o esgotamento sanitário?

( ) fossa séptica      ( ) rede de esgotos

( ) não há esgotamento. Qual o destino dos dejetos? \_\_\_\_\_

13. Como é o fornecimento de energia elétrica?

( ) satisfatório      ( ) precário, com quedas de energia frequentes

14. Qual a frequência da coleta de lixo:

- ( ) todos os dias ( ) a cada dois dias ( ) semanalmente  
 ( ) não há coleta. Qual o destino do lixo? \_\_\_\_\_

## **II. Questões gerais:**

18. Faixa etária (idade)?

- ( ) até 18 anos ( ) de 18 a 30 ( ) de 31 a 40 ( ) de 41 a 50 ( ) de 51 a 65 ( ) mais de 65

19. Naturalidade? \_\_\_\_\_

20. Quantas pessoas trabalham no estabelecimento? \_\_\_\_\_

- a. Inclui familiares? \_\_\_\_\_ caso sim, quantos? \_\_\_\_\_ Durante os eventos é preciso aumentar o número de pessoas? ( ) Sim ( ) Não

b. Quantas pessoas trabalharam aqui no último carnaval? \_\_\_\_\_

21. Qual o salário mensal médio por pessoa? \_\_\_\_\_

22. Qual o aumento médio percentual de suas vendas durante as festas tradicionais? \_\_\_\_\_

23. Qual o local de origem dos hóspedes? \_\_\_\_\_

24. A pousada é sua principal fonte de renda? ( ) Sim ( ) Não

a. Quantas pessoas dependem de sua renda? \_\_\_\_\_

25. Qual sua renda média mensal, em salário-mínimo?

- ( ) até 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ou mais.

26. Coremas é uma cidade turística?

- ( ) Sim. O que atrai/pode atrair turistas à Coremas? \_\_\_\_\_  
 ( ) Não

27. Coremas faz parte de algum programa/projeto do governo estadual/federal para o desenvolvimento do turismo? \_\_\_\_\_

28. O Sr(a). acha que o governo municipal incentiva o desenvolvimento do turismo em Coremas?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_ ( ) Não

29. O Sr(a). costuma participar/já participou de alguma reunião com o governo municipal para falar sobre o turismo/as festas em Coremas?

( ) Sim ( ) Não

30. A vinda de turistas para Coremas traz algum benefício para seu estabelecimento?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

31. Os seus funcionários participam/participaram de algum projeto/curso de qualificação?

Como:

( ) garçom ( ) qualidade no atendimento ( ) manuseio de alimentos e bebidas

( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Sim. Quando? \_\_\_\_\_ Quem ofereceu? \_\_\_\_\_

( ) Não

E o Sr(a) já participou de algum projeto/curso de qualificação?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ Quando? \_\_\_\_\_ Quem ofereceu? \_\_\_\_\_

( ) Não

32. Qual seu nível de escolaridade?

( ) Ens. fundamental ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Médio ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Superior ( ) incompleto ( ) completo Qual curso? \_\_\_\_\_

33. O Sr(a)., enquanto proprietário(a) desta pousada, contribui/pode contribuir para desenvolver o turismo em Coremas?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_ ( ) Não

18. O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum problema/prejuízo para a comunidade local? \_\_\_\_\_

E para o ambiente natural? \_\_\_\_\_

## PARTE 2:

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I. Questões:**

1. Conhece algum grupo de manifestação popular na comunidade? Quais são essas manifestações?\_\_\_\_\_
2. O que o(a) Sr.(a)/ a sua comunidade acha do não-tratamento da água do abastecimento público?\_\_\_\_\_
3. O governo municipal atual apóia a conservação das tradições locais?  
☐ Sim. Como? \_\_\_\_\_  
☐ Não.
4. Em relação às tradições locais, o(a) Sr.(a) acha que os coremenses:  
☐ valorizam e preservam as tradições; \_\_\_\_\_ .  
☐ não valorizam, nem preservam as tradições; ☐ não sabe responder
5. E em relação ao açude/ Mãe d'Água, o(a) Sr.(a) acha que a postura do governo municipal (inclusive gestões anteriores):  
☐ age com descaso; ☐ vem realizando ações para manutenção dos açudes;  
☐ não faz nada porque os açudes são de responsabilidade federal;  
☐ outro:\_\_\_\_\_ ☐ não sabe;
6. E a comunidade, como o(a) Sr.(a) percebe a relação da comunidade com os açudes:  
☐ não tem preocupação com a conservação dos açudes e de suas águas;  
☐ se preocupa com a conservação dos açudes e das águas;  
☐ outro:\_\_\_\_\_ ☐ não sabe;

***Obrigado!***

## APÊNDICE D

Formulário de entrevista semi-estruturada feita com os **pescadores** no  
município de Coremas.

Mestrando: Davi Alysson da Cruz Andrade

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **I. Questões:**

**7. Faixa etária ?**

( ) até 18 anos ( ) de 18 a 30 ( ) de 31 a 40 ( ) de 41 a 50 ( ) de 51 a 65 ( ) mais de 65

**8. Sexo? ( ) M ( ) F**

**9. Qual seu nível de escolaridade?**

( ) Ens. Fundamental ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Médio ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Superior ( ) incompleto ( ) completo Qual curso? \_\_\_\_\_

**10. Naturalidade?\_\_\_\_\_**

**11. Há quanto tempo mora em Coremas?\_\_\_\_\_**

**12. Representa qual associação/comunidade/sindicato? \_\_\_\_\_**

6a. Há quanto tempo foi formada essa associação?\_\_\_\_\_

6b. Acontecem reuniões periódicas?\_\_\_\_\_

6c. A comunidade participa?\_\_\_\_\_

6d. Tem facilidade de acesso ao governo municipal?\_\_\_\_\_

6e. Durante as festas são criados postos de trabalho (ocupação) para pessoas da comunidade? \_\_\_\_\_

**13. Conhece algum grupo de manifestação popular na comunidade? Quais são essas manifestações?\_\_\_\_\_**

**14. Coremas é uma cidade turística?**

( ) Sim. O que atrai/pode atrair turistas à Coremas?\_\_\_\_\_

( ) Não

**15. Coremas faz parte de algum programa/projeto do governo estadual/federal para o desenvolvimento do turismo?\_\_\_\_\_**

**16. O Sr.(a) acha que o governo municipal incentiva o desenvolvimento do turismo em Coremas? ( ) Não ( ) Sim. Como?\_\_\_\_\_**

- 17.** O Sr.(a) costuma participar/já participou de alguma reunião com o governo municipal para falar sobre o turismo/as festas em Coremas?  
( ) Sim ( ) Não
- 18.** O que o(a) Sr.(a)/ a sua comunidade acha do não-tratamento da água do abastecimento público? \_\_\_\_\_
- 19.** O Sr.(a) acha que o turismo pode trazer algum benefício para a comunidade em geral?  
( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não
- 20.** E para os pescadores, o turismo pode trazer algum benefício em especial?  
( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não
- 15.** O Sr. faz passeios em seu barco, ou conhece algum pescador que faz? \_\_\_\_\_  
Como é o passeio? Quanto custa? \_\_\_\_\_
- 16.** O Sr.(a), como pescador, pode contribuir para desenvolver o turismo em Coremas?  
( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_  
( ) Não
- 17.** O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum problema/prejuízo para a comunidade local?  
\_\_\_\_\_  
b. E para o ambiente natural? \_\_\_\_\_
- 18.** E para os pescadores, o turismo pode trazer algum problema?  
( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não
- 19.** O governo municipal atual apóia a conservação das tradições locais?  
( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_  
( ) Não.
- 20.** Em relação às tradições locais, o(a) Sr.(a) acha que os coremenses:  
( ) valorizam e preservam as tradições; \_\_\_\_\_  
( ) não valorizam, nem preservam as tradições; ( ) não sabe responder
- 21.** E em relação ao açude/ Mãe d'Água, o(a) Sr.(a) acha que a postura do governo municipal (inclusive gestões anteriores):  
( ) age com descaso; ( ) vem realizando ações para manutenção dos açudes;  
( ) não faz nada porque os açudes são de responsabilidade federal;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

**22.** E a comunidade, como o(a) Sr.(a) percebe a relação da comunidade com os açudes:

( ) não tem preocupação com a conservação dos açudes e de suas águas;

( ) se preocupa com a conservação dos açudes e das águas;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

**23.** E os pescadores, como o(o) Sr.(a) percebe a relação dos pescadores com os açudes?

( ) não tem preocupação com a conservação dos açudes e de suas águas;

( ) se preocupa com a conservação dos açudes e das águas;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

**24.** A pesca é sua principal fonte de renda? \_\_\_\_\_

a. Quantas pessoas dependem de sua renda? \_\_\_\_\_

**25.** Qual sua renda média mensal, em salário-mínimo?

( ) até 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5 ou mais.

***Obrigado!***



**APÊNDICE E**

Formulário de entrevista semi-estruturada feita com **representantes do governo local** no município de Coremas

Mestrando: Davi Alysson da Cruz Andrade

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**I. Questões:**

1. Faixa etária ?

( ) até 18 anos ( ) de 18 a 30 ( ) de 31 a 40 ( ) de 41 a 50 ( ) de 51 a 65 ( ) mais de 65

2. Sexo? ( ) M ( ) F

3. Qual seu nível de escolaridade?

( ) Ens. Fundamental ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Médio ( ) incompleto ( ) completo

( ) Ens. Superior ( ) incompleto ( ) completo Qual curso? \_\_\_\_\_

4. Naturalidade? \_\_\_\_\_

5. Há quanto tempo mora em Coremas? \_\_\_\_\_

6. Conhece algum grupo de manifestação popular na comunidade? Quais são essas manifestações? \_\_\_\_\_

8. Coremas é uma cidade turística?

( ) Sim. O que atrai/pode atrair turistas à Coremas? \_\_\_\_\_

( ) Não

9. Coremas faz parte de algum programa/projeto do governo estadual/federal para o desenvolvimento do turismo? \_\_\_\_\_

10. O governo municipal incentiva o desenvolvimento do turismo em Coremas?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

( ) Não

11. A comunidade participa das “decisões” relacionadas ao turismo (como a realização das festas)?

( ) Sim. Como se dá essa participação? \_\_\_\_\_

( ) Não

12. O que o(a) Sr.(a) acha do não-tratamento da água do abastecimento público? \_\_\_\_\_

a. Quais as dificuldades para implantar o tratamento da água em Coremas?

b. O fato de a água não ser tratada pode prejudicar o desenvolvimento do turismo no município?

**13.** O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum benefício para a comunidade em geral? ( )

Sim. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não

**14.** O Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum problema/prejuízo para a comunidade local?

\_\_\_\_\_

c. E para o ambiente natural? \_\_\_\_\_

**15.** O governo municipal busca o desenvolvimento sustentável do turismo?

**16.** O governo municipal atual apóia a conservação das tradições locais?

( ) Sim. Como? \_\_\_\_\_

( ) Não.

**17.** Em relação às tradições locais, o(a) Sr.(a) acha que os coremenses:

( ) valorizam e preservam as tradições; \_\_\_\_\_.

( ) não valorizam, nem preservam as tradições; ( ) não sabe responder

**18.** E em relação ao açude/ Mãe d'Água, o(a) Sr.(a) qual a postura do governo municipal (inclusive gestões anteriores)?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**19.** E a comunidade, como o(a) Sr.(a) percebe a relação da comunidade com os açudes:

( ) não tem preocupação com a conservação dos açudes e de suas águas;

( ) se preocupa com a conservação dos açudes e das águas;

( ) outro: \_\_\_\_\_ ( ) não sabe;

**Perguntas aplicadas apenas com o prefeito e o “secretário de turismo”:**

**20.** Existe alguma regulamentação para a ocupação das margens do açude? Assim como para seus usos? \_\_\_\_\_

a. Algumas pessoas da comunidade apontaram que “as margens” do açude não é um local adequado para a realização da Festa do Peixe, pela poluição das águas, pela necessidade

de “aterrar” o açude, etc. O que o Sr. acha disso? A realização da Festa do Peixe atende à normas ambientais?\_\_\_\_\_

21. Existem ações em sua gestão direcionadas para a proteção/conservação do meio ambiente natural?
22. Como o Sr. avalia a participação da iniciativa privada local em prol do desenvolvimento do turismo?
23. Como está o processo de criação da Secretaria de Turismo?
24. Como é formado o corpo-técnico do turismo no governo municipal?
25. Como é a relação do setor turismo de Coremas com a esfera estadual e federal?
26. A prefeitura tem conseguido apoio dos governos estadual e federal na realização de ações direcionadas para o turismo?
27. Quais ações realizadas ao PNMT foram realizadas em Coremas?
28. Em que nível de implantação está o Prog. de Regionalização do Turismo na região do sertão?
30. Existe algum “grande desafio” para o Desenvolvimento do turismo em Coremas?

***Obrigado!***

## APÊNDICE F

Formulário de entrevista semi-estruturada feita com os/as **turistas/visitantes** no município de Coremas.

Mestrando: Davi Alysson da Cruz Andrade

Número de controle: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **I. Questões:**

1. Em que cidade o/a Sr./a mora? \_\_\_\_\_
2. O(a) Sr.(a) saiu de sua cidade exclusivamente para vir até Coremas? \_\_\_\_\_
3. O(a) Sr.(a) veio para Coremas...  
☐ sozinho    ☐ com amigos    ☐ namorado(a)/ família    ☐ outro \_\_\_\_\_
4. Faixa etária/ Sexo:  
☐ até 18 anos    ☐ de 18 a 30    ☐ de 31 a 40    ☐ de 41 a 50    ☐ de 51 a 65    ☐ mais de 65  
☐ M    ☐ F
5. Qual sua renda média mensal, em salário-mínimo?  
☐ até 1    ☐ 2    ☐ 3    ☐ 4    ☐ 5 ou mais.
6. Como o(a) Sr.(a) chegou até Coremas?  
☐ em veículo particular    ☐ em ônibus regular    ☐ transporte alternativo    ☐ outro
7. Como o(a) Sr.(a) avalia o acesso até Coremas (pavimentação das rodovias, sinalização, infra-estrutura de apoio)?  
☐ ruim    ☐ regular    ☐ bom    ☐ ótimo    ☐ não sabe
8. Qual a principal motivação para esta visita à Coremas? \_\_\_\_\_
9. Quantos dias o(a) Sr.(a) permanecerá em Coremas nesta viagem? \_\_\_\_\_
10. Como o(a) Sr.(a) classifica a divulgação da “Festa do Peixe” (eficiência, folheteria, propaganda)?  
☐ ruim    ☐ regular    ☐ boa    ☐ ótima    ☐ não sabe
11. Como o(a) Sr(a) avalia os serviços (atendimento, qualidade da comida, higiene) nos restaurantes/ bares de Coremas?  
☐ ruim    ☐ regular    ☐ bom    ☐ ótimo    ☐ não sabe
12. Em relação ao preço pelos serviços avaliados acima, o(a) Sr.(a) considera:  
☐ baixo    ☐ justo    ☐ elevado
13. Onde o(a) Sr.(a) está hospedado?  
☐ casa de amigos/parentes    ☐ pousada    ☐ não vai pernoitar em Coremas

- 14.** Se o(a) Sr.(a) está **hospedado em pousada**, como classifica os serviços desta pousada?    ☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 15.** O não-tratamento da água do abastecimento público, em Coremas, interfere negativamente na qualidade de sua estada em Coremas?  
☐ Sim    ☐ Não
- 16.** Como o(a) Sr.(a) avalia os seguintes serviços de apoio ao turismo:
- 16.1 Telecomunicações (telefones públicos, acesso à internet, etc)  
☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 16.2 Agenciamento bancário (caixas eletrônicos)  
☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 16.3 Limpeza pública  
☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 16.4 Serviços de saúde (farmácia, postos de saúde)  
☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 16.5 Segurança pública (policiamento, salva-vidas)  
☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 16.6 Comércio turístico (loja de conveniência, artesanato, produtos típicos)  
☐ ruim ☐ regular ☐ bom ☐ ótimo ☐ não sabe
- 17.** Já visitou Coremas antes?  
☐ Não    ☐ Sim. Quando? \_\_\_\_\_ Quantas vezes? \_\_\_\_\_
- 18.** Planeja visitar Coremas novamente? \_\_\_\_\_
- 19.** Como o(a) Sr.(a) avalia a hospitalidade dos Coremenses?  
☐ ruim ☐ regular ☐ boa ☐ ótima ☐ não sabe
- 20.** O que mais lhe agrada em Coremas? \_\_\_\_\_
- 21.** Alguma coisa lhe desagrade?  
☐ Não    ☐ Sim. O quê? \_\_\_\_\_
- Alguma sugestão para melhorar a estada dos turistas/visitantes em Coremas?  
☐ Não    ☐ Sim. Qual? \_\_\_\_\_

***Obrigado!***

## APÊNDICE G

### Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa é sobre o planejamento da atividade turística no sertão da Paraíba, e em especial, no município de Coremas. Está sendo desenvolvida por Davi Alysson da Cruz Andrade, do Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Alberto Kioaru Nishida e da Profa. Maristela Oliveira de Andrade.

Os objetivos do estudo são: (1) **analisar a sustentabilidade do turismo no município de Coremas**; (2) Identificar as principais ações do governo local (políticas/planos/projetos) direcionadas para o desenvolvimento turístico; (3) Verificar a percepção da comunidade local sobre os possíveis impactos decorrentes da atividade turística no município; (4) Analisar a participação dos atores relacionados com o turismo na elaboração de políticas/ações para o turismo no sertão e em Coremas; (5) Apontar os impactos positivos e negativos já existentes e potenciais em decorrência da atividade turística no município;

A finalidade deste trabalho é contribuir para o entendimento do desenvolvimento turístico em pequenas localidades sob o olhar da sustentabilidade, e também fornecer subsídios para estudos e ações relacionados ao turismo na região, que podem repercutir na vida da comunidade local.

Solicitamos a sua colaboração para esta entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos relacionados ao tema como também em artigos científicos. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato pelos telefones (83) 3433-1685/ (83) 9903-6635; ou por e-mail: davitur@yahoo.com.br

Atenciosamente,

---

Davi Alysson da Cruz Andrade

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

---

Coremas, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

## APÊNDICE H

Caracterização dos grupos que representam a sociedade civil organizada em Coremas:

<b>1. Colônia de Pescadores Z-7:</b>
<p>Criada em Julho de 1978 reúne os/as pescadores/as do município de Coremas e busca atender seus interesses, assim como é responsável pelo cadastro dos/as pescadores/as junto ao governo estadual e pelo controle da “idenização” aos pescadores durante a época de defeso. São cadastradas por volta de 1200 pessoas, sendo aproximadamente 800 homens e 400 mulheres (pescadores e pescadoras). As reuniões não acontecem com regularidade definida, são extraordinárias, e aproximadamente 85% dos associados costumam participar. Participamos de uma reunião extraordinária no mês de Outubro e foi verificado bastante coesão entre o grupo e facilidade de debate entre a presidência e os associados. Segundo o presidente da Colônia, não existe facilidade de acesso ao governo municipal e são criados algumas oportunidades de trabalho para os pescadores durante os eventos em Coremas (carnaval e a Festa do Peixe). Uma dessas oportunidades é a realização de passeios nos barcos dos pescadores.</p>
<b>2. Associação Cultural e Recreativa de Coremas – ACRC:</b>
<p>Esta associação existe desde 1972, é composta por 100 pessoas desde sua fundação. As reuniões não acontecem com regularidade e apenas os membros da diretoria costumam participar. A “ACRC”, conhecida na comunidade como “o clube” é responsável pela realização de shows musicais e outros eventos; o espaço físico também é utilizado para comemorações de festas de casamento e outras afins. Assim, destacamos o papel da ACRC como equipamento de apoio a atividade turística no município. Segundo o presidente, a Associação tem facilidade de acesso ao governo municipal.</p>
<b>3. Associação de Moradores da Mãe d’Água – Asmad:</b>
<p>Criada em 1996, atualmente tem 115 associado. Acontecem reuniões mensais e a comunidade participa parcialmente. Segundo o presidente a ASMAD, o turismo em Coremas vêm permitindo a criação de postos de trabalho para pessoas da comunidade, como garçons nos bares e restaurantes da localidade. A Associação tem facilidade de acesso ao governo municipal.</p>
<b>4. Cooperativa da União Agropecuária dos Irrigantes e Psicultores de Coremas – Couaipic:</b>
<p>Criada em 1998 depois da constatação de que a pesca está diretamente relacionada com a agricultura no município de Coremas, tem 57 associados, que participam ativamente das reuniões periódicas. Segundo o presidente da Cooperativa, existe facilidade de acesso ao governo municipal. Assim como a participação da Cooperativa na Festa do Peixe, onde as comunidades rurais têm prioridades na instalação de barracas para comercialização de alimentos e bebidas, gerando divisas para estas comunidades.</p>

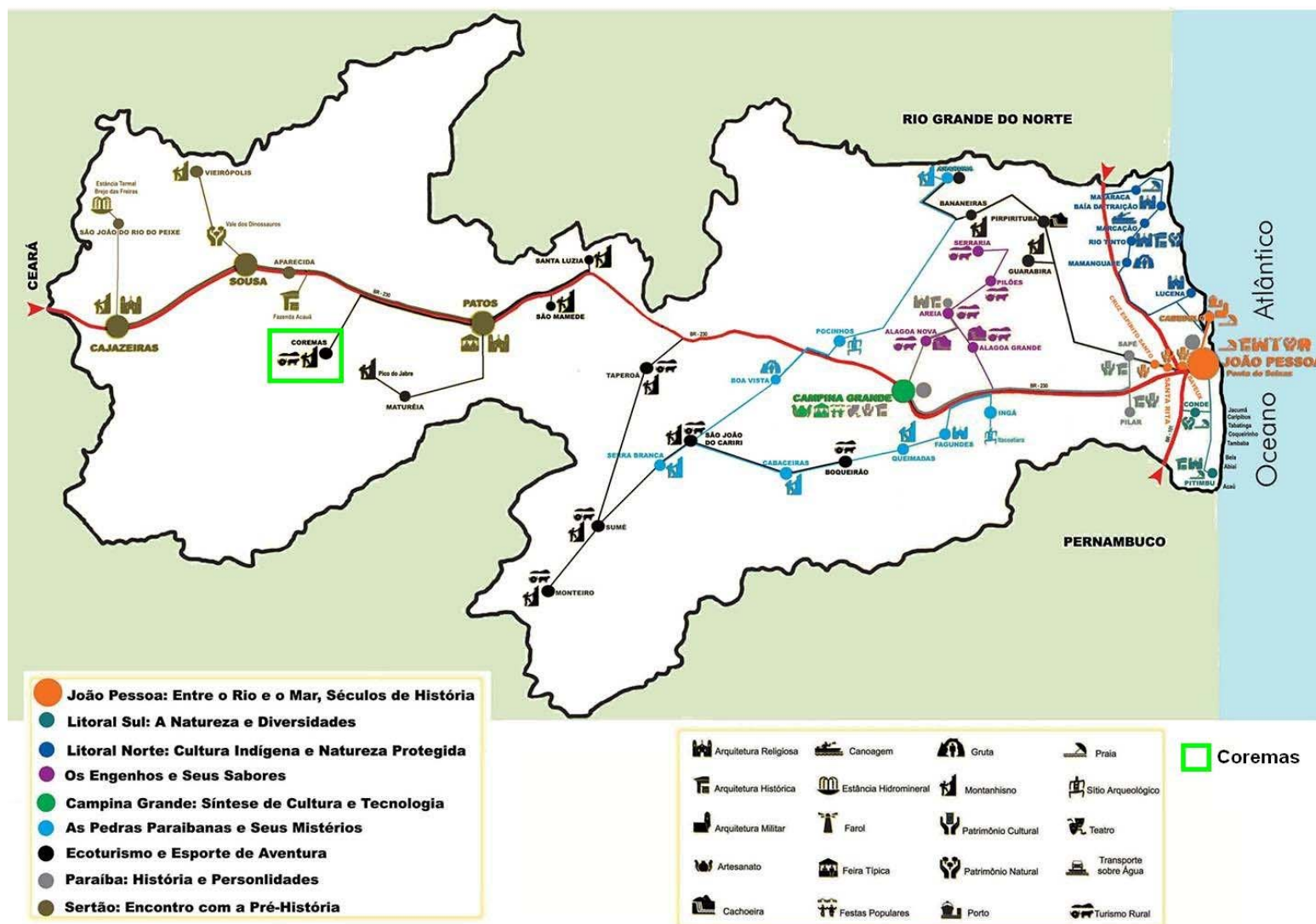
**Fonte:** pesquisa de campo. (Ago./Out., 2006)



# **ANEXO**

Espacialização dos Roteiros Turísticos da Paraíba

# ESPACIALIZAÇÃO DE ROTEIROS TURÍSTICOS INTEGRADOS DA PARAÍBA



Fonte: PARAÍBA, 2004.

